

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

MESTRADO EM RELAÇÃO DE AJUDA

DM
LINO/11

O Aconselhamento Pastoral Centrado na Pessoa

José Manuel Brissos Lino

2007



ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Curso de Mestrado em Relação de Ajuda

Registo: 17819

Data: 12/11/2008

Tel: 21 301 1710 | ispa@ispa.pt

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação
da Professora Doutora Isabel Maria Pereira Leal,
apresentada ao Instituto Superior de Psicologia
Aplicada para a obtenção do grau de Mestre na
Especialidade de Relação de Ajuda, conforme a
Portaria nº. 365/2005 de 1 de Abril, para satisfação
do ponto “b” do nº. 2 do artº. 5º. do Decreto Lei nº.
216/92 de 13 de Outubro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho revelou-se um autêntico desafio, a que eu próprio me quis submeter, mas acabou por constituir, acima de tudo e de qualquer forma, a satisfação de algumas curiosidades intelectuais e de outras tantas inquietações pessoais.

A actividade de aconselhamento pastoral que venho desenvolvendo há mais de vinte anos foi manifestamente posta em causa ainda antes de decidir abordar este tema, mas muito mais ainda durante o desenvolvimento deste trabalho, o que considero uma mais valia pessoal pelas oportunidades de reflexão, de maturação e de crescimento que ele me proporcionou.

Não posso deixar de agradecer, de forma particular, sincera e profunda, a algumas pessoas, quer por terem dado contributos diversos para a minha vida, quer porque me ajudaram objectivamente no desenvolvimento desta tarefa:

- ao *Professor Doutor João Hipólito*, meu bom amigo e distinto professor, sempre disponível e interessado no meu progresso académico e sucesso pessoal e profissional,
- à *Professora Doutora Isabel Leal*, que me orientou com empenho e paciência na realização deste trabalho,
- ao *Dr. José Augusto*, que me apoiou com o seu saber na área da Estatística,
- ao *Presbitério da Igreja do Jubileu*, por ter facilitado e colaborado na aplicação dos questionários, no âmbito daquela comunidade local de fé,
- a todos os conselheiros que aceitaram responder aos questionários,
- à minha mulher, que sempre me incentivou a ir mais longe.

RESUMO

A perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa vem alterar substancialmente aquilo que costuma ser a prática corrente na actividade de aconselhamento de qualquer ministro religioso ou leigo, já que o postulado rogeriano da Tendência Actualizante aparentemente choca com a tradição judaico-cristã do pecado original, e com a ideia bíblica de que existe no homem uma tendência perniciosa para o mal, da qual só Cristo nos pode libertar através de um compromisso de vida com Ele. Porém, examinando a ideia mais de perto, começa a questionar-se que haja realmente oposição de conceitos.

A nossa tarefa essencial consistiu em investigar até que ponto os construtos da Abordagem Centrada na Pessoa se podem ou não compatibilizar com os pressupostos gerais da fé cristã, de modo a permitir um tipo de aconselhamento pastoral baseado no tipo de abordagem caracteristicamente rogeriano, e se o aconselhamento pastoral, de acordo com este modelo, constitui uma resposta funcional, recomendável, e plenamente eficaz, uma vez levada à prática.

Para tal, e depois da reflexão desenvolvida sobre os conceitos teóricos, passámos ao estudo de campo entre os conselheiros de uma comunidade local de fé, utilizando dois questionários por nós construídos, um deles de atitudes no aconselhamento, e tentámos chegar então a conclusões, com base na análise dos dados recolhidos, primeiro através do cruzamento das variáveis da amostra com algumas das respostas aos questionários, e depois através da Análise Factorial e da Análise de Componentes Principais aplicadas aos 26 itens do questionário de atitudes.

Apesar de os conselheiros questionados não conhecerem a teoria de Rogers, concluiu-se que as atitudes por ele preconizadas na relação de ajuda estavam presentes, de forma empírica no aconselhamento, pelo que o aconselhamento pastoral de inspiração rogeriana será possível, tendo em conta que este tipo muito específico de aconselhamento se inscreve num universo ético-religioso-espiritual característico, no âmbito de uma comunidade local de fé, que tem por base valores pessoais, relacionais e comunitários específicos, o que faz com que esse tipo de relação de ajuda se inscreva dentro desse quadro geral de referências.

Palavras-chave: Aconselhamento Pastoral, Relação de Ajuda, Abordagem Centrada na Pessoa, Comunidade Local de Fé, Pecado Original, Tendência Actualizante.

ABSTRACT

The focus on the Person Centred Approach produces substantial changes in what is the normal and common practice in the counselling activity of any religious minister or laic/layman. As a matter of fact the Rogerian postulate of Actualizing Tendency appears to be in contradiction with the Christian-Jewish tradition of the original sin as well as with the Biblical idea of the human pernicious tendency to evil. Only Christ can liberate man from this tendency under his compromise of a life with Him. However, if we consider this idea deep into its principles, you'll wonder if, in fact, the contradiction of concepts really exists.

Our main task consisted of finding out to what extent can the milestone of the Approach Centred in the Person be compatible with the assumed principles of the Christian Faith and simultaneously permit a counselling based on the Rogerian approach. At the same time it is important to evaluate if the pastoral counselling, according to the features of the Rogerian approach, is really a totally efficient, functional and recommended solution, when it is put into practice. After a deep reflection concerning the theoretical concepts, we decided to implement a local study, involving the counsellors of a local faith community.

We've applied two questionnaires which had been conceived and produced by us, being one of them based on the attitudes in counselling. The information of these questionnaires have been collected and analysed, firstly by crossing variable from the sample with some of the answers to the questionnaires and afterwards by using Factorial Analysis and Principal Components Analysis applied to the 26 items of the questionnaire of attitudes. Due to our procedure we've been able to obtain results and come to the subsequent conclusions.

As far as the counselling process is concerned, it was concluded that even considering that the questioned counsellors ignored the Rogers theory, the behaviour of helping attitude in counselling was being applied/had been adopted and put into practice, though in an empirical way. Therefore we may expect that the Pastoral Counselling, based on the Rogers approach, will be applicable, taking in account that this specific type of counselling is inscribed in a very characteristic ethic-religious-spiritual universe of a local faith community, which is based on specific personal, relational and communitarian values, thus reinforcing the link between the relation of help and the general frame of references.

***Key-Words:* Pastoral Counselling, Help Relationship, Person Centred Approach, Local Faith Community, Original Sin, Actualizing Tendency.**

ÍNDICE

Introdução	9
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
Capítulo I	13
A Comunidade local de fé	13
O conceito de Comunidade	13
O Conceito de Comunidade local de fé	15
Perspectiva teológica	16
A Figura e a função de Pastor de almas	20
O Conceito de Pastor de almas	20
Ponto de vista bíblico-teológico	22
Evolução histórica da praxis pastoral	24
O Pastor segundo o contexto do governo eclesiástico	26
O Aconselhamento Pastoral	30
O Conceito de Aconselhamento Pastoral	30
Especificidades do <i>Counselling</i> Pastoral	36
O elemento antropológico	38
O elemento escatológico	39
O elemento relacional	40
Diferenças entre cuidados pastorais e aconselhamento pastoral	41
Situações de aconselhamento mais comuns	43
A Perspectiva de Hurding sobre os diversos modelos de aconselhamento pastoral	46
O Aconselhamento “Noutético”	47
O Aconselhamento “espiritual”	48
O “Ministério Scope”	51
Lawrence Crabb	51
Selwyn Hughes	53
O Aconselhamento pelo “discipulado” (Discipleship Counseling)	53

Capítulo II

A Abordagem Centrada na Pessoa como proposta de Relação de Ajuda e o Aconselhamento Pastoral	55
A Tendência Actualizante	56
As seis condições para uma mudança terapêutica	57
A Atitude não-directiva	57
1. O Princípio da Tendência Actualizante	60
A Tendência Formativa e Tendência Actualizante	60
A Tendência Actualizante e as Teorias da Complexidade	61
A Tendência Actualizante e a motivação	63
A Tendência Actualizante como fonte de energia	63
2. O confronto entre o conceito teórico-psicológico da Tendência Actualizante e o conceito teórico-teológico de “Pecado Original”	65
3. Dificuldades funcionais com o Princípio da Não-Directividade	69
4. A possível incompatibilidade entre os modelos de aconselhamento pastoral tradicional e o modelo não-directivo	71
5. A diferença entre estar centrado na pessoa e centrado no problema	73

Capítulo III

Método	77
Definição do Problema	77
Participantes	77
Material	78
Procedimentos	79
Caracterização da amostra	80
1. Sexo	80
2. Idade	81
3. Estado Civil	82
4. Habilitações Literárias	83
5. Função Eclesiástica	84
Análise dos Dados	86
Discussão	111

Referências 117

Anexos 122

Anexo I – Pedido de colaboração à Comunidade Local de fé envolvida no estudo

Anexo II – Questionário de Dados Pessoais

Anexo III – Questionário de Atitudes no Aconselhamento

INTRODUÇÃO

O Aconselhamento Pastoral constitui uma das diversas áreas de *Counselling* (1) que Carl R. Rogers (2) procurou servir com o seu trabalho de teorização, investigação e prática clínica psicológica, tal como o fez com as áreas organizacional ou familiar, assim como de educação e saúde, entre outras.

Wood (1994) refere a prática inicial de Rogers, utilizando o *Counseling*, como o factor decisivo que abriu caminho ao reconhecimento do trabalho do psicólogo associado à psicoterapia, já que até aí tal tarefa era atribuída em exclusivo aos psiquiatras.

Aconselhamento é a designação atribuída a um procedimento profissional desenvolvido através de entrevistas e intervenções, que procuram, segundo Patterson e Eisenberg (1988), “*capacitar o cliente a dominar situações de vida, a engajar-se em actividades que produzam crescimento e a tomar decisões eficazes*” (p. 1).

Gobbi e Missel (1998) entendem aconselhamento como “*o trabalho clínico em situações especiais, onde questões como tempo, espaço e procedimentos requerem atenção especial (aconselhamento escolar e educacional, aconselhamento hospitalar, aconselhamento em aids / Sida, aconselhamento em organizações, aconselhamento com vítimas de violência sexual ou aconselhamento com delinquentes, dentre outras aplicações. Há ainda o aconselhamento pastoral realizado em instituições religiosas)*” (p. 15).

(1) Segundo Gobbi e Missel (1998, p.15) este termo é normalmente traduzido por “aconselhamento psicológico”, ou simplesmente por “aconselhamento”.

(2) Carl R. Rogers (1902-1987), psicólogo da escola humanista, é conhecido “por uma abordagem popular de psicoterapia denominada ‘terapia centrada na pessoa’, ou ‘terapia centrada no cliente’ (Schultz e Schultz, 1981, p. 397).

O aconselhamento que Rogers propõe, seja em que contexto for, é centrado na pessoa, o que parece levantar à partida algumas dificuldades num meio como o religioso, tão propenso à directividade (isto é, à utilização de métodos que direccionam objectivamente o cliente num determinado sentido), quer por parte de quem o pratica, quer por parte daqueles que a ele normalmente recorrem, e que o fazem, por via de regra, chegando já na expectativa de obter uma orientação clara e uma direcção objectiva para todas ou grande parte das dúvidas e angústias que vivenciam no momento presente (3).

Por outro lado, o aconselhamento pastoral, no contexto da Abordagem Centrada na Pessoa, que é a aproximação defendida por Carl Rogers, no âmbito das relações humanas e interpessoais, parece, à partida, não se coadunar muito bem com o dogma do “pecado original”, uma das doutrinas consideradas fundamentais no Cristianismo, devido ao pressuposto básico da Tendência Actualizante, uma vez que esta estabelece um olhar expectante sobre a pessoa, um acreditar nas suas potencialidades, e uma atitude de aceitação incondicional positiva, e nunca qualquer espécie de juízo de valor, de censura ou condenação moral, expressa ou não, por parte do conselheiro.

Parece mesmo não ser possível qualquer espécie de coabitação entre ambas as propostas, na linha, aliás, do que defendem alguns autores cristãos como Jay Adams (1986): *“Os adeptos de Rogers crêem na abordagem do Conhecimento Comum por causa da sua lealdade fundamental à ideia que todo o homem tem os recursos necessários em si mesmo. Portanto, vê-se aí a crença básica na bondade e na autonomia do homem. Deus não seria necessário (de facto, é considerado um intruso), de conformidade com os conselheiros da escola de Rogers. O seu método, por conseguinte, deve ser rejeitado”* (pp. 88, 89).

Ou como no caso de Hurdling (1995) o qual, apesar de reconhecer que *“encontramos no humanismo de Rogers uma visão mais elevada do valor e do potencial humanos”* (p. 144), quando comparado com outras propostas de abordagem,

(3) Segundo a própria definição de Rogers (1997), método directivo é todo aquele em que “o psicólogo descobre, diagnostica e trata os problemas do cliente desde que o cliente preste sua colaboração activa ao processo” (p. 114). Em sua opinião, uma das principais características deste tipo de abordagem é que: “este tipo de consulta psicológica baseia-se largamente nos poderes de persuasão do psicólogo” (p. 118).

contudo não deixa de dizer que “*tal construção é edificada sobre o terreno estremecido da autonomia humana e está fadada ao colapso derradeiro*” (p. 144).

A nossa tarefa essencial consiste, portanto, em investigar até que ponto os construtos da Abordagem Centrada na Pessoa se podem ou não compatibilizar com os pressupostos gerais da fé cristã, de modo a permitir um tipo de aconselhamento pastoral baseado na atitude ou forma de abordagem caracteristicamente rogeriana.

O nosso objectivo é tentar apurar se de facto a Abordagem Centrada na Pessoa tem ou não espaço e vocação para se movimentar nos terrenos específicos do aconselhamento pastoral, de forma a poder funcionar como proposta válida e útil em matéria de relação de ajuda. Isto é, se o aconselhamento pastoral, de acordo com o modelo rogeriano, constitui mesmo uma resposta funcional, recomendável, e plenamente eficaz, uma vez levada à prática.

Nesse sentido, propomos começar por procurar definir alguns conceitos fundamentais e indispensáveis à reflexão sobre a nossa temática, como segue:

1. tentar definir o que é uma *comunidade local de fé*, procurando entendê-la no seu contexto teológico, funcional e relacional, levando em linha de conta a sua singularidade relativamente a outro tipo de comunidades;
2. tentar definir o que seja um *pastor de almas*, tanto na perspectiva da figura em si e do que representa, como da sua função, perspectivando a evolução histórica do ponto de vista da sua relevância social e eclesiástica, e não esquecendo o contexto do governo eclesiástico em que se movimenta;
3. tentar definir o que significa *aconselhamento pastoral*, sobretudo explorando os diversos modelos existentes e mais vulgarmente desenvolvidos, e o seu correspondente suporte ideológico, quando o houver.

Procuraremos, depois, tentar relacionar a Abordagem Centrada na Pessoa enquanto expressão de Relação de Ajuda, em geral, com o aconselhamento pastoral em particular, entendendo-o como tal, isto é, como uma das muitas formas de relação de ajuda, embora bastante específica.

Deveremos, então, posicionar o problema, procurando abordar possíveis dificuldades ou contradições entre o que é supostamente tradicional no aconselhamento pastoral e o tipo de abordagem tipificado pela Abordagem Centrada na Pessoa, da seguinte forma:

1. tentando investigar as possíveis contradições entre o conceito teórico-psicológico, e rogeriano, de Tendência Actualizante, e o conceito teórico-teológico, religioso e cristão, de “pecado original”;
2. tentando aprofundar a possível incompatibilidade entre o aconselhamento pastoral tradicional (ou pelo menos assim vulgarmente considerado) e o modelo centrado na pessoa, muito especialmente tendo em conta a atitude não-directiva que este pressupõe;
3. tentando verificar a possível contradição, em termos de aconselhamento pastoral, entre o que significa estar centrado na pessoa e centrado no problema.

Procuraremos então desenvolver uma investigação numa comunidade local de fé, tentando chegar a conclusões, com base na análise dos dados recolhidos.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I

A COMUNIDADE LOCAL DE FÉ

O conceito de Comunidade

O conceito de “comunidade” (4) é extremamente vasto e aplica-se a múltiplas realidades distintas, tanto no caso de pessoas como de animais que vivem em comum.

O termo é aplicado essencialmente em três sentidos diferenciados: no caso de um grupo de indivíduos que estão ligados por alguma espécie de “cimento” agregador de interesses, como também no caso da localização geográfica comum onde esses indivíduos residem ou se movem, ou ainda no caso do próprio estado de que os referidos indivíduos fazem parte integrante.

Champlin e Bentes (1991) identificam o conceito de comunidade com qualquer uma destas três situações: *“Essa palavra identifica o povo de um estado, o próprio estado, ou um grupo de pessoas unidas em torno de algum interesse comum”* (p. 824).

Mas os autores identificam ainda outro tipo de aplicação para a palavra, como, por exemplo, “comunidade de bens”, “comunidade de inquirição”, e “comunidade de interpretação”.

Assim, o conceito de “comunidade de bens” é ilustrado pela experiência ocorrida na igreja em Jerusalém, no primeiro século, onde durante um período de tempo, e com base completamente voluntária, os crentes traziam o produto da venda dos seus bens e os colocavam aos pés dos apóstolos para que estes os distribuíssem pelos necessitados.

Esta prática fez tradição entre alguns grupos, como por exemplo, na seita do Mar Morto, cujo Manual testemunha que a comunhão total de bens era prática corrente, e onde os elementos fraudulentos eram banidos. Ainda de acordo com os referidos auto-

(4) Do latim, *communitate*, significa: qualidade daquilo que é comum; agremiação de indivíduos que têm a mesma crença ou a mesma norma de vida; lugar onde residem esses indivíduos (Dicionário Prático Ilustrado, p. 274).

res: *“Filo louvou os essênios por causa da koinonía (5) deles, o que incluía a comunhão de casas, vestes, alimentos e salários. Josefo informa-nos que vários grupos, em muitas cidades, estiveram envolvidos nessa prática”* (p. 824).

A própria *praxis* de Jesus de Nazaré durante o seu ministério público, durante o qual vivia com os seus discípulos mais próximos em *koinonía*, tendo tudo em comum, é que veio a inspirar a experiência comunitária (6) da Igreja Primitiva (7), assim como todas as experiências que se lhe seguiram na história do Cristianismo, experiência comunitária essa que foi desenvolvida em Jerusalém devido à extrema pobreza dos cristãos judeus, mas também por causa da perseguição religiosa e da fome.

Bonhoeffer (1989), referindo-se ao tipo de comunhão que Jesus tinha com os seus discípulos, classifica-a como *“comunhão de vida total em todas as relações da vida”* (p. 156).

Segundo Champlin e Bentes cit. Peirce (1991), “comunidade de inquirição” retrata o envolvimento da comunidade na inquirição pela verdade, embora de muitos pontos de vista diferentes. Peirce reconheceu *“a natureza incompleta de toda a nossa inquirição, e também a interdependência de todos os meios de que dispomos na busca do conhecimento”* (p. 825).

Caldeira (1979) sublinha duas formas características relativamente ao conceito de comunidade, uma que se refere ao espaço geográfico, outra que considera as interações sociais ocorridas numa unidade geográfica.

A primeira dessas formas inclui o espaço geográfico, uma vez que nele se acaba por concretizar *“um certo sistema social, histórico-real e que pode ser uma aldeia, uma cidade, um bairro, uma nação, todo o mundo”* (p. 312).

A segunda forma que o conceito de comunidade pode assumir é definida como *“grupos de pessoas que partilham em comunidade interesses ou funções tais como o bem estar, (...) a religião, a saúde”* (p. 312), salvaguardando o princípio de que a dita comunidade não tem que incluir forçosamente todos os indivíduos que fazem parte da comuna e que também não tem que se limitar exactamente às fronteiras geográficas ou

(5) Palavra grega para comunidade, e que é um substantivo feminino que significa “sociedade”.

(6) Descrita no Livro dos Actos dos Apóstolos, capítulos quatro e cinco.

(7) Igreja cristã do 1º. Século.

administrativas da mesma.

Nunes (1997) sistematiza o conceito de comunidade de interesses da seguinte forma: *“parece-nos que o essencial é o sentimento comunitário (o “nós” de Weber) que se desenvolve através da co-participação num projecto comum (“o querer colectivo e as representações colectivas” de Ficht), desenvolvendo a solidariedade entre os seus membros (a “comunalidade” de Bruegger)”* (p. 9).

A comunidade terapêutica é um exemplo de um tipo de comunidade específica, que podemos incluir na segunda perspectiva acima proposta.

Segundo Pestana e Páscoa (1998) este tipo de comunidade *“teve origem nos hospitais ingleses durante a II Grande Guerra e inspirada nos grupos de auto-ajuda dos Alcoólicos Anónimos”* (p. 44), funcionando como *“método psicoterapêutico ou de reabilitação em regime de internamento, assente normalmente numa estrutura autoritária hierárquica”* (p. 44).

O Conceito de comunidade local de fé

Champlin e Bentes (1991) referindo-se ao conjunto universal de todos os cristãos e de todas as comunidades cristãs, afirmam que *“neste mundo, a Igreja de Cristo funciona como uma espécie de comunidade espiritual entre as nações”* (p. 824).

Mas referindo-nos às comunidades cristãs na perspectiva local, pode dizer-se que, por *comunidade local de fé* se entende um grupo de pessoas, denominadas *fiéis*, agrupadas localmente, e que interagem com uma dinâmica específica e própria, de acordo com determinados códigos comuns de conduta, ética e moral, de inspiração religiosa, e assentes em estruturas definidas e comumente aceites de fé, doutrina, ordem, *praxis*, e tradição religiosa.

Assim, e apesar de os fiéis estarem reunidos em volta de um corpo de doutrina distintiva, e de exegese, que os agrupa, por interesses com carácter de tradição familiar, de amizades e cumplicidades múltiplas, ou mesmo de bens colectivos, na prática é muitas vezes a dinâmica das relações humanas que acaba por funcionar como uma espécie de “cimento” agregador, embora seja muitas vezes também esse o seu *calcanhar de Aquiles*, no sentido de igualmente poder potenciar as suas fraquezas do ponto de vista conflitual, de quem interage com bastante proximidade e durante muito tempo.

A afetividade presente nos relacionamentos é sempre mais agregadora do que um corpo de doutrina distintiva, que só por si pode ser fria e anódina, mas é também mais vulnerável e sujeita às flutuações típicas da dinâmica das relações sociais e humanas.

O conceito de comunidade local de fé, na qual se partilham interesses ou funções como a religião, no dizer de Caldeira (1979, p. 312), é reforçado por Séguier (1979), que atribui esta designação a uma “*sociedade religiosa submetida a uma regra comum*” (p. 274).

O olhar sobre a comunidade de fé perspectiva-se também na ligação mais ou menos íntima à comunidade social local, com todos os seus laços, características e idiossincrasias culturais e humanas.

Buckland (1981) afirma que “*o lar, a escola, a aldeia, a vila, a cidade, o país, são ilustrações da vida social, que tem religiosamente a sua expressão na Igreja*” (p. 195).

Todavia, a nossa perspectiva, neste trabalho, incidirá exclusivamente sobre as comunidades de fé de natureza cristã. Quer porque o nosso país, do ponto de vista cultural e religioso, se identifica maiormente com a religião cristã (de inspiração católica), quer porque o nosso desconhecimento prático de outras religiões não nos permite entrar por outros caminhos.

De toda a maneira as comunidades locais de fé constituem um espaço relacional único, onde se cruzam interações múltiplas, dadas as condicionantes existentes à partida, o caldo cultural em que essas mesmas relações se estabelecem, e a sua relação/interacção com o Divino ou a Transcendência.

A percepção de que as comunidades locais de fé são, portanto, portadoras de uma dinâmica relacional única, visto que a sua centralidade é a fé cristã, vivida também numa dimensão comunitária, com toda a sua transcendência, é importante para o enquadramento do presente trabalho.

Perspectiva teológica.

Uma das razões mais fundamentais porque as comunidades locais de fé existem, de acordo com a perspectiva geral do Novo Testamento, é justamente para dar espaço à *koinonia* (8).

A conotação da raiz *koin*, no grego, é essencialmente a de partilha.

O primeiro dos sentidos, receber uma partilha, é aplicado ao caso de sócios num empreendimento comum, como, por exemplo, no caso da obra cristã (II Coríntios 8:23), referindo a parceria do apóstolo Paulo e de Tito, ou negócios seculares (Lucas 5:10), reportando-se à sociedade de alguns pescadores que vieram a tornar-se discípulos de Cristo, ou para significar os que participam numa experiência comum, como a perseguição (Hebreus 10:33), referida na exortação do escritor bíblico à perseverança, no caso de sofrimento (II Coríntios 1:7), quando profere, a esse propósito, palavras de esperança, ou em enquadramentos de adoração (I Coríntios 10:18), entre outras situações.

Shedd (1986) afirma que, nestes casos, o substantivo *“encontra-se em passagens que denotam a vida cristã conjunta, nas quais a ideia é que os crentes participam juntamente de certas realidades objectivas”* (p. 310).

As situações em que se verifica o segundo sentido, dar uma partilha, são traduzidas pelos textos de II Coríntios 9:13 ou Filipenses 1:5, entre outros, nos quais S. Paulo exalta a generosidade dos crentes para com outros irmãos em necessidade, ou como expressão de apoio ao seu próprio ministério apostólico, visando o progresso do Evangelho.

No terceiro caso, em que a palavra adquire o sentido de compartilhar, podemos verificar esse conceito nos contextos de Actos 2:42, onde os primitivos cristãos *“estavam juntos e tinham tudo em comum”* (v. 44), de Gálatas 2:9, no reconhecimento da vocação específica, definida e diferenciada de ministérios, ou de I João 1:3 e seguintes, onde se desenvolve o tema da comunhão espiritual com Deus e com os outros cristãos.

Segundo I Coríntios 12:27, a expressão *“corpo de Cristo”* refere-se ao conjunto de todos os cristãos: *“Ora, vós sois corpo de Cristo e, individualmente, membros desse corpo”*. Mas tal designação é igualmente aplicada para descrever um agrupamento localizado de crentes, isto é, uma comunidade local de fé, a qual, sendo constituída por

(8) Segundo O Novo Dicionário da Bíblia, vol. 1, (1986), as diversas passagens dos textos do Novo Testamento que usam a raiz *koin* poderão ser entendidas como expressando três sentidos distintos: *“receber uma partilha, dar uma partilha, ou compartilhar”* (p. 310).

um conjunto de indivíduos “membros desse corpo” continua a ser parte do conjunto que é conhecido como a Igreja Universal.

Gangel (1989) reportando-se às palavras de S. Paulo aos Filipenses, cap. 2:1-5, define a singularidade das comunidades locais de fé, de inspiração cristã, do seguinte modo: *“Since believers have unity they can also anticipate encouragement, comfort, fellowship, tenderness, and compassion. All of that (...) establishing the central idea of human relations in Christian organizations – the unity of the body in Christ”* (p. 202). Por aqui se vê que a comunidade local de fé se reveste de características muito específicas, que vão para lá das que definem e enquadram simples organizações humanas, já que a mesma toca o Divino ou a Transcendência.

Essas características diferenciadas estão presentes quer na origem da formação da comunidade local de fé em si mesma, quer nos objetivos que persegue e que normalmente estão traduzidos nos seus estatutos, quer na sua liturgia e na sua *praxis* quotidiana, tanto do ponto de vista simbólico como no *modus operandi*.

O conceito de corpo de Cristo, aplicado à Igreja, expressa acima de tudo a ideia de unidade: *“Porque assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também. Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito. Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos”* (I Coríntios 12:12-14).

Neste sentido está também presente o conceito de igualdade, independentemente da condição social de cada um (“quer servos, quer livres”), ou da sua origem cultural ou religiosa (“quer judeus, quer gregos”), assim como o conceito de solidariedade e de ajuda mútua: *“De maneira que, se um membro padece, todos os membros padecem com ele; e se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele”* (12:26).

Para além dos aspectos fundamentais da comunhão e partilha dos seus membros uns para com os outros, as comunidades locais de fé caracterizam-se ainda, e de acordo com o contexto geral do Novo Testamento, pelo seu testemunho cristão (Mateus 28:19-20; Actos 1:8), e pelo serviço a Deus e aos outros, os que não pertencem à referida comunidade, já que o serviço a Deus começa na solidariedade, na caridade cristã, no serviço aos outros, em especial aos mais necessitados e desprotegidos. Segundo o Novo Testamento, *“a religião pura e imaculada para com Deus”* começa por ser *“visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações”* (Tiago 1:27).

Este serviço a Deus e aos outros, para lá da comunhão e partilha, são também conceitos fundamentais na dinâmica de vida pessoal e comunitária de uma comunidade local de fé.

A FIGURA E A FUNÇÃO DO PASTOR DE ALMAS

O conceito de Pastor de almas

Por “Pastor de Almas” entende-se a figura do líder espiritual ou religioso de uma dada comunidade local de fiéis, que funciona como guia das “ovelhas” desse rebanho.

O pastor Pfister atribuiu a si mesmo este termo, nos anos trinta (9).

O pastor é normalmente a figura central na comunidade, quer pela autoridade espiritual que representa, quer pelo facto de que é ele que, numa base regular, orienta espiritualmente o rebanho e imprime dinâmica à vida comunitária, muito embora o seu papel e o seu protagonismo pessoal sejam determinados, em grande medida, pelo tipo de governo eclesiástico observado na sua comunidade, pela tradição religiosa em presença, pelo tipo sociológico da comunidade, e até pela personalidade do próprio.

Em muitas comunidades locais de fé, o pastor é visto como uma referência fundamental, senão mesmo como o exemplo mais acabado a seguir pelos fiéis, já que, pela natureza das suas funções, é normalmente ele o orador, pregando e ensinando a Palavra de Deus, pelo que a sua presença, atitude e opinião têm muitas vezes um peso incontornável.

A centralidade do seu papel, em termos litúrgicos e sociais, na comunidade religiosa, confere-lhe, portanto, um destaque único.

Esse papel de destaque desempenhado na comunidade, e que é decorrente das funções que exerce, é também influenciado por uma significativa carga afectiva que tem muito a ver com a sua presença nos momentos difíceis de cada um dos fiéis e da vida familiar destes (doença, separação, morte), assim como nos momentos felizes, traduzidos por diversos ritos de passagem (baptismo ou dedicação de recém-nascidos, casamentos, aniversários).

(9) Oskar Pfister (1873-1956), pastor e psicanalista suíço, trabalhou com Jung e correspondeu-se com Freud durante trinta anos. Definiu-se então a si mesmo como *Seelsorger* (“pessoa que cuida, se preocupa, encaminha a alma”), que se traduz por “cura de almas”, pastor de almas”, “conselheiro espiritual” (p. 197).

Ora essa presença permanente e consistente, associada aos picos emocionais, aos momentos de fragilidade ou de exaltação, faz dele um elemento nuclear no cotidiano das pessoas e das famílias integradas na comunidade de fé onde exerce o seu múnus.

Unger (1966) define as qualificações de um pastor essencialmente em três aspectos:

- a. como *ministro*, tem a seu cargo o “*serviço de ministração ao culto divino, pondo em ordem a adoração da congregação, administrando as ordenanças, pregando a Palavra de Deus.*”
- b. como *prestador de cuidados pastorais*, deve “*alimentar espiritualmente o rebanho, mostrando-se vigilante, deixando-se envolver em boas obras e ações de misericórdia e compaixão.*”
- c. como *referência de autoridade*, deve procurar ser um “*dirigente que merece respeito e que impõe ordem e disciplina*”, sendo capaz de “*exortar, advertir, consolar e orientar com autoridade.*”

Embora não seja claro se Unger se está a referir, neste último aspecto, à comunidade como grupo ou ao aconselhamento pessoal, contudo esta perspectiva radica no pressuposto de que o pastor deve assumir um perfil autoritário.

Segundo Shedd (1986), as Escrituras frisam, de forma categórica, a grande responsabilidade dos pastores para com os fiéis que constituem o seu rebanho: “*Um dos mais solenes capítulos do Antigo Testamento é a denúncia contra os pastores infiéis em Ezequiel 34 (...), tais pastores, por amor ao próprio ventre, alimentam-se a si mesmos e não às ovelhas, matam e espalham as ovelhas de que estão encarregados, pensando só em seu próprio proveito, negligenciam totalmente o cuidado pastoral que lhes pertence*” (pp 1212, 1213).

Souza (1983) classifica as tarefas pastorais em três áreas essenciais, todas elas centradas numa perspectiva bem menos autoritária:

- *a função de apascentar o rebanho*, desenvolvendo cuidados pastorais, de modo a que o seu próprio exemplo de vida sirva como referência para os fiéis;
- *a função sacerdotal*, intercedendo diante de Deus pelos fiéis;
- *a função diaconal*, já que o pastor é um servo, devendo colocar-se, portanto, ao serviço de todos.

Partindo do princípio de que o pastor de almas é uma pessoa como as outras, sujeita às mesmas dificuldades, lutas e tentações, será compreensível que a sua atitude básica seja essencialmente não autoritária, já que também está sujeito ao erro e deve ter o direito de errar como qualquer outra pessoa.

Drewermann (1994), no seu ensaio sobre os eclesiásticos da Igreja Católica, defende que a instituição religiosa tem dificuldade em lidar com a realidade da fragilidade humana dos ministros de culto, e chega mesmo a afirmar que: *"A separação imposta teologicamente entre o sistema sacrossanto da instituição eclesiástica, apreciada como organização infalível desejada por Deus, e a pessoa humana submetida a tentações, resulta como uma abstracção artificial e esquematizante, que não se coaduna com a realidade viva, e que se destina apenas a estabilizar ideologicamente a ordem pré-estabelecida"* (pp. 16,17).

Daí que a figura do pastor de almas assuma (ou deva assumir) cada vez mais a perspectiva do conselheiro espiritual, da pessoa que cuida, que se preocupa, que está ao lado, que manifesta a sua presença tanto nos bons como nos maus momentos, nunca deixando de estar consciente das suas próprias fragilidades pessoais, e não tanto a do líder autoritário que determina superiormente os caminhos pessoais dos seus paroquianos.

Ponto de vista bíblico-teológico.

Do ponto de vista teológico, o papel desempenhado pelo pastor da comunidade de fé é de um alcance e importância assinaláveis.

Na opinião de Conner (1982) o termo hebraico *raah* (10) é traduzido, ao longo do Velho Testamento, como *"pastor"* (que pastoreia), como *"shepherd"* (que apascenta), como *"herdsmen"* (que ajunta e orienta), como *"keeper"* (que protege), e como *"feed"* (que alimenta).

(10) Segundo Champlin e Bentes (1991), o termo "pastor" aparece na Bíblia, na forma da palavra hebraica *raah*, no Velho Testamento, por setenta e sete vezes (p. 104).

No Novo Testamento, e na forma da palavra grega *poimén*, o termo “pastor” surge por dezoito vezes, e o significado tem a ver com a ideia de alimentar, guiar e superintender sobre o rebanho, tanto no sentido literal como no figurado (pp. 175,176).

De acordo com Champlin e Bentes (1991) a palavra pastor, no sentido literal, refere-se a alguém que cuida dos rebanhos de ovelhas. *“Os pastores eram conhecidos como profissionais que alimentavam e protegiam os rebanhos (Jeremias 31:10; Ezequiel 34:2), que procuravam as ovelhas perdidas (Ezequiel 34:12) e que livravam dos animais ferozes as ovelhas que estivessem sendo atacadas (Amós 3:12)”* (p. 104).

Segundo Adams (1980), a palavra “pastor”, aplicada ao ofício de ministro religioso, não se encontra em qualquer outra religião além do cristianismo (p. 77).

O Salmo 23 começa justamente com a expressão: *“O Senhor é o meu pastor; nada me faltará”*, estabelecendo uma comparação entre o dedicado pastor de ovelhas, que cuida do rebanho, e Deus como Sumo Pastor das almas. David, rei do Antigo Israel, defendia neste texto, com base na sua própria experiência pessoal de pastor de rebanhos, que as ovelhas eram conduzidas, pelo pastor, aos pastos verdejantes e às águas de descanso, o que as revigorava, e mesmo que atravessassem o vale da sombra da morte não temeriam mal algum porque o pastor estaria com elas.

Jesus Cristo veio mais tarde a apresentar-se como tal, dizendo acerca de si mesmo *“Eu sou o bom pastor”* (João 10:11), aquele que ama as ovelhas, de tal forma que as conhece tão bem a ponto de as poder chamar pelo seu nome e elas conhecerem a sua voz, não seguindo a outro.

Adams (1980) afirma que *“o quadro bíblico da intimidade e amor existentes entre o pastor e as ovelhas é-nos estranho. O pastor oriental vivia com as suas ovelhas. Dormia perto delas, à noite, nas encostas das colinas, como certamente o fazia David. Saía em busca da centésima ovelha, não satisfeito com as noventa e nove seguras no aprisco”* (p. 77).

De acordo com esta comparação bíblica, entre o pastor de ovelhas e o pastor de almas, é fácil perceber o teor da responsabilidade que impende sobre o pastor de almas para com os que lhe foram confiados. A restauração e o refrigério da alma, o repouso, a paz do coração e da mente são igualmente necessidades básicas das ovelhas do rebanho de Deus.

Compete então aos ministros religiosos, na sua qualidade de pastores das almas, dar a sua contribuição para o suprimento das necessidades das pessoas que estão sob sua responsabilidade espiritual.

Sendo assim, o pastor deve estar preparado e disponível para poder atender as suas ovelhas, tendo em vista o bem-estar, o progresso e o crescimento das mesmas.

De acordo com Riggs (1976), ele deve indagar “*com interesse sobre o bem-estar físico e espiritual de cada membro da família.*” Mas também se deve mostrar “*paciente e interessado*”, já que deve desenvolver “*a arte de ouvir com atenção e simpatia*” (p. 237).

Evolução histórica da praxis pastoral

O papel do líder espiritual foi mudando ao longo dos tempos, de acordo com a maior ou menor incidência religiosa das sociedades. Basta recordar que tanto a Educação como a Saúde começaram a dar os seus primeiros passos no seio das instituições religiosas, pelo que a Igreja Católica era então detentora de um poder bastante decisivo, tendo chegado a dispor de altos privilégios e a reunir riquezas imensas.

Weber (1983) diz que “*na Idade Média só o cristão era um cidadão completo*” (p. 211).

O poder político estava intimamente ligado ao poder religioso – o Papa punha e depunha reis na Europa – pelo que os ministros religiosos acabavam sempre por alcançar grande protagonismo na vida social e comunitária das populações.

Almeida (1993) afirma que o papa Gregório VII, que pontificou entre 1073 e 1085, e que era até aí um simples monge, de nome Hildebrando, publicou as suas famosas máximas, as *Máximas de Hildebrando*, que se tornaram a base do papado, e “*nas quais transparece o mais ferrenho despotismo*”, entre elas a que estabelece que “*o papa tem autoridade para depor imperadores, e privá-los da sua dignidade imperial*”, ou a que “*o papa é a única pessoa deste mundo cujos pés devem ser beijados por príncipes e soberanos*” (pp. 104, 105).

Vidler (1966) afirma que, nas vésperas da Revolução Francesa, a Igreja “*possuía riquezas e propriedades imensas, totalmente isentas de contribuições. Controlava o monopólio da educação e cuidava da doença*” (p. 12).

O clero era então uma classe privilegiada, já que a Igreja Católica não conhecia rivais, pois “*desde a revogação do Édito de Nantes só os católicos tinham direito de*

cidadania. O clero tinha as suas cortes próprias e o casamento estava sob o controle eclesiástico” (p. 12).

Com o advento da Revolução Francesa (1789) e da sua filosofia política de Liberdade-Igualdade-Fraternidade, e com a queda das monarquias absolutistas na Europa, a Igreja começou progressivamente a perder influência sobre as populações.

A Educação e a Saúde começaram então a passar, mais ou menos gradualmente, para a mão dos Estados, assumindo o carácter de serviço público, e o conceito de sociedades laicas começou a tomar forma, até aos dias de hoje, a ponto de as constituições políticas dos países europeus consagrarem, de um modo geral, a separação formal entre as igrejas e o Estado.

Saraiva (1996) diz que *“a propriedade eclesiástica tinha, em 1820, uma extensão enorme” (p. 294)*. A riqueza da igreja católica era extrema uma vez que *“os fiéis acreditaram que o que neste mundo dessem à Igreja seria levado em conta no julgamento dos pecados, habilitando-os portanto a um lugar no Paraíso” (p. 294)*. Estima-se que as possessões de terras da Igreja, em Portugal, andassem *“à volta de uma terça parte do conjunto das terras cultivadas” (p. 294)*, para além de centenas de edifícios e bens móveis, designadamente valores artísticos. Essa acumulação de riqueza não agradava aos monarcas que tentaram lutar contra ela, a partir de D. Afonso II, mas sem o conseguir por completo.

Por outro lado, Oliveira (1994) afirma que *“metade da propriedade rústica”* estava na mão dos mosteiros, que constituíam *“verdadeiras granjas agrícolas”*, protegidos por alguns monarcas e príncipes, porque *“viam neles o melhor meio de promover o repovoamento e colonização do terreno conquistado, e ainda o de resolver a fome e a miséria” (p.67)*.

Nesse tempo os enterros faziam-se no adro das igrejas, sendo a influência dos ministros da religião muito forte, junto de uma população que, em muitos casos, não tinha sequer acesso à educação básica, dada a grande taxa de analfabetismo e de iliteracia.

Por exemplo, em Portugal, e até á implantação da República (1910), não existiam sequer registos civis, pelo que o controle da população, em termos oficiais, acontecia no âmbito exclusivo da Igreja Católica, o que atesta bem tanto a fraqueza da organização do Estado como a força social e a influência decisiva da Igreja sobre as populações.

Após o breve período da chamada I República, durante o qual o anticlericalismo veio ao de cima, violentamente, em parte como resposta social e política a uma certa

promiscuidade entre os poderes político e religioso verificados durante o regime monárquico, e em parte como resultado visível de uma tendência jacobina, ainda inspirada na revolução francesa, e já no regime do Estado Novo, a Igreja voltou a adquirir posição privilegiada por força da Concordata de 1940, celebrada entre o Governo Português e a Santa Sé, entretanto revista já no tempo da Democracia.

Foi só depois do 25 de Abril de 1974, e da mudança de regime então sucedida, que foi possível ao Governo português negociar com o Vaticano uma alteração pontual ao texto concordatário, de modo a que fosse facultado aos casados pela igreja católica obterem o seu divórcio, e poderem ser livres para voltar a contrair matrimónio com outra pessoa, mesmo apenas com o vínculo civil.

Amaral (1995) afirma que: *“(...) em 1975, a Santa Sé, os nossos bispos e os católicos portugueses aceitaram, sem um único protesto, a legalização do divórcio para os casados catolicamente, decidida e negociada com o Vaticano pelos Governos Provisórios nomeados após a Revolução do 25 de Abril” (p. 120).*

Tournier (2002), afirma que *“do mesmo modo que os pais do nosso adolescente rebelde não lhe podem propor voltar a ser criança e aceitar de novo a sua tutela espiritual, a Igreja não pode sonhar com anular a emancipação intelectual e temporal da nossa sociedade moderna”*. O autor acrescenta, ainda, que: *“depois da dominação tirânica da Igreja sobre a sociedade, depois do expediente da separação entre a Igreja e o Estado, há que se encontrar uma nova harmonia entre a Igreja e a sociedade, entre o espírito e o corpo” (pp. 91, 92).*

É por isso evidente que, ao longo deste processo histórico, a tendência geral em toda a Europa foi no sentido de os ministros religiosos virem perdendo a influência que tinham em tempos idos, perante as populações, sendo hoje a sua esfera de influência tendencialmente muito mais limitada do que no passado, embora a sua importância ainda varie bastante, de acordo com a sociedade em presença.

O Pastor segundo o contexto do governo eclesiástico

O tipo de governo eclesiástico praticado numa comunidade de fé condiciona sempre, à partida, o papel de quem exerce funções pastorais nessa mesma comunidade. Nalguns casos as funções do pastor são tendencialmente interventivas, tornando mais

significativa a sua influência pessoal e ministerial na comunidade, mas em outros casos acontece a situação inversa, ou seja, a existência de uma liderança colectiva ou colegial retira ao pastor uma grande parte da sua margem de manobra, transferindo a responsabilidade mais para o domínio colectivo ou da própria congregação no seu conjunto.

O que promove a diferença de intervenção e protagonismo do pastor ou líder espiritual de uma comunidade de fé para outra é fundamentalmente a natureza do governo eclesiástico existente no terreno, assim como o seu enquadramento na tradição da comunidade, para além, como é óbvio, das suas características, capacidade e estilo pessoal.

Conner (1982), cit. Beall (p. 120), afirma que os antropólogos definem a existência de cinco tipos possíveis de governo, e que são, basicamente:

- Oligarquia – o governo de uma pequena elite
- Monarquia – o governo de um homem ou uma mulher
- Gerontocracia – o governo de um grupo de homens idosos
- Democracia – o governo de uma grande massa de pessoas, normalmente através de alguma forma de representação
- Teocracia – o governo de Deus através de autoridades apontadas.

Mas, ainda segundo Conner (1982), estes cinco tipos de governo poderão ser classificados em apenas três sistemas básicos. É o que defende Paul, cit. por Conner, onde, e referindo-se à matéria de governo eclesial, afirma: *“The three simple patterns that emerged paralleled the three basic systems of civil government known to the ancient world – Episcopal (monarchical), Presbyterian (oligarchic or aristocratic) and Congregational (democratic)”* (p. 31).

Ora estes sistemas podem ser identificados tanto na área de governo civil como na eclesiástica. O que nos interessa, neste caso, é apenas o contexto eclesiástico.

Assim, no sistema episcopal (de tipo monárquico) (11), o pastor de uma comunidade local de fé está sempre sujeito a uma autoridade superior, de carácter autocrático (“auto”= por si mesmo e “kratos”= poder), ou hierárquica. O bispo pode ser

(11) A palavra grega para bispo ou supervisor é “episcopos” (“epi” = sobre e “skopos” = para ver ou olhar).

um bom ou mau governante, pode ser tanto um ditador benevolente como despótico, mais autoritário ou mais permissivo, mais interveniente ou mais ausente, pelo que a capacidade de intervenção criativa e de inovação do pastor local será mais ou menos limitada pelo estilo de episcopado a que estará sujeito.

No sistema presbiteriano (de tipo oligárquico ou aristocrático) (12), o poder está nas mãos de um pequeno grupo, pelo que a margem de manobra do líder da comunidade local está condicionada essencialmente pelo estilo de funcionamento do presbitério ou grupo de liderança local, que pode funcionar como enquadramento, apoio e câmara de conselho para uma liderança pastoral mais interventiva, como pode igualmente vir a revelar-se um obstáculo à implementação de uma visão pastoral pessoal e a uma estratégia religiosa definida pelo líder espiritual da comunidade.

Já no sistema congregacional pontifica a forma democrática de governo, pelo que o pastor estará condicionado pela maioria da sua congregação, o que, no caso de funcionar satisfatoriamente, isto é, quando houver consonância entre a estratégia do pastor e a estratégia da comunidade, lhe dará uma “legitimidade” forte, mas no caso inverso criará dificuldades porventura insuperáveis, dado que os conflitos poderão estabelecer-se.

Por aqui se vê que o sistema de governo condiciona e determina, à partida, o desempenho do papel do pastor.

No caso de um governo de carácter episcopal a posição do líder tenderá a ser mais forte, desde que a autoridade que o supervisiona não lhe crie dificuldades ou constrangimentos significativos.

No caso de um sistema de tipo presbiteriano, a margem de manobra será intermédia, e bastante condicionada pelo desempenho do grupo de liderança que governa a comunidade.

No caso congregacional poderá vir a tornar-se-á muito mais limitada, dado o facto de que a comunidade em todo o seu conjunto pode delimitar o raio de acção do líder da comunidade local de fé e impor-lhe a sua própria estratégia, que pode não coincidir com a que ele defende e na qual acredita, ficando então dividido entre as suas convicções pessoais e as deliberações da congregação.

(12) “Oligo” significa “poucos”.

Mas para lá disto há que contar com as características pessoais, a preparação, a capacidade e o estilo de cada pessoa que ocupa os lugares de liderança.

Se o estilo de aconselhamento do pastor da comunidade local de fé for directivo e autoritário, provavelmente ficará condicionado pelo nível de autoridade efectiva de que ele dispõe dentro do sistema, ou que é percebida pelos fiéis.

Se, pelo contrário, o aconselhamento for menos directivo, o tipo de governo presente na comunidade revela-se então menos relevante para o sucesso da prática do aconselhamento pastoral, já que não se trata então de desenvolver um tipo de aconselhamento estribado numa posição de autoridade formal e inquestionável, mas sim uma posição de escuta, de aceitação, e de um olhar incondicional positivo sobre o Outro.

O ACONSELHAMENTO PASTORAL

O conceito de Aconselhamento Pastoral

Hurding (1995) define aconselhamento como *“uma actividade com o objectivo de ajudar aos outros em todo e qualquer aspecto da vida, dentro de um relacionamento de cuidado”* (p. 36), explicitando que essa ajuda aos outros coloca o aconselhamento num quadro bastante amplo.

Patterson e Eisenberg (1988) definem aconselhamento como um procedimento profissional baseado em entrevistas e intervenções que têm por objectivo *“capacitar o cliente a dominar as situações de vida, a engajar-se em actividades que produzam crescimento e a tomar decisões eficazes”* (p. 1).

Pestana e Páscoa (1998) dão-lhe uma outra perspectiva. Para eles, aconselhamento é uma *“intervenção psicológica de apoio ou suporte ao desenvolvimento e resolução de crises, a nível pessoal (emocional, autoconhecimento, autoconfiança, orientação) e psicossocial (relacional, capacidade de afirmação)”* (p. 10).

Gobbi e Missel (1998) referem-se ao aconselhamento pastoral como sendo um tipo de aconselhamento que é realizado em instituições religiosas (p. 15).

Por Aconselhamento Pastoral pode então entender-se a actividade que o Pastor de Almas (ou outro líder espiritual, ou mesmo um leigo qualificado) desenvolve entre os fiéis, a nível individual ou de grupo, procurando responder ao pedido de ajuda que estes lhe formulam, no sentido de virem a resolver aspectos da sua vida prática, ou mesmo questões de carácter existencial que os condicionam, incomodam, que lhes traz desconforto ou faz sofrer.

Por sua vez, Crabb (1977), cit. por Hurding, sustenta que, no quadro de uma situação de carácter eclesiástico, podemos ajudar os outros através de qualquer uma das seguintes abordagens: *“mediante o estímulo, em que cada cristão é chamado a ajudar o outro que tenha sentimentos problemáticos, mediante a exortação, em que os cristãos vocacionados e instruídos, quer como líderes leigos, quer como líderes ordenados, devem ajudar o irmão que tenha um comportamento problemático, e mediante o esclarecimento, em que alguns particularmente capacitados e experientes recebem ainda mais instrução para ajudar os que tenham um pensamento problemático”* (p. 36).

Crabb procura assim capacitar o Outro no sentido de se mover na direcção de sentimentos, comportamentos e pensamentos que se harmonizem com os princípios bíblicos.

Collins (1984) diz muito claramente que o aconselhamento pastoral deve servir para *“tocar vidas, modificá-las e levá-las em direcção à maturidade tanto espiritual como psicológica”* (p. 14), especificando que isso significa, por exemplo, estimular o desenvolvimento da personalidade, ajudar os indivíduos a enfrentarem mais eficazmente os problemas da vida, os conflitos íntimos e os desequilíbrios emocionais, providenciar encorajamento para os que estejam a lidar com decepção ou perda de ente queridos, e assistir às pessoas cujo padrão de vida lhes cause frustração e infelicidade.

Todavia Oates (1959) cit. por Hurding, diz que a escolha, para os pastores, não é entre aconselhar ou não, mas sim *“entre aconselhar de maneira disciplinada e hábil ou aconselhar de modo indisciplinado e inábil”* (p. 11), ou seja, considera que a actividade de aconselhamento faz parte das funções de qualquer ministro religioso, e que, portanto, ele se deve preparar convenientemente para essa tarefa.

O Aconselhamento Pastoral (13) pode e deve ser encarado como uma forma de relação de ajuda, particular e específica, no qual um ministro religioso, ou mesmo um leigo com competências devidamente desenvolvidas para essa tarefa e credenciado para o efeito, pode estabelecer uma relação de ajuda com os fiéis de uma determinada comunidade local de fé que a procuram.

Rogers (1977) definia o conceito de relações de ajuda, como sendo *“as relações nas quais pelo menos uma das partes procura promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida”* (p 43), ou ainda *“uma situação na qual um dos participantes procura promover numa ou noutra parte, ou em ambas, uma maior apreciação, uma maior expressão e uma utilização mais funcional dos recursos internos latentes do indivíduo”* (p. 43).

(13) A palavra “conselho” (no hebraico *etsah*) aparece 86 vezes no Antigo Testamento. Um dos nomes atribuídos pelo profeta Isaías ao Messias foi “conselheiro” (Isaías 9:6), no sentido de que, como afirmam Champlin e Bentes (1991), “um conselheiro sugeria soluções sábias sobre qualquer questão, sendo esse um conceito geral do Antigo Testamento” (p. 875).

Rogers parte do princípio, aparentemente óbvio mas importante, de que “*se posso formar uma relação de ajuda comigo mesmo – se eu puder estar afectivamente consciente dos meus próprios sentimentos e aceitá-los – é grande a probabilidade de poder vir a formar uma relação de ajuda com outra pessoa*” (p. 44).

Porém, um padre católico, um pastor evangélico ou um líder espiritual em geral, especialmente quando fazem aconselhamento no âmbito do seu múnus espiritual ou na área de influência da sua comunidade local de fé, desenvolvem um tipo de trabalho e abordagem marcados à partida por alguns pressupostos que estabelecem limites, desde logo, na relação com a pessoa que procura ajuda ou aconselhamento. Esse tipo de limites, em primeiro lugar tem a ver com aquilo a que podemos talvez chamar a *posição de poder do conselheiro*. Nos casos em que o conselheiro é também o líder da comunidade de fé, o aconselhando tende a colocar-se automaticamente num patamar de submissão. Tende a ficar intimidado, a não se abrir, a ter necessidade de medir as palavras muito bem e a resguardar-se mais do que faria eventualmente com um técnico anónimo, ou alguém que não represente qualquer espécie de poder para aquela pessoa.

Mas também para o conselheiro esta não é uma situação fácil de gerir. É extremamente difícil, para quem dispõe de um certo poder sobre o aconselhando, do ponto de vista comunitário, resistir à tentação de o direccionar, optando por outras posturas, esquecendo que deve ser ele a traçar o seu próprio percurso e a encontrar as soluções para os problemas que, afinal, também são essencialmente seus.

Isto é, por vezes há de facto dificuldades para que o conselheiro estabeleça uma compreensão empática (14) com o aconselhando, ou demonstre perante ele uma aceitação incondicional positiva, o que faz parte do estabelecimento de uma relação impregnada pelas seis condições necessárias e suficientes para a mudança psicológica, que Carl Rogers teorizou.

(14) De acordo com Rogers (1985), a *compreensão empática* é ser capaz de “entrar completamente no mundo dos sentimentos e das concepções pessoais” do Outro (p. 56)., constituindo também uma das seis condições necessárias e suficientes para o desenvolvimento de um processo terapêutico. Hipólito (1991) define-a em dois momentos distintos “num primeiro tempo ver e perceber o mundo do Outro como o Outro o vê, através da sua própria subjectividade, como se fosse o Outro, mas sem nunca perder a noção da diferença que permite a relação; num segundo momento, confrontar a nossa percepção com a realidade do Outro e ajustar constantemente a precisão da nossa compreensão através do diálogo”. Estes dois momentos são inseparáveis e consecutivos (p. 8).

Outra questão tem a ver com uma *possível confusão de papéis*, em que o conselheiro pode incorrer.

De facto, a regra de ouro do sigilo das sessões de aconselhamento, pode não constituir garantia suficiente para o aconselhado que se encontra incongruente, atravessando dificuldades especiais, visto que, existindo uma interacção de cariz religioso no âmbito da comunidade de fé, poderá haver o receio íntimo de que a matéria das entrevistas venha eventualmente a estar envolvida nas prédicas, isto é, que os desabafos do privado possam vir a servir como material para outras situações, quando o contexto é o de uma comunidade de relações cruzadas e mais ou menos próximas.

Quando esta confusão de papéis existe, conseqüentemente o aconselhamento pastoral tende a tornar-se ineficaz, pois o conselheiro nem sempre tem uma ideia suficientemente clara do seu papel, das suas responsabilidades, e dos seus limites.

Maurice Wagner (1973) identificou algumas atitudes do conselheiro, ou equívocos, que podem, potencialmente, ser geradoras de confusão de papéis:

1. *Visita em vez de aconselhamento.* A visita sugere uma troca mútua de sentimentos, ideias e informações, num ambiente amigável, e que não constitui, necessariamente, um pedido de ajuda. Mas já o aconselhamento, no quadro da Abordagem Centrada na Pessoa, implica uma conversa centrada na pessoa do aconselhando. É, assumidamente, uma relação de ajuda em que alguém, que está congruente (15), procura ajudar o outro, que se apresenta em incongruência.
2. *Falta de tempo do conselheiro.* Se o conselheiro for apressado, os seus possíveis comentários encorajadores poderão ser objecto de suspeita, parecendo estar a dizer apenas aquilo que o aconselhado quer ouvir, a fim de terminar a sessão o mais depressa possível. “*Uma entrevista descontraída também faz com que o aconselhando sinta que está a receber toda a atenção do conselheiro (...) quando este se mostra apressado e impaciente, tende a formular julgamentos baseados em impressões precipitadas*” Wagner (1973). É importante que o conselheiro tenha tempo que lhe permita ouvir o Outro com atenção, manifestando-lhe cuidado e interesse por ele.

(15) Segundo Rogers (1985), a *congruência* está presente quando “qualquer atitude ou sentimento que esteja a experimentar se adequa à consciência que tenho desse sentimento ou dessa atitude” (p. 54).

3. *Prontidão em rotular em vez de respeito pela diferença.* A classificação imediata e apressada das pessoas, de acordo com *clichés* anteriormente assumidos é uma tentação de muitos conselheiros, que acabam por se despedir das pessoas com um confronto rápido ou uma sugestão rígida. Mas esta atitude não facilita o desejo ou a vontade de um novo encontro para se ser ajudado.
4. *Condenação em vez de imparcialidade.* Quando o aconselhado se sente condenado ou censurado pelos seus comportamentos, atitudes ou motivações, tende a defender-se, a fechar-se, a demonstrar uma indiferença resignada ou a aceitar as palavras do conselheiro sob reserva. Ora nada disto contribui para o crescimento ou a actualização das potencialidades do aconselhado.
5. *Pretensão de querer resolver tudo num só momento.* O interesse ou entusiasmo do conselheiro por vezes leva-o a prolongar demasiado uma sessão de aconselhamento. É preferível, se necessário, realizar sessões mais curtas e mais frequentes. O tempo é um contributo importante na resolução dos problemas das pessoas. As sessões demasiado longas provocam cansaço, confusão e falta de concentração, o que não concorre, de forma nenhuma, para potenciar os resultados da entrevista de ajuda.
6. *Ser directivo.* É um erro comum que demonstra não se acreditar nas potencialidades do aconselhado para a mudança. A não-directividade leva o conselheiro a uma atitude de ajuda do outro, tentando compreendê-lo de acordo com o seu quadro de referências interno, e acompanhando-o no seu percurso, a fim de lhe permitir descobrir por si mesmo, nos seus próprios *timings*, a forma de superar os bloqueios que o impedem de caminhar em direcção a uma vida mais plena.
7. *Envolvimento emocional.* A linha divisória entre o que é o interesse pela pessoa, na perspectiva de ajuda, e a perturbação e confusão devidas a um envolvimento emocional, pode vir a tornar-se ténue, pelo que o conselheiro deve estar atento para que se não verifique a perda da sua objectividade e deixe de estar em condições de ajuda efectiva. Algumas formas de evitar este perigo são o prestar atenção ao limitado contexto do quadro da relação de ajuda, em questões como, por exemplo, a duração fixa das entrevistas, o número das sessões, e o evitar contactos de carácter íntimo. Estes cuidados não visam isolar o conselheiro, mas mantê-lo suficientemente objectivo para continuar no uso das suas competências a fim de prestar auxílio.
8. *Distanciamento em vez de compreensão empática.* As problemáticas apresentadas podem implicar pessoalmente o conselheiro, e este sentir-se perturbado ou

ameaçado no seu papel. Então pode começar a utilizar estratégias de distanciamento e de auto-protecção, esquecendo a importância fundamental de descentrar-se de si e estabelecer um clima de compreensão empática.

Há ainda a particularidade de o aconselhamento pastoral se *circunscrever principal e essencialmente ao universo das comunidades de fé*.

Em meios pequenos, de facto, dificilmente uma pessoa que não se identifica como católica se irá aconselhar com um padre. Da mesma forma se alguém não for congregado numa igreja protestante ou evangélica, ou gravitar nas suas adjacências, como familiar, colega ou amigo de alguém que o seja, em situações normais não irá pedir ajuda a um pastor.

Neste último caso, tal fenómeno sucede ainda com maior visibilidade, tal como acontece em geral, e por maioria de razão, em países de tradição religiosa católica, mormente nos países da Europa do sul, onde ainda existem alguns preconceitos culturais de fundo religioso.

Estes condicionamentos determinam que o aconselhamento pastoral se circunscreva essencialmente ao âmbito das comunidades locais de fé.

Collins (1984) defende que a comunidade local de fé (igreja local) pode funcionar perfeitamente como uma comunidade terapêutica, recorrendo ao exemplo da Igreja do primeiro século da era cristã, que não foi apenas uma comunidade de evangelização, ensino e discipulado cristão, mas também revelou todas as potencialidades para funcionar como comunidade terapêutica: *“Os corpos locais de crentes podem oferecer apoio aos membros, cura aos indivíduos perturbados e orientação quando as pessoas tomam decisões e seguem em direcção à maturidade”* (p. 14).

Não são realmente muito vulgares os casos de pessoas absolutamente estranhas à comunidade de fé que chegam até à liderança a pedir ajuda, como aconteceu no caso que Selwyn Hughes (1987) viveu pessoalmente e que relata na sua obra “Um Amigo em Necessidade”: *“Logo no início do meu ministério, um estranho desganhado e angustiado entrou uma noite no vestíbulo da igreja e pediu a minha ajuda. Ele compartilhou comigo um profundo problema pessoal; mas eu, como não tive nenhum treino de aconselhamento na faculdade de teologia, e como não possuía, com certeza, nenhuma habilidade inata para ajudar as pessoas a resolver os seus problemas, só consegui dizer: ‘Eu vou orar a Deus por si.’ E foi isso que fiz. Na manhã seguinte o seu corpo foi removido do canal da cidade. Segundo me disseram, ele estava morto há pelo*

menos oito horas. Depois de ouvir esta notícia ajoelhei-me no meu escritório e, do fundo da minha dor, clamei: ‘Senhor, faz-me um conselheiro!’ (p. 5).

Neste sentido, o conselheiro pastoral não deve deixar de estar sempre preparado a fim de intervir, para o estabelecimento de uma relação de ajuda, em qualquer situação, prevista ou imprevista, no sentido de dar apoio a pessoas desconhecidas que por vezes nos procuram, muitas vezes em situações angustiantes e de desespero profundo.

Hurding (1995) estabelece o foco central do aconselhamento pastoral da seguinte forma: “(...) *qualquer enfoque verdadeiramente cristão se voltará para um ou mais recursos, de vários – o Espírito Santo e os seus dons, a orientação espiritual, o discipulado e a experiência pessoal*” (pp. 315, 316).

Os séculos XVII e XVIII foram férteis no aparecimento de sistemas de doutrina sobre o comportamento humano, que progrediram no solo do Iluminismo, e que começaram por colocar a “Razão” como árbitro decisivo nas questões de fé e conduta.

A necessidade sentida, a nível da supervisão pastoral, de dar suporte aos fiéis perante as perplexidades da época, convergiu para um ponto em que se aperfeiçoou o conceito teológico de aconselhamento pastoral, “*influenciado pelo puritanismo dos países de língua inglesa, pelo pietismo alemão e pelo cristianismo reformado clássico, bem como pelo catolicismo, com seus contínuos ritos e cerimónias*” (Hurding, 1995, p. 24).

Foi então que a crença na importância fundamental da demonologia e da bruxaria começou a esvanecer-se, procurando-se outras explicações para as necessidades e as enfermidades das pessoas (idem).

Clebsch e Jaekle (1975) defendem que “*o cuidado pastoral sempre utilizou as psicologias da época*” (p. 69).

Especificidades do Counselling pastoral

Tradicionalmente o Aconselhamento Pastoral é praticado por um ministro da igreja, quando pessoas do meio, que têm a consciência de estar a atravessar dificuldades e problemas complicados, procuram no pastor, ou padre, orientação ou conselho espiritual.

Esta é uma tarefa complexa, que exige uma grande preparação do conselheiro, nomeadamente a capacidade de saber ouvir, e a capacidade de mostrar ao outro a sua

disponibilidade e respeito pela sua pessoa. No entanto por vezes nem todos os conselheiros se encontram preparados para tal tarefa, e em alguns casos não têm mesmo consciência das suas limitações ou incapacidades.

“Infelizmente o nosso treino como ministros não nos dá a possibilidade de aprendermos sobre a profundidade e a amplitude das dinâmicas humanas.

Pode um ministro dar conselho espiritual? Certamente! Mas pode um ministro, que nunca sofreu abusos sexuais, saber aconselhar alguém que passou por isso, sem primeiro compreender o problema através de alguma espécie de preparação? É impossível saber tudo. Além do mais, alguns assuntos requerem um tipo de conhecimento muito específico. E o treinamento de um pastor deve abarcar, entre muitas outras coisas, as outras disciplinas de pregação, estudo da Bíblia e visita dos enfermos” (Hosick, 1998).

Há alguns aspectos decisivos no conselheiro pastoral, mormente quando se trata de um ministro ou líder espiritual, como a salvaguarda da sua harmonia familiar, tantas vezes sacrificada no altar de uma disciplina e rigor excessivos, ou perturbada pelas exigências do ministério pastoral. Essas exigências passam, muitas vezes, pelo contacto com situações dramáticas, que envolvem perda, luto, decepção e dor. Essas situações-limite tanto podem levá-lo a adquirir uma capa de insensibilidade, a fim de que possa atravessar, incólume, esses terrenos áridos e sombrios, o que o torna uma espécie de “burocrata da dor”, como pode correr o risco inverso, isto é, envolver-se tanto com a dor e a tragédia do outro e não conseguir efectuar a necessária separação entre as suas próprias dificuldades e as do outro, com todas as consequências óbvias.

Falando dos cuidados pessoais com o aconselhamento, Collins (1984) realça a necessidade da existência de um certo grau de estabilidade emocional (Rogers chamaria “congruência”) ao afirmar que, se esta não se verificar, o conselheiro pode facilmente ser envolvido no seu relacionamento com o consulente. Especificando que o conselheiro cristão: *“(...) pode evitar esta tendência considerando o aconselhamento como uma relação de ajuda (...) claramente limitada nos seus termos, tais como duração das entrevistas, número de sessões, resistência ao toque, etc” (p. 31).*

Se assim acontecer, em vez de ajudar o aconselhando, é o conselheiro que se utiliza dele numa tentativa distorcida de resolver os seus próprios problemas.

Segundo Hosick (1998) existem três elementos-chave fundamentais que fazem do Aconselhamento Pastoral algo único na sua essência. De uma forma sucinta vamos apresentá-los, fazendo uma caracterização de cada um deles.

O elemento antropológico

Onde psiquiatras, psicólogos e psicoterapeutas privilegiam a utilização de métodos científicos para observar, classificar, analisar e interpretar sentimentos e comportamentos, o aconselhamento pastoral valoriza também, naturalmente, conceitos teológicos fundamentais para a fé cristã, como a Criação, a Queda e a Redenção.

Para o crente, no processo de aconselhamento pastoral, está normalmente implícito o reconhecimento de um Deus Criador, a quem a identidade do homem de fé está vinculada, e com quem dialoga, nas suas lutas, para a definição de quem é, e a consciência de si mesmo.

Ou seja, os cristãos consideram os seres humanos como criaturas que interagem umas com as outras e com Deus, valorizando-se como a expressão mais elevada da Criação.

O Aconselhamento Pastoral identifica a nossa plataforma de vida em Deus, de quem procedemos, e o contexto em que vivemos. E nesse sentido trabalha sobre conceitos específicos de identidade e relacionamento.

Esta clarificação permite à pessoa que pede ajuda reduzir a ansiedade vivenciada pela solidão e o isolamento.

Por outro lado, também o conselheiro não se sente a fazer o trabalho sozinho, pois tem a convicção de que a presença de Deus no Outro está para além dos momentos em que se encontram, isto é, quer a pessoa que pede ajuda quer o conselheiro se sentem acompanhados (por Deus) no empenhamento em ultrapassar as dificuldades, ou mesmo em processos de reestruturação de ordem pessoal.

O conceito teológico da Queda dá ao crente uma perspectiva dos contornos da dinâmica das tarefas interiores do ser humano. Essa dinâmica é em parte espiritual - onde nos podemos perspectivar interiormente e na nossa relação com Deus - e em parte humana, pela qual vivenciamos o sofrimento, e o sentido de separação de Deus. Teólogos como Champlin e Bentes (1991) descrevem este conceito de separação como sendo uma espécie de medo existencial, ou de um estado emocional simbolizado pelas trevas, inerente ao homem que não mantém uma relação com o Divino, e que é potenciador de ansiedade e desespero.

A ideia de separação é muito abrangente. Inclui o sentido de separação de Deus, da separação dos outros seres humanos, da separação de si próprio, e da separação da Natureza e da restante Criação.

Esta separação é entendida como uma espécie de causa que se esconde por detrás das perturbações de personalidade, dos comportamentos anti-sociais, da actividade criminal, da autodestruição e dos relacionamentos conflituosos, por exemplo.

Se definirmos a separação como sendo um problema inerente à natureza humana em geral, mais do que, especificamente, a casos particulares, abre-se-nos o caminho para perceber que somos todos semelhantes uns aos outros nos nossos dons e nas nossas patologias.

O conceito de Redenção radica na esperança de que a separação não tem necessidade de persistir, mas pode ser superada através da pessoa, símbolo, amor e obra de Jesus Cristo.

A promessa da restauração do nosso relacionamento com Deus, confere-nos responsabilidade moral pela iniciativa da reconciliação entre os homens.

Porque pertencemos uns aos outros, como filhos de Deus, cada um de nós tende a trabalhar, à partida, de forma a identificar-se com o outro. Isto não sucede isoladamente mas em comunidade. Assim, o aconselhamento pastoral, de certa forma, também inclui elementos de pregação, ensino e adoração, na medida em que o conselheiro pastoral ministra à comunidade, a comunidade confessa as suas necessidades, receios e esperanças, fazendo tudo isso parte da sua cura.

Nesse sentido, o aconselhamento pastoral, além de ser um processo individual, estriba-se também numa vertente social de vida comunitária.

O elemento escatológico

O segundo elemento que distingue o aconselhamento pastoral das intervenções feitas no âmbito da psicoterapia é a Escatologia.

Na perspectiva do crente, a espécie humana move-se na História com um sentido e numa determinada direcção, tendendo para uma conclusão. Os cristãos acreditam que há uma direcção na sua jornada, um propósito que os motiva, mas também um guia para a jornada. Este movimento e crescimento confere-lhes um contexto e um sentido para a vida.

Nesta perspectiva, se não existe um sentido de Deus, se não há movimento, nem um sentido de propósito, então a desesperança e a autodestruição poderão surgir.

Se não se estiver em presença de um movimento em direcção a um ponto final na História da humanidade, também não haverá esperança nem sentido para a dor.

É ainda por causa da escatologia que os crentes alcançam um sentido para a dor, que não constitui o fim da sua história pessoal com Deus. Há esperança porque a dor será e poderá ser superada. É a antecipação de que a morte não constitui a experiência final.

Os cristãos estão dispostos a experimentar aventura e risco, à semelhança dos mártires do Cristianismo, porque sabem que o final da vida humana é também o princípio de uma existência sobrenatural. Com uma perspectiva escatológica, podem os crentes contribuir para que futuras gerações (filhos e netos) aprendam do seu passado e perspectivem esperanças para uma vida de plenitude.

Dá-lhes segurança saber que Deus existia antes deles (“kairos”), e que será depois deles, no tempo único e período histórico único que ocupam (“chronos”), e que ainda têm a responsabilidade de dar uma contribuição e marcar uma diferença para o que há-de vir.

O elemento relacional

O Jesus-Homem providencia inspiração para o aconselhamento pastoral. Jesus de Nazaré acompanhou os seus seguidores, viveu com eles, tocou-os, amou-os, dependeu deles e divertiu-se com eles. Ou seja, desenvolveu com eles uma relação pessoal, investindo nas suas vidas. Isso sugere que o conselheiro pastoral deve estar disponível para desenvolver uma relação de ajuda com os seus aconselhados, mesmo partindo do princípio de que não dispõe de um código moral superior, nem de valores mais elevados, apenas promovendo e respeitando uma relação aberta, em *setting* de aconselhamento.

É igualmente importante que o conselheiro não veja a tarefa de “fazer alguma coisa para” a pessoa, como que utilizando *forceps* esterilizados.

O conselheiro não está acima do Outro, nem abaixo, está ao lado. É importante que reconheça a sua própria tendência para o mal, desespero, doença, vulnerabilidade e até a possibilidade de perturbação mental, como sendo semelhantes à do cliente, e também

por isso o respeite como pessoa. Jesus Cristo recomendou que nos amássemos uns aos outros tal como ele fazia. Então sempre que uma pessoa experiencia o amor de Deus, desenvolve nela uma forma modelar de relacionamento baseada no amor e aceitação. Nesse sentido, a possibilidade de poder partilhar as suas próprias experiências, constitui um privilégio para o aconselhando.

Mas o conselheiro pastoral não pode deter-se apenas nestas especificidades de carácter mais teológico e espiritual. Pelo contrário, persiste a necessidade de observar e entender a complexidade da pessoa, e de aprofundar mais, em termos científicos, os aspectos relativos à própria ordem estabelecida pela Criação.

Considera-se ainda que o conselheiro pastoral que integra os princípios filosóficos do movimento da Abordagem Centrada na Pessoa deverá fazer um trabalho pessoal de modo a desenvolver atitudes que lhe permitam estar centrado no Outro, acreditando nas suas possibilidades para encontrar um projecto de vida que pode eventualmente ser sedimentado pela dimensão espiritual.

Para o conselheiro pastoral que trabalha na área da Abordagem Centrada na Pessoa, há que prestar atenção redobrada à sua própria atitude.

Diferenças entre cuidados pastorais e aconselhamento pastoral

Nem toda a actividade dos líderes espirituais pode ser considerada *aconselhamento* pastoral. A maior parte das suas tarefas definem-se melhor como pertencendo à área dos cuidados pastorais.

O cuidado pastoral é muito vasto e prende-se com o suprimento das necessidades imediatas da pessoa. Inclui trabalho com idosos, presos, estudantes, doentes hospitalizados, deficientes, enfermos, acamados, e em especial todos os que estão de alguma forma limitados nas suas capacidades, ou carenciados.

O cuidado pastoral é o relacionamento através do qual o líder espiritual acompanha a outra pessoa, especialmente em tempos de dificuldade, manifestando a sua disponibilidade, e fazendo uso de uma boa capacidade de escuta do Outro, empatia, e presença pastoral.

No cuidado pastoral a iniciativa do relacionamento parte normalmente do líder espiritual, em função da tomada de consciência das necessidades específicas da pessoa

carente. Por vezes isto inclui tanto os tempos de celebração como os tempos de tristeza, e pode e deve envolver a sua comunidade local de fé.

O aconselhamento pastoral tem um enquadramento próprio, e diferente dos cuidados pastorais, e só deve ser exercido por quem efectivamente desenvolveu as suas competências na área do aconselhamento, seja oficial da igreja ou leigo.

A tarefa do aconselhamento pastoral traduz-se no acompanhamento de alguém que chega e pede ajuda específica, de forma mais ou menos explícita. Isto é, não se espera que alguém esteja receptivo para participar num processo de aconselhamento, se, à partida, não deseja esse tipo de ajuda.

É necessário dispor de competências adequadas e perícia para lidar com cada problema e cada pessoa dentro das variáveis do problema.

Por exemplo, um casal poderá estar a debater-se com problemas de comunicação entre si, enquanto outro lida com problemas de toxicodependência de algum dos filhos. Cada uma destas situações requer diferentes competências nas tarefas de ajuda, embora ambas as situações possam vir a apresentar alguns pontos de contacto.

No aconselhamento pastoral a iniciativa parte da pessoa, que procura o conselheiro para receber ajuda específica, de modo a trabalharem juntos, durante um período de tempo determinado.

Já na área dos chamados cuidados pastorais o pastor toma frequentemente a iniciativa, ao se aperceber que um ou vários dos fiéis que integram a comunidade local de fé que serve, revelam, aos seus olhos, algum comportamento indicador de dificuldades pessoais ou relacionais, e toma então a iniciativa de se disponibilizar para os ajudar, tendo em vista tanto o bem estar dessas pessoas em particular quanto o da comunidade local de fé no seu conjunto. Se a partir deste ponto a pessoa manifestar abertura para ser aconselhada, então o chamado aconselhamento pastoral tem o seu caminho aberto.

A presunção de que, se uma pessoa é competente na prestação de cuidados pastorais, também será competente em aconselhamento pastoral é errada. A questão é que, quem se aventura em águas profundas sem um colete salva-vidas pessoal de conselho e supervisão, coloca-se em perigo, e também ao seu aconselhando.

Situações de aconselhamento mais comuns

O conselheiro pastoral, à partida, deverá estar sempre disponível para escutar a pessoa que necessita de ajuda, e dispor-se a encetar um processo de aconselhamento, muito embora nunca saiba exactamente com que tipo de situações se irá deparar. No entanto, existem algumas situações de aconselhamento mais comuns.

Pessoas com notórias dificuldades em matéria de relacionamentos

Vivem-se hoje dias de grande expansão dos *media*, em que a oferta de informação supera tudo o que há uns anos atrás se poderia imaginar.

O drama é que, quanto mais suportes de comunicação, mais oferta e variedade informativa e maior fluxo comunicacional existe, mais o ser humano se tende a fechar sobre si próprio, e menos se dá na relação com os outros. A comunicação interpessoal fica cada vez mais limitada, formal, artificial. E como o homem é um ser de vocação comunitária, que se realiza na interacção social, torna-se progressivamente refém de si mesmo.

A sociedade competitiva em que as pessoas existem e se movem, é intimamente inimiga da solidariedade entre as pessoas. Daí que a tendência para o isolamento, o egoísmo e o individualismo esteja cada vez mais presente na vida social, nas relações de trabalho e nos relacionamentos em geral.

Mesmo dentro da estrutura familiar se podem observar estes fenómenos, o que é preocupante. Perdeu-se o estilo de vida das gerações anteriores, do conceito da mesa como lugar sagrado da comunhão familiar, ou do serão passado com espaço para a partilha. No lugar disso, e como resultado de uma determinada evolução cultural e da organização social moderna, em vez de tomarem uma refeição em conjunto, as pessoas ficam dispersas ao jantar, em frente de um televisor ligado, ou engolem um almoço rápido do tipo “come em pé”, e, à noite, passa-se o tempo numa discoteca, onde é difícil trocar impressões dados os generosos decibéis em presença.

A sociedade não está hoje a educar os filhos para serem pessoas realizadas em termos de comunicação interpessoal. A exposição ao excesso de utilização da *Internet* e dos jogos de computador, por exemplo, são bem o paradigma da comunicação virtual que se substituiu à comunicação real, no âmbito das novas gerações. As pessoas tornaram-se exímias no aperfeiçoamento das comunicações electrónicas, mas são cada

vez mais pobres e precárias em matéria de comunicação interpessoal. O grande desafio que a sociedade actual enfrenta hoje é reverter esta tendência.

Carl Rogers (1983) conhecia bem a importância do contacto pessoal: *“Uma sensibilidade para ouvir, uma profunda satisfação em ser ouvido. Uma capacidade de ser mais autêntico, que provoca, em troca, uma maior autenticidade nos outros”* (p. 16). Segundo ele, a falta de capacidade de comunicação interpessoal impede o desenvolvimento da autenticidade no Outro, com todas as consequências negativas em termos de convivência e relação.

O conceito de que as pessoas são interiormente enriquecidas no diálogo, no contacto, na interacção com o Outro é essencial para a valorização do Ser sobre o Ter, que é talvez a maior obsessão da sociedade actual.

O princípio de ouvir o Outro radica também na ideia de que se tem sempre alguma coisa a aprender com ele e a crescer como resultado dessa relação. E opõe-se ao conceito errado de que só se tem alguma coisa a aprender com as pessoas de quem se gosta, que se admira, ou que se consideram mais importantes ou preparadas. De facto, aprende-se muito com os avós, por exemplo. Apesar de as pessoas serem hoje, em geral, técnica e intelectualmente melhor preparadas do que as antigas, pelo menos na teoria, todavia os afectos naturais no âmbito familiar leva-as a prestar uma atenção extra aos mais velhos, conferindo-lhes um crédito especial, e reforçando a paciência, de uma forma que não acontece com outras pessoas que não são do mesmo sangue ou não lhes interessam à partida.

Mas a verdade é que o facto de essas pessoas não lhes interessarem ou não serem do mesmo sangue não quer dizer que não tenham em si a capacidade de os enriquecer como pessoas, tanto ou mais do que os avós, já que vivenciaram experiências extremamente enriquecedoras ao longo de toda uma vida cheia, já porque dispõem da capacidade de partilhar a sua imensa riqueza interior.

Quer isto dizer que o ser humano parece ter necessidade de factores especiais (laços de sangue, amizade, ligação amorosa, interesses mútuos ou particulares) que o predisponham para a comunicação interpessoal, sem os quais esta dificilmente acontecerá.

O conselheiro pastoral é muitas vezes procurado por pessoas que lutam com este tipo de dificuldades e que têm a consciência de que não conseguem, por si sós, ultrapassá-las, de modo a se sentirem confortáveis na sua interacção com os outros.

Pessoas em crise financeira

A estrutura económica mundial e o fenómeno da globalização continuam a ser geradores de pobreza e exclusão social. Daí que, frequentemente, se encontrem pessoas carenciadas, com uma vida económica incapaz de suprir as suas necessidades básicas, o que origina uma vivência desestruturada, pelos factores de instabilidade, carência, tristeza, falta de esperança e frustração. Este é um problema de todos os tempos que continua a bater à nossa porta num mundo onde, se toda a riqueza gerada fosse igualmente distribuída, ninguém precisaria passar necessidades.

O aconselhamento pastoral depara-se inúmeras vezes com este tipo de situações.

Segundo o conhecido ditado popular português “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.” De facto, quando as pessoas se encontram em dificuldade motivada por razões económicas, recorrem frequentemente ao aconselhamento pastoral.

Muitas vezes, por detrás deste tipo de situações, estão outras razões mais profundas, como o consumo de drogas, o desemprego, e toda uma gama de conflitos que lhes estão inevitavelmente associados. Neste caso não se trata especificamente de uma dificuldade financeira pontual e transitória, mas radica em questões mais sérias, que têm a ver com a própria estrutura pessoal e familiar, em várias dimensões.

Pessoas que sofrem défice de auto-estima e sentimentos de rejeição

Quem pratica o aconselhamento pastoral é muitas vezes procurado por pessoas que apresentam uma auto-estima muito baixa. Normalmente já tiveram uma ou mais experiências de rejeição no passado, que foram traumatizantes e condicionadoras da sua forma de encarar a vida desde aí.

O verbo “estimar” vem do latim *aestimare*, (“avaliar”), e comporta um duplo significado: “determinar o valor de”, e “ter uma opinião acerca de”. Segundo André e Lelord (2000), *“sendo embora uma das dimensões mais essenciais da nossa personalidade, a auto-estima constitui um fenómeno discreto, impalpável e complexo, de que nem sempre estamos cientes”* (p. 17).

Tais pessoas tornam-se extremamente frágeis em termos psicológicos, e constituem-se frequentemente como origem de conflitos relacionais, verdadeira fonte de problemas interpessoais.

Pessoas que sofrem de sentimentos de solidão e de depressão

O problema psicológico da solidão é bem o paradigma de um mundo cada vez mais povoado, cheio de alternativas e opções, mas no qual as pessoas se sentem cada vez mais sós. Não se trata efectivamente de um paradoxo, visto que tudo isto tem a ver com a filosofia de vida deste início de século e milénio. Collins (1984) afirma que *“sentir-se solitário é tomar consciência de que nos falta um contacto significativo com outros. A solidão envolve um sentimento íntimo de vazio que pode ser acompanhado de tristeza, desânimo, sensação de isolamento, inquietação, ansiedade e um desejo de intenso de ser amado e necessário a alguém”* (p. 63).

Uma das maiores perturbações psicológicas do mundo contemporâneo é também a forte tendência para deprimir. De acordo com os estudos da Organização Mundial de Saúde, de facto, as diferentes formas de depressão estão progressivamente a agravar-se, nesta sociedade impessoal em que grande parte da população vive.

Collins (1984) diz que a depressão é reconhecida como problema há mais de dois mil anos, e que alguns chamam a nossa época como *“era da melancolia”, em contraste com a ‘era da ansiedade’ que se seguiu à Segunda Guerra Mundial”* (p 73). Além de que, e citando o artigo *“Practical Management of Depression”*, de Kline, publicado no *“Journal of the American Medical Association”* (nº. 190, pp 732-40), sugere que *“o homem tem sofrido mais como resultado da depressão do que de qualquer outra doença que tivesse afectado a humanidade”* (p. 73).

O aconselhamento pastoral pode ajudar pessoas que estão a deprimir, especialmente quando se trata de depressões reactivas.

A Perspectiva de Hurding sobre os diversos modelos de aconselhamento pastoral

Collins (1984) define três grandes áreas de aconselhamento: a área terapêutica, a área preventiva e a área educativa: *“o aconselhamento terapêutico envolve a ajuda ao indivíduo, a fim de que ele trate dos problemas existentes na vida. O preventivo procura impedir que os problemas se agravem ou evitar completamente a sua ocorrência. O aconselhamento educativo envolve a iniciativa por parte do conselheiro, no sentido de ensinar princípios de saúde mental a grupos maiores”* (p. 46).

Normalmente, o aconselhamento com mais procura é o de tipo *terapêutico*, visto que *“a maioria das pessoas pagam para serem ajudadas com um problema, mas poucas pagarão para evitar o problema”* (p. 46).

Collins (cit. Ivey, 1976) refere ainda a tendência presente na recomendação da *American Psychological Association*, no sentido de passar a dar mais ênfase ao aconselhamento educativo, ênfase secundária à prevenção, e menor ênfase à ajuda terapêutica clássica, de reabilitação, a fim de que o aconselhamento *“em lugar de concentrar-se nos indivíduos com problemas”* atribuisse *“maior ênfase aos grupos de pessoas da comunidade”*, de forma a que *“em lugar de esperar que os aconselhados procurassem os conselheiros, a ajuda se daria mais frequentemente onde as pessoas se encontram”* (p. 46).

Na perspectiva de Hurding (1995) existem apenas seis grandes categorias principais de respostas cristãs no âmbito do aconselhamento pastoral:

O aconselhamento “noutético”

Jay Adams fundou, em 1977, a Associação Nacional de Conselheiros Noutéticos (16), nos Estados Unidos, com vista a, segundo Collins, *“promover e elevar o nível de aconselhamento bíblico, mediante o credenciamento de conselheiros, centros de aconselhamento e centros de treinamento”* (p. 318).

No Verão de 1965 Adams aceitou uma bolsa de pesquisa em Psicologia na Universidade de Illinois, sob a supervisão de Mowrer. Foi através do conhecimento da obra de Mowrer que Adams aderiu igualmente ao abandono do modelo médico de doença mental e o substituiu por um “modelo moral”, no qual são reconhecidos tanto a culpa real como a responsabilidade pessoal. Impressionou-o especialmente a leitura da obra de Mowrer *“The crisis in psychiatry and religion”*.

Hurding (1995) afirma que: *“O trabalho de Adams com Mowrer em duas instituições mentais confirmou essa ‘descoberta’, de sorte que ele, à semelhança de seu mentor,*

(16) Jay E. Adams, deão do Instituto de Estudos Pastorais e professor de Teologia no Seminário Teológico de Westminster, Filadélfia. O seu modelo fez escola, tendo criado impacto em ambos os lados do Atlântico.

repudiou a validade de termos como 'neurose' e 'psicose' e, ademais, concluiu que as pessoas estavam internadas ali 'por causa de seu comportamento pecaminoso não perdoado e alterado' (p. 318).

Os pressupostos deste tipo de aconselhamento pastoral baseiam-se essencialmente no ponto de vista bíblico, e na dicotomia de reconhecer apenas duas abordagens: a cristã e a não-cristã.

Adams (1986) defende *“que, desde a época de Adão, tem havido dois conselhos neste mundo: o conselho divino e o conselho demoníaco; os dois estão competindo entre si. A posição da Bíblia é que todo conselho que não é revelacional (bíblico), isto é, baseado na revelação de Deus, é satânico” (p. 77).*

Segundo Hurding (1995) Adams torna-se portanto radical, na sua análise, pela falta de equilíbrio, dada a ideia dos dois reinos polarizados e por atribuir o desconforto humano ou ao pecado pessoal ou a uma disfunção física.

Na perspectiva dele *“não existe território intermediário de 'doença mental' ou perturbação psicológica que não seja induzido pelo pecado”, afirmando ainda que “considera-se que todos os problemas de causa não-orgânica são hamartogénios (causados pelo pecado). A vida pecaminosa está no centro da atenção do aconselhamento” (p. 319).*

Em coerência com esta posição, Adams (1986) acrescenta que: *“biblicamente falando, não há base para o reconhecimento da existência de uma disciplina separada e distinta chamada psiquiatria. Nas Escrituras há somente três fontes originadoras de problemas pessoais na vida diária: a actividade dos demónios (sobretudo a possessão), o pecado pessoal e as enfermidades físicas. Essas fontes estão interrelacionadas entre si. Todas as opções podem ser cobertas por estes três factores, não havendo espaço disponível para um quarto: as enfermidades mentais não-orgânicas” (p. 22).*

A perspectiva de Adams quanto aos objectivos do aconselhamento é bastante clara. Ele defende a “mudança bíblica” como paradigma do aconselhamento pastoral, e para isso defende a necessidade daquilo a que chama “pré-aconselhamento”, ou seja, tentar converter à fé os que não têm fé, pois só assim, na sua perspectiva, será possível que o aconselhamento possa funcionar a contento.

Adams (1979) afirma claramente que *“você não consegue aconselhar incrédulos no sentido bíblico da palavra (mudá-los, santificá-los por meio da obra do Espírito Santo, na medida em que a sua Palavra é ministrada aos seus corações) enquanto eles permanecerem incrédulos” (p. 326).*

Adams (1986) procura fundamentar o seu estilo de aconselhamento na actividade do Espírito Santo e na compreensão da Bíblia. Chama a isso “técnica bíblica” (p. 101), mas parece ignorar que as mudanças espirituais não acontecem pela força: *“não por força nem por violência, mas pelo meu Espírito, diz o Senhor”* (Zacarias 4:6) Além disso, Adams tenta condicionar o Outro, desde o princípio da relação, a uma determinada fé religiosa, retirando-lhe, à partida, espaço de liberdade.

Adams (1977) designa a sua prática como “aconselhamento noutético” designação essa que vai buscar ao grego, tanto ao verbo “noutheteo”, como ao substantivo correspondente “nouthesia”, e que, na sua opinião, revela conter os três elementos básicos do seu tipo de aconselhamento: *“efectuar mudança de conduta e de personalidade; confrontação verbal em relação interpessoal; motivação pelo amor – para o bem do cliente e para a glória de Deus”* (pp. 57-63).

Hurding (1995) acredita que é a visão um tanto ou quanto limitada que Adams tem da natureza humana que o leva a rejeitar a validade de psiquiatras, psicólogos clínicos e outros que trabalham na esfera dos problemas psicológicos e emocionais (p. 328), e alerta para o facto de que uma das dificuldades de Adams quanto ao seu radicalismo conceptual, no que respeita à sua forma de ver o aconselhamento pastoral, baseia-se justamente no facto de ter ido escolher uma palavra claramente minoritária em detrimento de outras: *“ao escolher as palavras ‘noutéticas’ (no Novo Testamento, noutheteo ocorre oito vezes, e nouthesia, três) e negligenciando um elenco de alternativas, das quais parakaleo (109 ocorrências) e paraklesis (29 vezes), parece que Adams favorece o estilo mais directivo e admoestador daquelas ao modo mais reanimador e consolador destas”* (p. 330).

Outra das grandes dificuldades de Adams é a forma como encara os sentimentos e as emoções. Hurding (1995) acha que ele *“não nega a existência dos sentimentos, mas parece considerá-los inteiramente dependentes do comportamento”* (p. 331). Adams (1986) chega mesmo a afirmar que: *“ninguém passa por problemas emocionais; não existe tal coisa como um problema emocional (...) o problema é oriundo do comportamento”* (p. 100).

Mas, como muito bem nota Hurding (1995), quão longe está tal formulação do *“complexo entrelaçamento de sentimentos, experiências, pensamentos e acções encontrados em alguns dos ditos do Livro de Provérbios, como: ‘A ansiedade no coração do homem o abate, mas a boa palavra o alegra’ (12:25), ‘A esperança que se adia faz adoecer o coração, mas o desejo cumprido é árvore de vida’ (13:12) e ‘O*

coração alegre aformoseia o rosto, mas com a tristeza do coração o espírito se abate' (15:13)" (p. 331).

Ellens (1986) vai mais longe chamando ao modelo de Adams “forma directiva do eclesiasticismo nas profissões de apoio”, e classificando de “*estratagemas de Jay Adams que propagam a moralização e a graça condicional*”, explicitando que “*tal regressão deve ser tenazmente evitada*”, uma vez que “*tanto a psicologia como a teologia têm progredido demais em termos científicos para merecer neste momento tal iconoclasmo anticlínico e contrário à teologia da graça*” (p. 56).

O aconselhamento “espiritual”

Martin Bobgans, psicopedagogo, e sua esposa Deirdre Bobgans, de Santa Bárbara, Califórnia, fundaram uma outra abordagem de aconselhamento pastoral, conhecida como aconselhamento espiritual, partindo do pressuposto de que existe um caminho psicológico e um caminho espiritual para a saúde mental-emocional, e onde se posicionam perante as diversas escolas de aconselhamento, sustentando que as desordens mentais e emocionais de natureza não-orgânica têm uma solução cujo centro é Cristo, em vez de uma resposta psicológica, cujo centro é o eu.

Segundo Hurding (1995) os Bobgans caem no mesmo erro de Adams, ao defenderem “*que os conselheiros espirituais estão em melhores condições sem a contaminação potencial do ‘contacto com teorias e técnicas psicoterapêuticas’, pois esses recursos podem condicionar negativamente o relacionamento conselheiro-cliente, ao criar expectativas não-bíblicas*” (p. 334).

Os três princípios estruturantes do modelo apresentado pelo casal Bobgans, segundo Hurding (1995) são:

- *Ouvir / falar*, no qual o ouvir é visto como uma “*resposta da pessoa na sua totalidade*”, e as duas dimensões são vistas de modo que incluem o ouvir e o falar do Senhor;
- *Confessar / aceitar*, em que a aceitação do cliente por parte de Cristo, sem justificar o pecado da pessoa, prepara o caminho da confissão, do perdão e da purificação;
- *Pensar / compreender*, em que se exercitam uma sabedoria piedosa e um espírito de discernimento (p. 334).

O “Ministério Scope”

Craddock (cit. Hurding) define o aconselhamento bíblico como sendo “*um método de aconselhamento baseado na Palavra de Deus inspirada e inerrante (literal e fundamentalmente), o qual utiliza a Bíblia como ponto de partida no desenvolvimento da sua teologia, sua filosofia, suas terapias, técnicas, instrumentos e materiais*” (p. 335).

Hurding (1995) adianta também que Jim e Doris Craddock fundaram o Ministério Scope (palavra inglesa que significa “campo ou raio de ação”, “perspectiva”, “alcance”), no início da década de setenta, como uma instituição virada para o desenvolvimento do aconselhamento “bíblico”. Este grupo pretende “*ministrar às necessidades emocionais, espirituais e físicas da igreja com o uso estratégico e, ao mesmo tempo, prático da Palavra de Deus apenas*” (p. 335), tendo crescido a partir de um único conselheiro, em 1973, até constituir uma equipa de aproximadamente 50 pessoas doze anos depois.

A sua sede situa-se na cidade de Oklahoma, “*no centro da região protestante conservadora dos Estados Unidos*”, mas a sua influência estende-se a outros estados.

Hurding (1995) chama a atenção para o facto de que, tal como acontece com Adams e os Bobgans, Craddock é cauteloso com a chamada “verdade psicológica”, afirmando que ela deve ser “*vista pela lente das Escrituras, como padrão absoluto de verdade*”, e é por isso que, nesse contexto, “*o conselheiro bíblico procura incentivar os ‘hábitos de mudança de vida’ nos pensamentos e no comportamento, de acordo com os princípios bíblicos*”, socorrendo-se de técnicas do cognitivismo e do comportamentalismo (p. 336).

Lawrence Crabb

Lawrence Crabb deu início a um método pioneiro de aconselhamento bíblico no início da década de setenta, e o seu pensamento encontra-se expresso nas primeiras obras “*Basic principles of biblical counseling*” (1975) e “*Effective biblical counseling*” (1977), as quais têm exercido influência em ambos os lados do Atlântico.

Hurding (1985) resume a forma como Crabb integra as perspectivas psicológicas com a verdade bíblica, especialmente através destas duas premissas:

“1. As pessoas necessitam desesperadamente tanto de sentido quanto de amor (valor e segurança);

2. Essas duas necessidades podem ser completamente satisfeitas pelo todo-poderoso Senhor Jesus Cristo” (p. 338).

E acrescenta ainda que existem três barreiras maiores na vida da pessoa, sendo que cada uma delas tende a conduzir o indivíduo a uma forma específica de frustração:

1. Alvos não atingidos, quando a impossibilidade de alcançar o ambicionado cede espaço a sentimentos de *culpa*.

2. Circunstâncias externas, em que o alvo parece atingível, mas pessoas, coisas e acontecimentos bloqueiam o caminho; o resultado é o *ressentimento*.

3. Medo de fracassar, quando o alvo é razoável, mas um medo paralisante gera *ansiedade*.

Hurding (1995) citando Crabb, chega a comparar a natureza radical da obra divina de transformação de vidas com os alvos de outros terapeutas: *“Rogers renova os sentimentos, Glasser renova o comportamento, Skinner renova as circunstâncias. Cristo renova as mentes” (p. 340).*

Partindo do princípio de que a igreja local é *“o instrumento fundamental para cuidar das nossas dores e sofrimentos pessoais”*, e portanto o principal ambiente para o aconselhamento pastoral, Crabb descreve três níveis de aconselhamento:

1. *Estímulo*, que trata basicamente de “sentimentos problemáticos” e esforça-se por substituí-los por “sentimentos bíblicos”;

2. *Exortação*, em que o “comportamento problemático” se torna um “comportamento bíblico”;

3. *Esclarecimento*, em que o “pensamento problemático” dá lugar a um “pensamento bíblico” (p. 340).

E estabelece sete etapas neste último nível de aconselhamento:

- Identificação dos sentimentos problemáticos.

- Identificação do comportamento problemático.

- Identificação do pensamento problemático.

- Mudança das pressuposições.

- Obtenção do compromisso.

- Planeamento e prática do comportamento bíblico.

- Identificação dos sentimentos controlados pelo Espírito (pp. 341, 342).

Segundo Hurding (1995) Selwyn Hughes é provavelmente o mais conhecido expoente britânico do aconselhamento bíblico. Evoluiu de uma posição anterior em que examinava as necessidades humanas apenas à luz do “pecado” ou da “doença”, para uma terceira área da susceptibilidade humana com a qual conotava a fraqueza ou a fragilidade.

À medida que o seu interesse cresceu à volta das questões emocionais e psicológicas, Hughes estudou na Universidade de Sheffield, em Inglaterra, e na Rosemead Graduate School, nos Estados Unidos, desenvolvendo paralelamente intensos contactos com alguns dos mais conhecidos especialistas em aconselhamento pastoral.

Segundo Hurding (1995): *“Como parte da sua estratégia de ajudar pessoas, Hughes postula uma teoria de ‘camadas’ acerca da função humana, segundo a qual se pode visualizar a personalidade do homem como uma série de esferas concêntricas – a mais externa abrange o aspecto físico, e depois cada camada sucessiva constitui-se do emocional, do volitivo e do racional, em torno de um núcleo espiritual”* (p. 344).

No modelo de Hughes, durante o aconselhamento o conselheiro avalia cada “camada” como um diagnóstico: *“check-ups médicos são recomendados quando necessários; os sentimentos negativos são identificados; os alvos e as escolhas explorados; os padrões de pensamento avaliados, e a segurança espiritual verificada”* (p. 344).

A busca de soluções passa por um trabalho que é feito *“no sentido inverso, de dentro para fora por meio das ‘camadas’, procurando estabelecer maneiras correctas de pensar, convicções, decisões e o reconhecimento e controle das emoções”* (p. 344).

De qualquer forma, Hughes afirma que o aconselhamento pastoral é em grande parte directivo, uma vez que, usando intencionalmente a Bíblia, está no fundo a dizer às pessoas, embora *“com compaixão profunda e amor genuíno, aquilo que Deus requer delas”* (p. 344).

O aconselhamento pelo “discipulado” (Discipleship counseling)

Segundo Hurding (1995), este tipo de aconselhamento é praticado por conselheiros como Gary Collins e Gary Sweeten, que defendem *“um enfoque de ‘integração’ diante da teologia e da psicologia”*, e Sweeten declara mesmo que *“o modelo de*

'aconselhamento pelo discipulado' não apenas está 'firmemente alicerçado na teologia bíblica e prática', mas também é 'coerente com os estudos mais recentes sobre o aconselhamento, a educação do conselheiro, a psicologia pastoral e a psicologia comunitária' (p. 346).

Neste tipo de aconselhamento, o primeiro alvo é treinar pastores e outros líderes para que estes, por sua vez, sejam capazes de discipular e aconselhar o seu rebanho.

Hurding (1995) adianta que o modelo do aconselhamento pelo “discipulado” baseia-se num fundamento teórico que se volta para “*a verdade de Deus na revelação especial e natural*”. Por sua vez os participantes são incentivados a crescer na ‘autoconsciência’, à medida que descobrem os seus ‘pontos fortes, fraquezas, dons, talentos e habilidades’ (p. 347).

A etapa seguinte do programa é o desenvolvimento de “habilidades de relacionamento interpessoal”, dentre as quais aquelas “condições fundamentais” como a empatia, o respeito, a receptividade com distanciamento, a capacidade de partilhar as suas próprias experiências, a autenticidade, a habilidade de confrontar, a arte de ser específico (concreto) e a honestidade quanto ao relacionamento de aconselhamento.

O último nível de treinamento diz respeito à “capacidade de mudar” e às consequências que advirão dessa mudança (p. 347).

Estes são os modelos mais vulgarmente utilizados dentro do âmbito do aconselhamento pastoral, e todos eles podem ser denominados como aconselhamento “bíblico”, já que o seu suporte geral é a Bíblia como fonte de inspiração ou padrão de vida, de valores e de referências.

Existem ainda outras formas conhecidas de aconselhamento pastoral, como a chamada “cura das memórias” ou “cura interior”, como a “jornada interior” ou como o “aconselhamento interactivo”, mas que não aprofundamos por nos parecerem menos representativas daquilo a que podemos chamar aconselhamento pastoral tradicional, que é o tipo de aconselhamento que interessa ao nosso estudo.

CAPÍTULO II

A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA COMO PROPOSTA DE RELAÇÃO DE AJUDA E O ACONSELHAMENTO PASTORAL

Segundo Gobbi e Missel (1998), a expressão “relação de ajuda” está associada e directamente ligada aos trabalhos iniciais de Rogers com o aconselhamento, “*cujos princípios expandem para a situação de psicoterapia e, posteriormente, para as demais aplicações da Abordagem Centrada na Pessoa*” (p. 131).

A Abordagem Centrada na Pessoa apareceu como consequência da aplicação, num âmbito mais vasto, dos princípios que davam corpo a um modelo de intervenção psicoterapêutica, conhecido como Terapia Centrada no Cliente, que foi desenvolvido inicialmente por Carl R. Rogers, e depois por muitos outros dos seus seguidores.

Segundo Wood (1998), a Abordagem Centrada na Pessoa vai muito para além da Terapia Centrada no Cliente, é muito mais do que isso, já que, enquanto esta dispõe de uma “teoria específica e coerente” (Rogers, 1959), aquela “não tem nenhuma teoria”: “*A Terapia Centrada no Cliente e a Abordagem Centrada na Pessoa pertencem a categorias diferentes. A Terapia Centrada no Cliente é uma psicoterapia. A Abordagem Centrada na Pessoa é uma abordagem: à psicoterapia, à educação, aos grupos de encontro, à compreensão transcultural, à aprendizagem sobre formação de culturas, ou à resolução de conflitos intergrupais*” (p. 20).

Segundo Nunes (1999), “*Na perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, prestar ajuda ou estabelecer uma relação de ajuda não significa dar soluções ou indicar estratégias já elaboradas por parte do técnico. Significa, sim, criar condições relacionais que permitam ao Outro (o que pede) descobrir o caminho que, em sintonia com a sua subjectividade, lhe permita ser criativo e coerente nas soluções que descobre para ultrapassar as dificuldades ou os problemas*” (p. 61).

A Abordagem Centrada na Pessoa proporciona o *setting* de diversos tipos de relação de ajuda, tanto do ponto de vista do *counselling*, nos seus mais diversos âmbitos, como da psicoterapia. Esse *setting* é definido pelo modelo de abordagem que Rogers desenvolveu inicialmente na perspectiva terapêutica (Terapia Centrada na Pessoa), e assenta em três grandes pilares fundamentais: a tendência actualizante, as seis condições para uma mudança terapêutica e a atitude não-directiva.

A Tendência Actualizante

Inspirado pelo estudo de diversos autores, entre eles alguns naturalistas, e pela sua observação pessoal, Rogers considerou a existência de uma tendência geral do Universo para uma maior complexificação, ordem e inter-relação. Chamou a isto Tendência Formativa. Mas foi mais longe ao entender que a ideia da Tendência Formativa, poderia perfeitamente ser aplicada ao desenvolvimento humano, recebendo nesse caso a designação de Tendência Actualizante.

Rogers (1994) defende que *“a natureza básica do ser humano, quando funcionando livremente, é construtiva e confiável”* (p. 86), e di-lo baseado na sua experiência profissional. *“Quando somos capazes de libertar o indivíduo da tendência a defender-se, de tal forma que ele esteja aberto à ampla gama das suas próprias necessidades, assim como à ampla extensão das solicitações ambientais e sociais, as suas reacções podem ser avaliadas como positivas, progressistas, construtivas”* (p. 86). Segundo o autor, as potencialidades de mudança da pessoa fazem parte e são constituintes da sua natureza.

Rogers (1983), falando a respeito daquilo a que chama a “hipótese central” da Abordagem Centrada na Pessoa, afirma que: *“Os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para a autocompreensão e para a modificação dos seus autoconceitos, das suas atitudes e do seu comportamento autónomo. Esses recursos podem ser activados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras”* (p. 38).

Parte-se, ainda, do princípio de que as disfunções psicológicas são originadas por bloqueios que a pessoa tem em si, mas que uma vez superados, haverá lugar a um funcionamento psicológico normal.

De acordo com metáfora de Hipólito (comunicação pessoal) é como um riacho por onde a água deixa de correr, a certa altura, em que uma tempestade atafulhou de detritos o leito do curso de água, impedindo esta de seguir o seu curso natural e normal. Quando tais detritos são retirados, a água volta a correr tal e qual como antes acontecia.

Rogers (1994) acha que *“o comportamento do homem é requintadamente racional, movendo-se com complexidade subtil e ordenada em direcção a metas que o seu organismo se esforça por alcançar”* (p. 87).

As seis condições para uma mudança terapêutica

Em artigo para o *Journal of Consulting Psychology* (1957), publicado na obra *Abordagem Centrada na Pessoa* (1994), Rogers defendeu que para haver lugar a uma mudança construtiva de personalidade na pessoa, seria necessária a existência e persistência, por um período de tempo, de algumas condições básicas, necessárias e suficientes:

1. Que duas pessoas estejam em contacto psicológico;
2. Que a primeira, a quem chamaremos cliente, esteja num estado de incongruência, estando vulnerável ou ansiosa;
3. Que a segunda pessoa, a quem chamaremos terapeuta, esteja congruente ou integrada na relação;
4. Que o terapeuta experiencie consideração positiva incondicional pelo cliente;
5. Que o terapeuta experiencie uma compreensão empática do esquema de referência interno do cliente, e se esforce por comunicar esta experiência ao cliente;
6. Que a comunicação ao cliente da compreensão empática do terapeuta e da consideração positiva incondicional seja efectivada, pelo menos num grau mínimo (pp. 157,158).

Nenhuma outra condição seria então necessária. Se estas seis condições existissem e persistissem por um período de tempo suficiente, o processo de mudança construtiva da personalidade acabaria sempre por ocorrer.

A terceira, a quarta e a quinta das condições dependem apenas e unicamente do terapeuta.

A primeira e a sexta dependem de ambos, e a segunda depende exclusivamente do cliente.

A Atitude Não-Directiva

Rogers foi especialmente inovador no tipo de abordagem terapêutica que propôs e desenvolveu.

Até aí todos os tipos de abordagem conhecidos eram do tipo directivo, isto é, o terapeuta sempre tinha ordem, conselho, orientação ou sugestão a dar ao cliente, dirigindo-o no seu percurso, quando não chegava mesmo a manipulá-lo. Mas devido à Tendência Actualizante existente na sua natureza - uma espécie de contraponto da não-

directividade - Rogers acreditava que o cliente tinha em si todas as capacidades e potencialidades para que pudesse ocorrer uma mudança terapêutica desde que lhe fossem proporcionadas as seis condições, anteriormente citadas, e que eram as necessárias e suficientes para que tal acontecesse.

Segundo Pagès (1976), a não-directividade é, antes de mais, uma atitude em face do cliente, através da qual *“o terapeuta se recusa a tender a imprimir ao cliente uma direcção qualquer, num plano qualquer, recusa-se a pensar que o cliente deve pensar, sentir ou agir de maneira determinada”*, ou seja, *“é uma atitude pela qual o conselheiro testemunha que tem confiança na capacidade de auto-direcção do seu cliente”* (p. 66). De acordo com Gobbi e Missel (1998), o importante da psicoterapia para Rogers é, não tanto a ausência de directivas, mas, acima de tudo, *“a presença do terapeuta, certas atitudes deste, em face do cliente e uma concepção aberta de relações humanas”* (p. 104).

A confiança na auto-direcção do seu cliente que o terapeuta centrado no cliente experimenta é facilitado por um olhar incondicional positivo, o qual é, segundo Hipólito (1991), *“um cuidado, uma consideração, uma aceitação do cliente e do seu discurso, sem juízos de valor, facilitadora da automatização do Outro, e permitindo-lhe criar e dirigir a sua própria experiência na resolução ou não-resolução dos seus conflitos”* (p. 76).

A retirada do poder de decidir e orientar o sentido em que o cliente deve caminhar, das mãos do terapeuta para o devolver ao cliente, foi um passo revolucionário mas necessário para chegarmos à conclusão de que existe algo que influencia decisivamente o processo terapêutico, isto é, uma vivência que não está descrita em nenhuma teoria ou modelo, pois está para além de qualquer interpretação ou análise científica.

Discorrendo sobre a natureza da relação pedagógica, Hipólito (1991) defende que esse não é o único tipo de relação a ser confrontada com o questionamento ético da utilização do poder derivado de uma assimetria relacional existente. Menciona a relação médico-doente, a relação terapêutica de uma maneira mais geral e as relações de ajuda, as quais *“também se confrontam a este mesmo questionamento, a que respondem tradicionalmente pela elaboração de códigos deontológicos próprios a cada profissão e que servem assim de barreiras de protecção contra tentações taumaturgicas ou totalitaristas”* (p. 7).

Rogers (1997) afirma que *“o método não directivo se aplica a uma imensa maioria de clientes que têm capacidade para conseguir soluções razoavelmente adaptadas para*

os seus problemas” (p. 128), e define a natureza da relação da seguinte forma: “na consulta psicológica não directiva o paciente ‘vem falar dos seus problemas’. Num contacto directivo é o psicólogo que fala ao cliente” (p. 123).

A expressão “não-directivo” corresponde à primeira fase do pensamento de Rogers. Num segundo momento esta expressão foi substituída por “centrado no cliente”.

A ideia de Rogers de que a relação terapêutica se constitui numa modalidade de relação interpessoal, já que, no seu entender, em qualquer dos casos estamos “*perante relações de pessoa a pessoa*” (1977, p. 44), deriva daquilo que ele entende por relação de ajuda, ou seja, “*uma relação na qual pelo menos uma das partes procura promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida*” (1977, p. 43).

A Abordagem Centrada na Pessoa constitui, portanto, uma forma de relação de ajuda, tanto em termos psicoterapêuticos como em matéria de aconselhamento, nas suas diversas áreas de actividade.

Apesar de não se poder deixar de ter em conta que a prática do aconselhamento pastoral, entendido nos seus moldes mais vulgares e tradicionais, como se viu, é desenvolvido normalmente segundo um modelo directivo, interessa-nos apurar agora da possibilidade e exequibilidade da prática do mesmo em moldes consonantes com o modelo da Abordagem Centrada na Pessoa, uma vez que esta se caracteriza justamente por não pretender direccionar o cliente.

Mas também se torna necessário compreender como se podem articular conceitos que parecem inconciliáveis, à partida, como é o caso da Tendência Actualizante – estrutural no modelo rogeriano – e o conceito teológico de “pecado original”.

Da mesma forma se pretende perceber se é possível praticar aconselhamento pastoral, colocando o foco na pessoa - como sucede no caso do *counselling* inspirado em Carl Rogers - e não no problema, que é o mais vulgar acontecer.

É o que passaremos a tentar clarificar de seguida.

1. O princípio da Tendência Actualizante.

Por Tendência Actualizante entende-se a tendência existente em todo o ser humano, no sentido da complexificação e do aperfeiçoamento, já que as potencialidades de mudança da pessoa fazem parte e são constituintes da sua natureza.

A Tendência Actualizante constitui um pressuposto teórico importante na Terapia Centrada no Cliente, também conhecida como rogeriana.

Rogers defendia a existência de uma tendência geral do Universo para uma maior complexificação, ordem e inter-relação. Chamou a isto Tendência Formativa.

As potencialidades de mudança da pessoa fazem parte e são constituintes da sua natureza. A Tendência Formativa, quando aplicada ao desenvolvimento humano, recebeu a designação de Tendência Actualizante.

Tendência Formativa e Tendência Actualizante

Rogers (1983) começou por teorizar, na sua obra “Um Jeito de Ser”, a existência de uma tendência formativa, direccional e constante, universal e espontânea, no sentido de uma maior complexidade, que definiu assim: *“a tendência sempre actuante em direcção a uma ordem crescente e a uma complexidade inter-relacionada, visível tanto no nível inorgânico como no orgânico”*.

Essa tendência para uma sempre maior ordem e complexidade verifica-se à escala do Universo, podendo ser observada a qualquer nível, desde os organismos mais diminutos, como um floco de neve, até à maior galáxia, e funciona, de acordo com Nunes (1994), *“segundo o princípio da auto-organização”* (p. 43).

Segundo Hipólito (comunicação pessoal) podemos dizer de um simples pinhão que é um pinheiro em potencial. Apenas basta dispor das condições necessárias e suficientes para se desenvolver, tais como o tempo, a humidade, a temperatura e a luz. Se o pinhão encontrar essas condições, no seu processo de desenvolvimento, as potencialidades de que dispõe, enquanto pinhão, conduzi-lo-ão ao ponto de se tornar um pinheiro talvez mesmo bem alto e forte.

No que concerne ao ser humano, Rogers utiliza a expressão Tendência Actualizante (TA), e define-a desta forma no livro *“A Way of Being”* (1980): *“Is characteristic of organic life of which the human organism is one. Individuals have*

within themselves vast resources for altering their self-concepts, their basic attitudes and self-directed behavior.” (p. 115)

Ou, como Barbara Brodley refere, reportando-se a Rogers: *“todo o organismo é movido por uma tendência inerente para desenvolver todas as suas potencialidades e para as desenvolver de maneira a favorecer a sua conservação e o seu enriquecimento.” (Brodley, 1994)*

À partida ambos os conceitos – Tendência Formativa e Tendência Actualizante – encontram-se intimamente ligados entre si, do ponto de vista conceptual. Mas do ponto de vista etimológico, o termo *tendência* surge-nos como um impulso direccionado a um determinado fim.

Essa força direccional do organismo movimenta-se, por um lado, na perspectiva do suprimento das suas necessidades básicas, cuja satisfação possibilita a sobrevivência.

Em segundo lugar, vai actuar na *“diferenciação e complexificação dos diferentes órgãos e funções no decorrer do processo de auto-organização e auto-regeneração e, ainda interfere na actualização das potencialidades intelectuais, afectivo-emocionais e sócio-culturais.” (Nunes, 1997)*

Há, portanto, uma espécie de força propulsora que impele o organismo numa determinada direcção, invariavelmente no sentido positivo.

Desta forma Rogers defendia uma concepção do ser humano e do seu comportamento em consonância com uma complexidade de forças, influências e comportamentos universais, que concorrem para a determinação do seu comportamento, nos aspectos mais essenciais.

Barrett-Lennard (1993) considerava que a Tendência Actualizante constitui o principal princípio motivacional do comportamento do ser humano, sendo que este princípio é acompanhado por um outro, por ele designado como **tendência para a homeostasia**: *“life and behavior, it seems to me, hinge both growth and perservations forces”*. Portanto, de acordo com o autor, não se deve encarar a Tendência Actualizante de forma isolada, mas a par da tendência à estabilidade.

A Tendência Actualizante e as Teorias da Complexidade.

Segundo João Marques-Teixeira (1995), o pano de fundo da ideia associada à palavra *tendência*, além de uma concepção universal, fala de mudança mas também de permanência: *“Retomando o sentido profundo de ‘tendência’ verificamos que a sua*

essência é o movimento e portanto a mudança (de posição, de organização, de estado); por um lado, dado o carácter 'universal' destas tendências ('esta tendência está em acção em todas as ocasiões') existe um sentido também de permanência."

"Tendência" será, portanto, algo que está presente mas não de forma estática, antes pelo contrário, potencialmente disponível para o movimento e o desenvolvimento em todos os momentos.

E ainda, enquadrando estes conceitos no âmbito dos modelos mais actuais da ciência, mais propriamente nas denominadas teorias da complexidade: *"este tipo de constructos recobrem princípios que dão conta da complexidade dos sistemas que constituem o universo, incluindo o sistema humano, e que só após o advento das teorias do caos e da complexidade é que tiveram um verdadeiro desenvolvimento."* (Teixeira, 1995)

Para Rogers (1987): *"...a vida é um processo activo, e não passivo. Pouco importa que o estímulo venha de dentro ou de fora, pouco importa que o ambiente seja favorável ou desfavorável. Em qualquer uma dessas condições, os comportamentos de um organismo estarão voltados para a sua manutenção, seu crescimento e sua reprodução. Essa é a própria natureza do processo a que chamamos vida."* (Rogers, 1983, p. 40)

A Tendência Actualizante presente no ser humano explica que as potencialidades de mudança da pessoa façam parte e sejam constituintes da sua própria natureza.

Parte-se então do princípio de que as disfunções psicológicas são originadas por bloqueios que a pessoa tem em si, mas que uma vez superados, haverá lugar a um funcionamento psicológico normal. Segundo observação de Hipólito (comunicação pessoal), quando nos ferimos, podemos dizer que é a ferida que sara por si própria num processo de autocura, isto é, estando reunidas as condições necessárias e suficientes para que a ferida sare, ela sarará.

Rogers escreveu, com Kinget, na obra "Psicologia e Relações Humanas" (1971): *"Aquilo que em linguagem corrente se chama de capacidade do indivíduo é a manifestação psicológica do que se chama, em linguagem mais abstracta, tendência à actualização do organismo. A tendência à actualização é a mais fundamental do organismo na sua totalidade. Preside ao exercício de todas as funções, tanto físicas como da experiência. Tende constantemente a desenvolver as potencialidades do indivíduo para assegurar a sua conservação e o seu enriquecimento, tendo em conta as possibilidades e os limites do ambiente"* (p. 31).

A Tendência Actualizante e a Motivação

Em conversa com Richard I. Evans, publicada na obra “Carl Rogers: o homem e suas ideias”, e ligando a ideia da Tendência Actualizante às questões da motivação e da auto-realização, Rogers declara: *“Idealmente, o organismo está sempre se esforçando por se realizar (...) Quando o ‘eu’ está consciente do que acontece no organismo, vai-se transformando, crescendo e se desenvolvendo juntamente com o organismo. São os aspectos estáticos do ‘eu’ que constituem o desajuste, na maior parte dos casos (...) Auto-realização supõe que a pessoa reconheça e aceite o que se está passando dentro dela e, em consequência, se modifique praticamente a cada instante e progrida em complexidade.”* (1979, p. 50)

Bárbara Brodley diz mesmo que a Tendência Actualizante é *“o único conceito motivacional nas teorias rogerianas”* (1999). É, portanto, por meio da Tendência Actualizante que os indivíduos encontram mecanismos motivacionais que os impelem para diante, no sentido não só da sua preservação enquanto seres independentes, equilibrados e funcionais, mas também da interacção com o meio e do progresso geral, entendendo-se por progresso a complexificação e o desenvolvimento da pessoa, quer perante si próprio, quer perante os outros e o meio ambiente.

Como dizia Rogers a Evans, são os aspectos estáticos que provocam as disfunções, na maior parte dos casos, já que a vida é feita de movimentos e ritmos constantes.

A Tendência Actualizante como fonte de energia

A ideia de Rogers é que a Tendência Actualizante está associada à vida dos organismos, constituindo-se como fonte de energia e de direcção:

“Todas as motivações devem-se à tendência organísmica para a realização. Há uma fonte central de energia no organismo. Esta fonte de energia é uma função em que podemos confiar e que pertence mais ao sistema, como um todo, do que a uma das suas partes. É simplesmente entendida como uma tendência dirigida para a realização, para a actualização, envolvendo, não só a sobrevivência, como também a valorização do organismo.” (Rogers, 1980, p. 123)

No livro “Comprendre Carl Rogers”, Brian Thorne escreve: *“Cette tendance fondamentale à l’actualisation est la seule source d’énergie signalée dans l’ensemble du système théorique rogerien.”* (Thorne, 1994, p. 42)

É na perspectiva do indivíduo, considerado como um todo, como um organismo, que esta tendência se revela.

Na teoria da Abordagem Centrada na Pessoa, o conceito de Tendência Actualizante ocupa um lugar central, que funciona como uma espécie de ponto de partida para toda a filosofia da relação de ajuda centrada na pessoa e, ainda, como contraponto teórico da atitude da Não-Directividade. Se o ser humano dispõe, naturalmente, de uma tendência para a actualização das suas potencialidades, não faz sentido procurar direccioná-lo na prestação de uma relação de ajuda, ou até mesmo especificamente num *setting* de carácter terapêutico. Ele acabará por encontrar o seu próprio caminho, no seu próprio tempo, ao seu ritmo e da forma que se revelará mais coerente para si mesmo. E é essa forma de resolver os seus problemas que virá a ser estruturante para si.

Mas na obra “Abordagem Centrada na Pessoa – Vocabulário e Noções Básicas” (1998) percebe-se que o conceito de Tendência Actualizante não é exclusivo de Rogers: *“A noção de ‘tendência actualizante’ encontra similaridades nos pensamentos de Harry Stack Sullivan, quando este coloca que ‘a direcção básica do organismo é para a frente’ ou em Karen Horney, quando esta afirma que ‘a força básica de uma pessoa é no sentido de crescer fisiológica e psicologicamente e de abandonar tudo que lhe impeça de atingir esse fim.”* (Simões, 1960: 66-67)

O próprio Rogers (1985) cita outros autores como Ludwig von Bertalanffy (teoria geral dos sistemas), Kurt Goldstein (teoria organísmica), Abraham Maslow, Lancelot Whyte (filosofia da ciência) e Angyal. Contudo, Rogers defende que o conceito de Tendência Actualizante é algo mais amplo e profundo do que a noção de “necessidades vitais” propostas por Maslow (Pagès, 1976).

Também cita biólogos como Albert Szent-Gyorgyi, relativamente a experiências por ele realizadas no âmbito dos órgãos e das suas funções, assim como Hans Driesch que desenvolvera estudos com ouriços-do-mar (Rogers, 1983).

A verdade é que a Tendência Actualizante sublinha uma grande confiança nas potencialidades criadoras do ser humano, considerando que o homem é o seu próprio arquitecto (Rogers e Rosenberg, 1977).

Aponta para uma tendência direccionada à realização das potencialidades construtivas do ser humano, como que sendo o catalizador da motivação, e a

“tenacidade da vida” ou “a força vital”, no fundo, aquilo que nos move para a frente (Rogers, 1963).

Bárbara Brodley (1999) aponta, de modo exaustivo, as principais características da Tendência Actualizante na teoria rogeriana:

1. É individual e universal (Rogers, 1980)
2. É holística (Rogers, 1959)
3. É ubíqua e constante (Rogers, 1963; Rogers & Stanford, 1984)
4. É um processo direccional e construtivo (Rogers, 1963)
5. É impulsionadora de tensões (Rogers, 1959)
6. É uma tendência virada para a autonomia da pessoa e completamente afastada da heteronomia (Rogers, 1963)
7. É sensível às condições do meio (Rogers, 1980; Rogers & Stanford, 1984)
8. Manifesta-se no “self”
9. É facilitada no ser humano pela capacidade de este poder ter consciência de si próprio (Rogers, 1980)
10. Contribui para um comportamento social construtivo, já que os seres humanos dispõem de uma índole social (Rogers, 1982).

De facto, Rogers (1977) cria firmemente que: *“todo o organismo é movido por uma tendência inerente a desenvolver todas as suas potencialidades e a desenvolvê-las de maneira a favorecer a sua conservação e enriquecimento”* (Rogers & Kinget, 1977).

2. O confronto entre o conceito teórico-psicológico de Tendência Actualizante e o conceito teórico-teológico de “pecado original”

A Tendência Actualizante é assim uma espécie de mais valia do ser humano, já que o impulsiona para o desenvolvimento, para a complexificação, o aperfeiçoamento, a actualização das suas potencialidades.

O conceito de “pecado original”, segundo Champlin e Bentes (1991), é uma doutrina bíblica que *“procura definir o problema da natureza pecaminosa do homem”* (vol 5, p. 150). Ainda segundo os mesmos autores, *“Adão e Eva, pessoas humanas literais, foram criados em estado de inocência, por um acto divino. Em seguida foram tentados e caíram em pecado. Isso impôs a mortalidade, a degradação e a*

desintegração. Esse acto de pecado, e o seu estado resultante, foram então transferidos para a raça humana inteira, devido à conexão da raça com Adão” (p. 150).

Foi o Apóstolo Paulo que introduziu essa forma de pensar no Cristianismo, tendo escrito na Epístola aos Romanos *“por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens”* (Romanos 5:12). Mas, ao mesmo tempo, Paulo via também em Cristo o segundo (ou último) Adão, no qual há uma perfeita justiça, que pode ser imputada a todos os homens, tal como nos foi imputado o pecado do primeiro Adão (5:19).

Champlin e Bentes (1991) adiantam que: *“Nos escritos rabínicos não há qualquer ensino claro sobre o pecado adâmico transmitido à raça humana. No entanto, visto que Paulo era fariseu, é perfeitamente possível que a abordagem dele sobre a questão tivesse surgido no judaísmo helenista, não tendo sido originada por ele”* (p. 150).

Geisler e Howe (1999) defendem que Adão *“morreu espiritual e fisicamente naquele preciso instante em que pecou”* (p. 39), e Buckland (1981) explica que: *“Segundo a Bíblia, a causa dos pecados encontra-se de uma maneira definitiva (tanto quanto se considera a vida terrestre) no pecado dos nossos primeiros pais, com as suas consequências, transmitidas à posteridade. A este facto se chama a Queda ”* (p. 338).

Neste sentido, a primeira transgressão feita com consciência do mal não pode deixar de constituir uma queda moral.

Buckland (1981) defende ainda que: *“há razão para acreditar que as crianças, nascidas após a Queda, haviam certamente de participar da natureza dos seus pais, a ponto de ficarem mais fracas com respeito à moralidade do que não tendo os seus pais transgredido”* (p. 339). Assim, todos os seres humanos acabam por entrar no mundo, sendo portadores de uma tendência original de uma natureza modificada e propensa para o mal.

Champlin e Bentes (1991) interpretam a ideia de Paulo para justificar a transmissão do pecado original como sendo a de uma espécie de “comunhão mística da raça”, indicando que o que se aplica a Adão, aplica-se igualmente a todos os homens. *“Mas Agostinho lançou mão da doutrina estóica do traducionismo, que ensina que o homem e a mulher, sendo seres tanto físicos quanto não-materiais, naturalmente procriam seres de sua própria natureza. E assim o pecado é espiritualmente transmitido, no acto da procriação”* (p. 150).

Hurlbut (1979), diz de Agostinho (17) que, *“ainda jovem, já era considerado brilhante erudito, porém mundano, ambicioso e amante dos prazeres. Aos trinta e três anos de idade tornou-se cristão, por influência de Mônica, sua mãe, e pelos ensinamentos de Ambrósio, bispo de Milão, e bem assim pelo estudo das epístolas de Paulo”* (p. 93).

Strathern (1999) traça a sua personalidade como a de uma pessoa perturbada: *“Mas Agostinho não era apenas um púdico castrado. A inquietação que o empurrou para semelhantes (alegados) extremos de licenciosidade e semelhantes extremos (puramente literários) de auto-humilhação também o impeliram, com igual força, a descobrir a verdade sobre si próprio. Porque se comportava ele de semelhante modo? Como podia ser tão completa e desprezivelmente vil e corrupto e, ao mesmo tempo, aspirar à pureza com igual intensidade?”* (pp. 14, 15).

A tentativa de resolver os seus problemas levou-o inicialmente a uma opção pelo Maniqueísmo (p. 15) segundo o qual *“não era o homem que pecava mas uma outra natureza mais negra que aprisionava a alma”* (p. 17), mas, logo após a sua conversão, que aconteceu através de uma experiência mística (p. 22), levou-o igualmente a tentar *“reconciliar a doutrina de Plotino com o Cristianismo de S. Paulo. Por fim, acabou por levá-lo a reconciliar o Neoplatonismo em termos globais, com os ensinamentos da Bíblia”* (p. 24).

Para elevar o conceito da Graça divina, certamente influenciado pela perspectiva dualista da época, Agostinho procurou sublinhar a posição do homem caído (depois da Queda), a fim de alcançar um contraste o maior possível. Ou seja, para que a graça de Deus fosse devidamente apreciada e glorificada, Agostinho pintou a natureza pecaminosa do ser humano de forma bem negativa, em tom muito negro. Provavelmente ter-se-á inspirado na teologia paulina, que determinou *“onde o pecado abundou, superabundou a graça”* (Romanos 5:20). Portanto, quanto maior o pecado, maior e mais apreciável seria a evidência da graça divina para com o pecador.

Tincq (1999) diz que uma das polémicas públicas que Agostinho mais alimenta é com Pelágio (monge de origem britânica), que *“recusa a ideia de transmissão automá-*

(17) Agostinho foi o nome mais ilustre do tempo da chamada Igreja Imperial, tendo nascido no ano 354, no norte de África, e terá vivido de forma dissoluta até ao momento de aderir à fé cristã.

tica do pecado original, herdada da narrativa de Adão e Eva no Génesis e, ao contrário, põe o acento tónico na liberdade, a graça, que Deus deu ao homem". Por consequência, Pelágio: *"rejeita a ideia de que o pecado de Adão é hereditário e pensa que o baptismo das crianças é desnecessário"* (pp 45-46). Strathern (1999) diz que: *"De acordo com Agostinho, até os bebés não baptizados estavam condenados à danação eterna"* (p. 29).

Nos seus escritos, Agostinho enuncia claramente que *"aqueles que morrem sem o baptismo, obtêm a morte eterna"*, esclarecendo, ainda, que *"esta não pode ser por justiça a sorte daqueles que nenhum pecado cometeram em sua vida, a não ser que tenham contraído o pecado original"* (p.286).

Tincq (1999), porém, defende que o problema não começou com S. Agostinho mas sim com o Apóstolo Paulo: *"Para pôr em relevo o papel de Jesus como fonte de vida e justiça, Paulo acabrunha Adão, que teria feito mergulhar a humanidade no pecado e na morte. Daí o baptismo da criança, inventado pela Igreja para a libertar de um pecado que não cometeu mas que lhe foi transmitido. Devido à violência da polémica pelagiana, Agostinho dramatizou e sistematizou este ponto de vista"* (p. 46).

Não se pense, porém, que esta é uma visão exclusivamente católica. Segundo Woodhead (2006), *"a teologia da Reforma sublinhava o carácter completamente pecaminoso e impotente da humanidade"*, que acrescenta: *"o protestantismo colocava uma ênfase muito maior na depravação humana e na sua necessidade da graça do que a teologia católica medieval"* (p. 63).

Há, portanto, no exagero de Agostinho (e não só nele) – não obstante ser considerado, com toda a justiça, como um dos maiores teólogos da Igreja, de todos os tempos –, quanto a esta matéria específica do pecado original e das suas consequências, como que um ofuscar da marca da Criação de Deus no homem, devido a um "acidente" histórico, isto é, ao suscitar toda a nossa atenção para o pecado original existente no ser humano por transmissão desde Adão, e ao exacerbar-se a sua natureza decaída, está a esconder-se, paralelamente e na mesma medida, a parte positiva do homem, ou seja, a outra face da moeda, que radica na "imagem e semelhança" de Deus, segundo cujo "modelo" fomos criados.

Champlin e Bentes (1991) encontraram entretanto uma síntese feliz: *"Todos os pensadores, exceptuando os extremamente optimistas, reconhecem que o homem é uma combinação do que é mais excelente com o que é mais vil"* (p. 150).

A nossa incongruência, o olhar condicional que temos pelo Outro, assim como a nossa resistência de base à sua aceitação plena, demonstram bem as limitações funcionantes do ser humano decaído da Graça divina.

Ao mesmo tempo, a Tendência Actualizante pode ser encarada como uma resposta ao “homo”, “anthropos”, imagem de Deus. Assim, e segundo Hipólito (comunicação pessoal), a graça redentora constitui a experiência mística da plenitude destas três vertentes: a congruência, a compreensão do Outro firmada num olhar incondicional positivo, e a aceitação. No fundo, e de acordo com a teologia cristã, elas não espelham outra coisa senão o mover de Deus em direcção ao pecador, compreendendo-o nas suas dificuldades e limitações mas, ao mesmo tempo, aceitando-o incondicionalmente.

Congruência, porque é a graça redentora de Deus que permite ao crente manter-se uma pessoa autêntica, livre e genuína.

Compreensão do Outro, porque, na mesma medida em que Deus o compreende, é justamente esse olhar que o capacita a ser compreensivo para com o Outro, estribado num olhar incondicional positivo.

Aceitação, que decorre da vertente anterior, pois se a pessoa é livre e procura honestamente compreender o Outro, então já não terá qualquer dificuldade em aceitá-lo sem preconceito ou julgamento.

3. Dificuldades funcionais com o princípio da Não-Directividade

Da mesma forma surgem algumas dificuldades teóricas quando se tenta compatibilizar o princípio da Não-Directividade com o modelo da Abordagem Centrada na Pessoa em termos de aconselhamento pastoral.

Este tipo de dificuldades procede do desconhecimento ou da rejeição do conceito rogeriano da Tendência Actualizante, que é inerente a todo o ser humano, e da descrença, a este factor relacionada, de que a pessoa de facto possa comportar em si mesma todas as condições para se autodireccionar com sucesso, através de um processo de ajuda desenvolvido no estrito respeito por ela, pelo seu ritmo e pela maneira que a cada momento encontrará, de dar resposta aos seus próprios problemas, limitações e condicionamentos pessoais.

Scheffer (1993) diz que existe uma perda de senso do valor pessoal, por parte do cliente, implícita na ideia de que uma outra pessoa, mesmo sendo um especialista, é

capaz de avaliá-lo mais precisamente do que ele próprio e que, portanto, a medida do seu valor pessoal está nas mãos de outra pessoa:

“Quanto mais o orientando desenvolve essa atitude de dependência de outro para melhor autoconhecimento e avaliação das suas características e possibilidades, tanto menos oportunidade terá para amadurecimento” (p. 79).

Sendo o aconselhamento pastoral tradicional tão fortemente directivo, já que se centra normalmente não na pessoa, mas nas Escrituras, como regra de fé e conduta de todo o cristão, dificilmente se dá espaço para a pessoa explicar sentimentos negativos (prontamente considerados inadequados), dúvidas (prontamente “dissipadas” por força de uma escritura bíblica com o peso inquestionável da lei divina), ou qualquer espécie de maus pensamentos (prontamente censurados ou exorcizados porque não aceites segundo os códigos morais vigentes).

Num *setting* de aconselhamento pastoral tradicional, o cliente à partida sabe ou sente que não pode ou não deve ser completamente transparente, mesmo que sinta essa necessidade, já que a sua carga de culpabilidade não suporta sobrecarga de mais culpa derivada da explicitação de pensamentos ou sentimentos negativos.

Ora, não havendo lugar a um tempo e um espaço no qual o cliente se reveja como que ao espelho, tomando consciência de si mesmo, e portanto dando-se a si mesmo a possibilidade de mudança em direcção à maturidade, acabará por ficar como que prisioneiro de estratégias, ritmos e orientações externas, nas quais dificilmente tomará parte e que maior dificuldade terão em fazer eco dentro de si, não apenas no momento da entrevista mas em especial depois dela terminar, quando voltar a ficar de novo entregue a si mesmo, sem sentir a influência directa do conselheiro.

Encontramos aqui, por estas razões, alguma dificuldade de conciliação entre o aconselhamento pastoral tradicional, que por norma é de carácter eminentemente directivo, e a prática de um tipo de aconselhamento inspirado na Abordagem Centrada na Pessoa, onde a aproximação ao Outro se reveste de outro tipo de atitudes e de filosofia, com predomínio do rigoroso respeito pela pessoa.

4. *A possível incompatibilidade entre os modelos do aconselhamento pastoral tradicional e o modelo não-directivo*

Por Não-Directividade entende-se o tipo de abordagem proposto por Carl Rogers, que em psicoterapia é conhecida como Terapia Centrada no Cliente, e que, também no *counselling*, caracteriza a comunicação, atitudes do *counsellor* e o ambiente da entrevista nesta abordagem.

A perspectiva principal é que o conselheiro procura sempre centrar-se na pessoa e não no problema, partindo do pressuposto de que a pessoa dispõe, em si mesma, de todas as condições para escolher o seu próprio caminho e ritmo - desde que encontre as condições psicológicas necessárias e suficientes - e que estes serão os melhores e mais adequados às suas necessidades. Isto porque o ser humano possui a capacidade latente ou manifesta de se autocompreender e de resolver os seus problemas, de forma a dar-lhe a satisfação e a eficácia necessárias para o seu funcionamento adequado. Possui, igualmente, uma tendência para exercer essa capacidade.

Pagès (1976) afirma que *“A não-directividade é, antes de tudo, uma atitude em face do cliente. É uma atitude pela qual o terapeuta se recusa a tender a imprimir ao cliente uma direcção qualquer, em um plano qualquer, recusa-se a pensar que o cliente deve pensar, sentir ou agir de maneira determinada. Definida posteriormente, é uma atitude pela qual o conselheiro testemunha que tem confiança na capacidade de auto-direcção do seu cliente”* (p. 66).

Valladon (1988), explicitando as concepções de Rogers, em termos de teoria da personalidade, adianta que, segundo ele *“a pessoa, ao nascer, possui uma tendência actualizante que irá reger a sua evolução, passando de uma fase perceptual, em que a criança percebe a sua experiência como a realidade, para uma fase conceptual, em que emerge o conhecimento do Eu e a integração das experiências por sua simbolização pessoal”* (p.105)

Assim sendo, é a pessoa que organiza o seu campo de experiências, e o *self* afirma-se numa terceira etapa do desenvolvimento da necessidade de consideração positiva, sem referência aos outros, em que o indivíduo é o seu próprio critério. Então, *“quando existe acordo entre o self e a experiência, o indivíduo funciona de modo óptimo: é o estado de autenticidade e de harmonia”* (pp. 105-106).

Aquilo que é importante para Rogers, em termos de terapia, não é tanto a ausência de directivas, mas a presença do terapeuta, as atitudes deste face ao cliente, e uma concepção aberta das relações humanas.

Gobbi e Missel (1998) defendem que *“a expressão ‘não-directivo’ corresponde à primeira fase do pensamento e da evolução da Abordagem Centrada na Pessoa. Num segundo momento esta expressão foi substituída por ‘centrado no cliente’. O que Rogers propôs com a primeira expressão foi uma subversão de valores: ao invés do poder do terapeuta, a responsabilidade do cliente”* (p. 104).

Dá que os modelos práticos de aconselhamento pastoral tradicional pareçam ser, à partida, de difícil funcionamento e exequibilidade, no âmbito da Abordagem Centrada na Pessoa, exactamente pela sua tendência para a directividade, já que são normalmente centrados nas Escrituras ou no problema que o aconselhando vivencia no momento, e não na pessoa do aconselhando.

A preocupação pela observância e implementação dos padrões escriturísticos, por parte do conselheiro pastoral tradicional em relação ao aconselhando, em vez de uma atitude de aceitação condicional positiva e do respeito pelo outro, mesmo perante o seu erro, pode impedi-lo de trilhar uma caminhada pelo seu próprio pé em direcção à maturidade.

Todavia, é importante registar que o próprio Rogers (1979), curiosamente, e de acordo com o seu testemunho, não encontra grandes dificuldades entre Religião e Psicologia, pelo menos em tese: *“Alegra-me ter passado dois anos no Union Theological Seminary. Foi a melhor formação teológica que poderia ter recebido”*. E refere os estudantes de teologia que trabalhavam como conselheiros no seu centro de aconselhamento de Chicago, pois eles *“haviam descoberto, no relacionamento interpessoal profundo, alguma coisa que lhe mostrara a importância do querer bem, o significado da compreensão ou da aceitação – termos que vinham usando teologicamente, mas que então adquiriram vida”* (p. 92).

Ora isto parece significar ser possível desenvolver um tipo de aconselhamento pastoral, de tipo não directivo, perfeitamente consonante com a Abordagem Centrada na Pessoa.

5. A diferença entre estar centrado na pessoa e centrado no problema

Diz-se que um *counsellor* ou terapeuta está centrado na pessoa quando, através de uma atitude de compreensão empática, se centra no quadro de referências interno do cliente, tentando compreender como é que ele vivencia o seu mundo. Aconselhar, vem do verbo latino *consiliare*, e remete-nos para *consilium*, que significa com/unidade, com/reunião.

Schmidt (1987) afirma que a própria noção de um conselho é esta: “*várias pessoas reunidas para examinar com atenção, olhar com respeito, para deliberar com prudência e justiça. (...) Aconselhar, nesse sentido, não significa fazer ou pensar pelo outro, mas fazer ou pensar com o outro*” (p. IX).

Dá que o conselheiro se deva centrar no cliente, sendo que o seu papel está ligado a uma atitude de o acompanhar no processo de desenvolvimento, já que a relação de ajuda se destina justamente a provocar o desenvolvimento pessoal do cliente.

Gobbi e Missel (1998) dizem que “*uma pessoa está ‘centrada’ noutra pessoa quando as suas atenções estão voltadas para o campo fenomenológico desta*” (p. 42), ou seja, quando estamos atentos à forma como o outro experiencia e expressa (ou não) os seus sentimentos relativamente à forma como vivencia o problema. Portanto, a função do *counsellor* não é o de resolver o problema em si, no sentido de encontrar uma solução para ele, mas sim o de compreender como aquela pessoa singular vivencia um dado problema ou situação, e através de uma escuta empática ajudá-la a melhor compreender-se e conseqüentemente encontrar por si mesma a melhor direcção para resolver a sua dificuldade.

Esta postura, mais do que uma teoria, é o ponto de interesse e empenho que a Abordagem Centrada na Pessoa define como essencial para ser possível o entendimento e a compreensão do processo do Outro.

Rogers (1989) diz acerca da Abordagem Centrada na Pessoa que ela se baseia “*na premissa de que o ser humano é basicamente um organismo digno de confiança, capaz de avaliar a situação externa e interna, compreendendo a si mesmo no seu contexto, fazendo escolhas construtivas quanto aos próximos passos na vida e agindo a partir dessas escolhas*” (p. 23).

Mas o aconselhamento pastoral tradicional não adopta normalmente este tipo de abordagem ou de atitudes, uma vez que procura muito mais direccionar o cliente, de acordo e em conformidade com padrões pré-estabelecidos, baseados em normas

comunitárias ou escriturísticas, prestando muito mais atenção ao problema em si mesmo do que à pessoa que o está a vivenciar. Sendo assim, não só se acaba por impedir a pessoa de desenvolver a sua capacidade de autodirecção, como se inibe o seu processo de crescimento, de maturidade, uma vez que não é dada margem à pessoa para poder encontrar as respostas e soluções, de acordo com o seu ritmo e consciência, em cada momento.

Patterson/Eisenberg (1988) consideram que *“o conselheiro centrado no cliente estimula a auto-exploração cuidadosa, mas tende a evitar a confrontação e a interpretação como instrumentos para apressar o insight”* (pp. 178, 179). Isto é, respeita-se a liberdade do cliente, que lhe permite traçar o seu próprio percurso.

Rogers e Kinget (1977) clarificam a necessidade de não apenas prestar atenção ao outro, mas também de o aceitar de forma incondicional e positiva. Mas o que é que se aceita exactamente? O que significa aceitar o cliente na sua totalidade? *“Significa que o terapeuta considera não somente o material positivo e negativo – o activo e o passivo – trazido pelo cliente, mas também a configuração particular que este material apresenta no momento da entrevista”* (p. 137). Essa configuração é determinada pela forma como o cliente apresenta esse material, ou seja, pelo desejo de mudar, de superar a situação presente. É para isso que ele vem ao consultório do terapeuta. Essa orientação positiva do cliente é predominante no momento da entrevista.

Sendo assim, *“o material produzido durante as conversas pode, certamente, representar um tipo passivo bem carregado”* (p. 137). E o simples facto de reviver esse material num contexto terapêutico, em si mesmo, altera a sua significação, e produz uma mudança, no sentido positivo, naquele que relata esse mesmo material.

Por isso *“o que é aceite, é, portanto, a totalidade do dado existencial, a pessoa enquanto sistema dinâmico de atitudes e de necessidades, na sua orientação actual”* (p. 137).

A importância de o conselheiro se centrar no cliente e não no problema radica no facto de que a vivência do cliente é feita de muitos e sucessivos problemas, dada a lei natural da vida e das coisas, sendo que a sua necessidade essencial não será a resolução pontual e avulsa de cada um desses problemas, afigurem-se eles de maior ou menor dimensão, aos seus olhos, mas sim a forma como ele os experiencia e que eco produzem dentro de si.

O desenvolvimento pessoal que o aconselhamento centrado na pessoa permite vai contribuir para que o cliente se organize interiormente de forma eficaz, a fim de melhor

poder enfrentar a sucessão de problemas e dificuldades inevitáveis de que é feita a vida, e de modo a que mantenha a sua autenticidade em direcção a uma vida mais satisfatória e mais plena, do seu próprio ponto de vista.

Assim, e em resumo, as comunidades locais de fé constituem um terreno propício à integração social, à identificação, e são igualmente propiciadoras de relacionamentos fortes e estruturantes, tendentes ao desenvolvimento da pessoa humana no caminho da maturidade.

A figura e a função do pastor de almas de cada uma dessas comunidades, e muito embora o seu papel varie muito consoante o tipo de governo eclesiástico verificado em cada uma delas (para lá de outras variáveis), constitui sempre uma presença fulcral na dita comunidade, sendo uma referência e um interlocutor privilegiado em termos de relação de ajuda para os fiéis, desempenhando frequentemente esse papel de cuidados pastorais no dia a dia da comunidade. Todavia as pessoas que desenvolvem as suas competências no sentido de poderem vir a fazer o papel de conselheiros pastorais, sejam eles ministros de culto ou leigos, dispõem de uma vasta área de intervenção que pode ser benéfica e fundamental, tanto para os fiéis em particular como para as comunidades locais de fé em geral.

O aconselhamento pastoral tem feito um percurso histórico, através do qual desenvolveu diferentes modelos práticos, sendo esse tipo de abordagens por via de regra altamente directivas e centradas nas Escrituras.

A Abordagem Centrada na Pessoa (tal como a Terapia Centrada na Pessoa) enquanto expressão de Relação de Ajuda parte de um princípio de não-directividade, exactamente pelo facto de que acredita nas potencialidades da pessoa e no seu movimento em direcção à complexificação, ao progresso, à maturidade, desde que se encontrem reunidas as condições necessárias e suficientes para que isso venha a acontecer.

A Abordagem Centrada na Pessoa está testada e comprovada cientificamente por muitos anos de prática de psicoterapia, de counselling, e de relações de ajuda aos mais diversos níveis de aplicação.

A doutrina do pecado original, sistematizada por S. Agostinho, e que talvez seja o maior dos obstáculos ideológicos com que algum Cristianismo se debate no sentido da aceitação do princípio da Tendência Actualizante, já que defende e realça a natureza

caída do ser humano devida à introdução do pecado no mundo, deverá ser enquadrada no seu contexto histórico e teológico, a fim de melhor ser compreendida, e de poder deixar espaço livre ao entendimento de que, afinal de contas, o homem foi criado à “imagem e semelhança” de Deus, com todo o valor positivo que tal conceito encerra.

Assim, as possíveis contradições e incompatibilidades que à primeira vista parecem existir entre o aconselhamento pastoral e a Relação de Ajuda, no âmbito da Abordagem Centrada na Pessoa, afinal deverão ser mais aparentes do que efectivas, desde que o aconselhamento pastoral se estribe num modelo prático não directivo e permita ao conselheiro centrar-se efectivamente na pessoa do aconselhando.

CAPÍTULO III

MÉTODO

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O presente estudo pretende responder à questão: **Será o aconselhamento pastoral compatível com uma Relação de Ajuda desenvolvida no âmbito da Abordagem Centrada na Pessoa, efectuada, portanto, de acordo com um modelo não directivo?**

Ou, dito de outra forma, será que o aconselhamento pastoral e a Relação de Ajuda, no âmbito da Abordagem Centrada na Pessoa, são compatíveis, desde que aquele se estribe num modelo prático não directivo?

Pretende-se, ainda, concluir até que ponto variáveis como o sexo do conselheiro, a sua idade, o estado civil, as habilitações literárias e a função eclesiástica interferem (e até que ponto) ou não, numa postura prática de aconselhamento mais centrada na pessoa.

Depois da reflexão desenvolvida nos capítulos anteriores deste trabalho sobre os conceitos teóricos, passamos ao estudo de campo que serve de suporte a esta investigação.

PARTICIPANTES

Assim o universo em estudo será a comunidade local de fé radicada em Setúbal, e denominada Igreja do Jubileu. A amostra incide sobre 40 (quarenta) indivíduos, que praticam o chamado aconselhamento pastoral (ou cristão), no contexto dessa comunidade local de fé, e de que forma o fazem, sobretudo tendo em atenção as atitudes presentes numa relação de ajuda de inspiração rogeriana.

Nenhum destes indivíduos que responderam ao inquérito recebeu qualquer formação de inspiração rogeriana.

Para tal foram-lhes colocados dois quadros de treze questões cada, sendo que o primeiro requeria respostas mais afirmativas e significativas, e o segundo o seu

contrário, de forma a poder assim reconhecer, como presentes ou não, na relação, as atitudes da Abordagem Centrada na Pessoa.

A Igreja do Jubileu é uma comunidade local de fé radicada em Setúbal desde 1947. Esta igreja evangélica, filiada na Aliança Evangélica Portuguesa, é constituída por cerca de seiscentas pessoas, de todas as faixas etárias e de diversos escalões sociais, e desenvolve trabalho social através de várias valências (creche, jardim de infância, apoio a idosos, apoio à pobreza, trabalho com toxicodependentes, e outras) o qual é muito reconhecido e apreciado na cidade.

A igreja é dirigida espiritualmente por um Presbitério, constituído por Pastores e Presbíteros (9 elementos), e apoiada por um Corpo Diaconal de nove pessoas.

A Igreja do Jubileu mantém relações de fraternidade com outras comunidades locais de fé, em Setúbal, protestantes e católicas, assim como com outras comunidades evangélicas na região, no país e no estrangeiro.

O aconselhamento habitualmente disponibilizado na comunidade, no âmbito de uma relação de ajuda de cariz espiritual, é efectuado não só por pastores e presbíteros ordenados, mas também por diáconos e até por alguns leigos, pastoralmente recomendados, e reconhecidos como idóneos pela própria comunidade.

Procurámos seleccionar como amostra um conjunto de fiéis desta comunidade local de fé, que habitualmente pratica alguma forma de aconselhamento pastoral, independentemente da sua posição eclesiástica, assim como de outras variáveis.

MATERIAL

Em função dos objectivos do estudo, foram construídos por nós dois questionários:

- Um de caracterização sócio-demográfica (ver Anexo I);
- E outro de atitudes no aconselhamento (ver Anexo II).

1.1. *Questionário de dados pessoais*

O questionário sócio-demográfico teve como objectivo a recolha de dados necessários para a caracterização da amostra, e servir de instrumento de suporte para a

selecção dos participantes, de acordo com o critério de todos eles desenvolverem a prática do chamado aconselhamento pastoral, na sua comunidade local de fé, e de todos eles pertencerem a uma mesma comunidade, por se pretender uma amostra de conveniência.

Nele se incluía a recolha de informação para definir os parâmetros demográficos (sexo, idade, estado civil e habilitações literárias), assim como um parâmetro de carácter religioso (função eclesiástica).

1.2. *Questionário de atitudes no aconselhamento*

Este instrumento divide-se em dois grupos de treze perguntas cada, respondido numa escala de Likert, de 5 pontos, sendo o primeiro compatível com o modelo da Abordagem Centrada no Cliente, e o segundo não compatível.

Optámos pela utilização de um instrumento em forma de questionário, uma vez que, e apesar das suas limitações, trata-se de um instrumento aconselhado para se interrogar um número significativo de indivíduos. Este tipo de instrumento permite uma maior autenticidade nas respostas, já que o seu preenchimento não necessita da nossa presença, e o anonimato e confidencialidade estão garantidos.

Comprovámos que as respostas foram interpretadas e respondidas, com relativa facilidade. Com o teste prévio entretanto efectuado verificou-se que este instrumento permite a recolha da informação pretendida, pelo que não foram introduzidas quaisquer alterações às versões originais dos questionários.

PROCEDIMENTOS

Efectuou-se a recolha de dados para a amostra depois de se ter apresentado os objectivos e o âmbito do estudo aos responsáveis da instituição envolvida, no sentido de solicitar a sua colaboração.

A todos os indivíduos a quem foi solicitado que fizessem parte da amostra foram explicados os objectivos do questionário, a nível individual, e foram facilitadas instruções práticas sobre o preenchimento do mesmo, tendo em conta a sua estruturação.

Foi, ainda, referido claramente o carácter de confidencialidade dos dados e a importância da sua colaboração.

Os questionários demoraram uma média de dez a quinze minutos a serem preenchidos.

Todos os questionários foram entregues em mão, tendo sido preenchidos em privado, por cada um dos indivíduos, de modo a garantir a confidencialidade dos dados recolhidos, e foram-nos posteriormente devolvidos em mão

A recolha dos dados foi efectuada durante o mês de Abril de 2006.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Os participantes da amostra estão caracterizados em função das seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, habilitações literárias e função eclesiástica.

1. Sexo

Sexo

	Frequência	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Masculino	21	52,5	52,5	52,5
Feminino	19	47,5	47,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

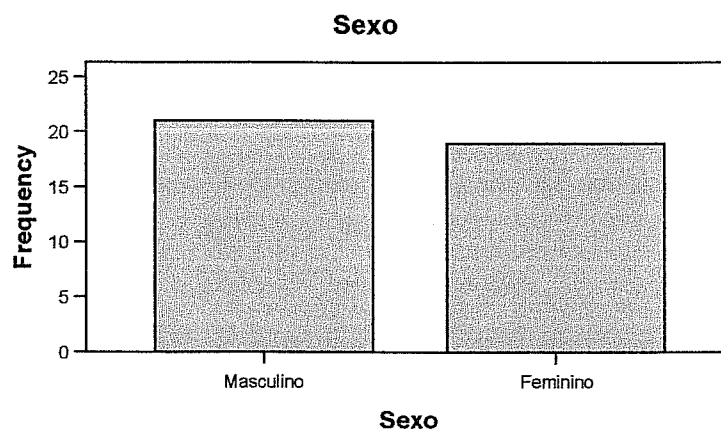


Fig. 1 - Gráfico de barras referente à variável sexo

Segundo os dados apresentados 52,5% dos indivíduos são do sexo masculino e 47,5% do sexo feminino, quanto à amostra total (Fig. 1).

Estes dados poderão indiciar que nesta comunidade local de fé as mulheres dispõem de uma capacidade de intervenção espiritual-pastoral muito semelhante à dos homens, aparentemente sem quaisquer preconceitos de ordem sexista, os quais se podem verificar em muitas outras comunidades religiosas.

2. Idade

Idade

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 16-30	7	17,5	17,5	17,5
31-45	15	37,5	37,5	55,0
46-60	12	30,0	30,0	85,0
Mais de 61	4	10,0	10,0	95,0
Não respondeu	2	5,0	5,0	100,0
Total	40	100,0	100,0	

Idade

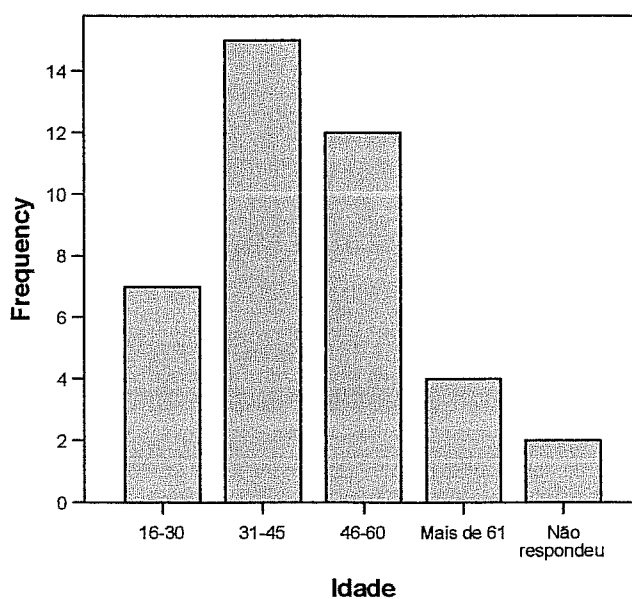


Fig. 2 - Gráfico de barras referente à variável idade

A média de idades dos indivíduos que constituem a amostra é de 43 anos.

De acordo com o quadro acima (Fig. 2), a maior percentagem de indivíduos da amostra localiza-se na faixa dos 31-45 anos (37,5%), seguida da faixa dos indivíduos entre os 46 e os 60 anos (30%), sendo que a faixa juvenil, dos indivíduos entre os 16 e os 30 anos é igualmente significativa (17,5%). Estes números poderão representar, mais do que um equilíbrio etário, uma tendencial heterogeneidade das diversas faixas etárias presentes na comunidade, as quais serão paralelamente actuaentes na vida interna da mesma.

3. Estado civil

Estado Civil

	Frequência	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Casado	33	82,5	82,5	82,5
Solteiro	6	15,0	15,0	97,5
Viúvo	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

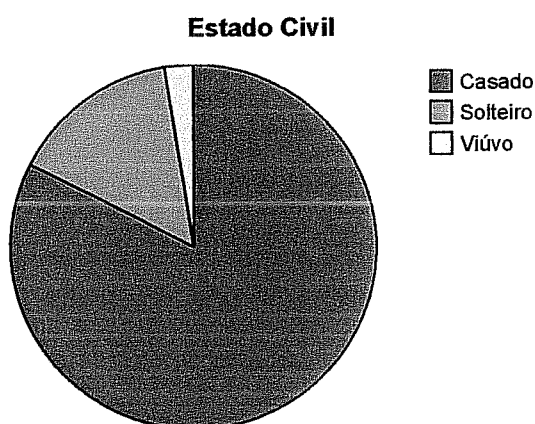


Fig. 3 - Representação gráfica da variável estado civil

A esmagadora maioria dos indivíduos da amostra são casados (82,5%), elemento compreensível, atendendo ao enquadramento religioso da população. Daí não terem surgido outros tipos de respostas que estavam disponíveis no inquérito, como: “divorciado” (0%), “separado” (0%), ou “união de facto” (0%).

Refira-se, ainda, que a percentagem dos indivíduos solteiros é relativamente importante (15%), o que pode significar que a juventude e o facto de ser solteiro não constituem impedimento para que os indivíduos possam tomar parte activa na vida daquela comunidade local de fé, e assumir algumas responsabilidades de aconselhamento.

4. *Habilitações literárias*

Habilitações Literárias

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Até ao 1º ciclo	7	17,5	17,5	17,5
Até ao 2º ciclo	5	12,5	12,5	30,0
Até ao 3º ciclo	13	32,5	32,5	62,5
Frequência universitária	2	5,0	5,0	67,5
Licenciatura	5	12,5	12,5	80,0
Outra	7	17,5	17,5	97,5
Não respondeu	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

Habilitações Literárias

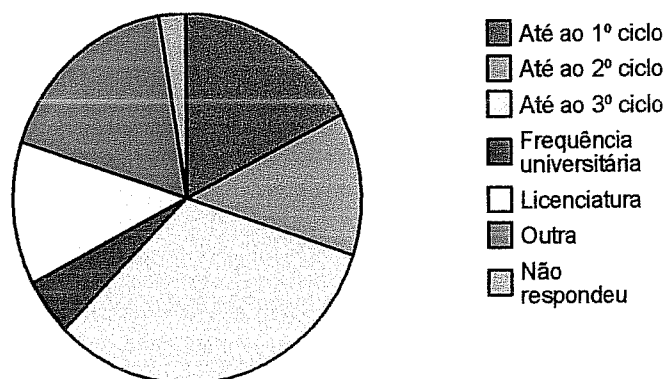


Fig. 4 - Representação gráfica da variável habilitações literárias

A maior percentagem dos indivíduos da amostra tem o 3º. Ciclo (32,5%), sendo que os indivíduos com licenciatura ou frequência universitária, juntos, representam 17,5%, tanto como os que têm apenas o 1º. Ciclo.

Trata-se de uma panorâmica muito diversificada, deste ponto de vista, e que pode indiciar estarmos perante uma grande variedade de classes ou níveis sociais representados na amostra, o que parece demonstrar que se trata de um universo interclassista.

5. Função eclesiástica

Função Eclesiástica

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Pastor	8	20,0	20,0	20,0
Presbítero	5	12,5	12,5	32,5
Diacono	11	27,5	27,5	60,0
Leigo	16	40,0	40,0	100,0
Total	40	100,0	100,0	

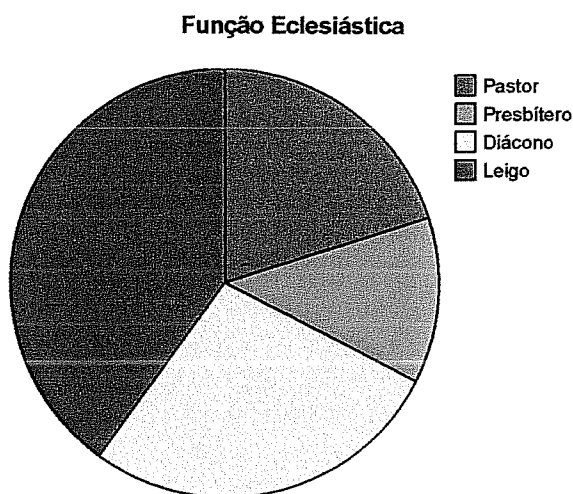


Fig. 5 - Representação gráfica da variável função eclesiástica

O grupo de Pastores e o grupo de Presbíteros somados representam 32,5%. Do ponto de vista eclesiástico, este é o grupo com maiores responsabilidades religiosas na comunidade, tendo a seu cargo a liderança espiritual da igreja, o ensino, a administração, a condução das reuniões de culto, a pregação, e a disciplina interna.

O facto de os leigos serem tão representativos nesta amostra (40%), pode querer significar que se trata de uma comunidade local de fé pouco rígida, do ponto de vista hierárquico, e que permite aos leigos uma acção importante e significativa na vida quotidiana da igreja, também do ponto de vista espiritual-pastoral.

ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados a seguir apresentados foram obtidos após a aplicação do conjunto de vinte e seis questões, dividido em duas sub-escalas de treze questões cada.

A primeira requeria respostas mais significativas a fim de se poderem reconhecer as competências da Abordagem Centrada na Pessoa como estando presentes na relação. A segunda requeria exactamente o inverso.

Inicia-se a análise dos dados pelo cruzamento das variáveis que caracterizam a amostra, com algumas das questões apresentadas no questionário de atitudes no aconselhamento. Assim, e depois de várias tentativas, conclui-se que a variável “sexo” não se afigura relevante para as respostas. Por exemplo, a questão “Tento que aquilo que a pessoa diz e a forma como o faz não me perturbe a ponto de não ser capaz de ajudar no momento”, quando cruzada com a variável “sexo”, dá um valor *phi* perfeitamente irrelevante (0,061), como indica o quadro abaixo (Fig. 6).

Symmetric Measures			
		Value	Approx. Sig.
Nominal by	Phi	,061	,928
Nominal	Cramer's V	,061	,928
N of Valid Cases		40	

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Fig. 6 – Quadro de valor phi aplicado ao cruzamento da variável “sexo”.

Ao observar o quadro relativo a esse cruzamento (Fig. 7), verifica-se que, das cinco respostas possíveis foram dadas apenas três, e estão equilibradas de modo quase perfeito entre os sexos dos inquiridos, registando-se uma única e pequena diferença apenas na opção “relativamente significativo”. Daqui se conclui que as respostas às questões relativas às atitudes de aconselhamento propostas no questionário são indiferentes ao facto de os conselheiros serem homens ou mulheres.

Sexo * Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento Crosstabulation

			Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento			
			Significativo	Relativamente significativo	Muito significativo	Total
Sexo	Masculino	Count	1	9	11	21
		% within Sexo	4,8%	42,9%	52,4%	100,0%
		% within Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento	50,0%	56,3%	50,0%	52,5%
		% of Total	2,5%	22,5%	27,5%	52,5%
Feminino	Feminino	Count	1	7	11	19
		% within Sexo	5,3%	36,8%	57,9%	100,0%
		% within Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento	50,0%	43,8%	50,0%	47,5%
		% of Total	2,5%	17,5%	27,5%	47,5%
Total	Total	Count	2	16	22	40
		% within Sexo	5,0%	40,0%	55,0%	100,0%
		% within Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	5,0%	40,0%	55,0%	100,0%

Fig. 7 – Cruzamento da variável “sexo”.

Já em relação à variável “idade”, encontra-se um valor *phi* significativo (de 0,626), conforme quadro abaixo (Fig. 8).

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by	Phi	,626	,474
Nominal	Cramer's V	,313	,474
N of Valid Cases		40	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Fig. 8 – Quadro de valor phi aplicado ao cruzamento da variável “idade”.

A análise do quadro seguinte (Fig. 9) permite perceber que a utilização da experiência pessoal de vida como referência para o aconselhando, no sentido de a apresentar como exemplo para ele resolver o seu problema, em setting de aconselhamento, ganha mais relevância com o aumento da idade do conselheiro.

Assim, na faixa etária 16-30, a importância atribuída à experiência pessoal é “significativa” (7,5%), enquanto que na faixa 31-45 verifica-se um crescente, que oscila entre o “relativamente significativo” (12,5%) e o “muito significativo” (10%), apesar de outros 10% dos inquiridos acharem “pouco significativo”. Nos anos 46-60, a distribuição de respostas é feita entre o “significativo” (7,5%), “relativamente significativo” (12,5%), e “muito significativo” (7,5%). Por último, na faixa etária dos indivíduos com mais de 61 anos, verifica-se que 5% responderam “significativa” a experiência pessoal.

Note-se que não são exactamente os mais velhos (mais de 61 anos) que recorrem ao factor experiência, como exemplo para o aconselhando, mas os conselheiros que se situam na faixa entre os 31 e os 60 anos. Provavelmente porque os mais jovens (16-30) têm algum pudor em utilizar tal expediente, dada sua relativa falta de maturidade e de história de vida. Tenha-se, porém, em consideração, o facto de que os inquiridos com mais de 60 anos serem apenas quatro indivíduos, pelo que, neste caso, será relativamente arriscada qualquer interpretação qualitativa dos dados.

De resto, verifica-se uma tendência para valorizar a experiência pessoal como elemento válido no aconselhamento pastoral, até porque, tendo em atenção que este tipo de aconselhamento se inscreve num quadro de referências muito específico, uma comunidade local de fé, onde os testemunhos de vida são frequentemente partilhados e considerados como fonte de inspiração para o Outro, considerado companheiro de jornada nas veredas da fé, na base da solidariedade cristã exemplificada pela máxima bíblica “rir com os que riem e chorar com os que choram”.

Idade * Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema Crosstabulation

			Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema					Total
			Nada significativo	Pouco significativo	Significativo	Relativamente significativo	Muito significativo	
Idade	16-30	Count	1	1	3	2	0	7
		% within Idade	14,3%	14,3%	42,9%	28,6%	,0%	100,0%
		% within Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	33,3%	14,3%	37,5%	15,4%	,0%	17,5%
		% of Total	2,5%	2,5%	7,5%	5,0%	,0%	17,5%
31-45	Count	2	4	0	5	4	15	
		% within Idade	13,3%	26,7%	,0%	33,3%	26,7%	100,0%
		% within Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	66,7%	57,1%	,0%	38,5%	44,4%	37,5%
		% of Total	5,0%	10,0%	,0%	12,5%	10,0%	37,5%
46-60	Count	0	1	3	5	3	12	
		% within Idade	,0%	8,3%	25,0%	41,7%	25,0%	100,0%
		% within Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,0%	14,3%	37,5%	38,5%	33,3%	30,0%
		% of Total	,0%	2,5%	7,5%	12,5%	7,5%	30,0%
Mais de 61	Count	0	1	2	0	1	4	
		% within Idade	,0%	25,0%	50,0%	,0%	25,0%	100,0%
		% within Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,0%	14,3%	25,0%	,0%	11,1%	10,0%
		% of Total	,0%	2,5%	5,0%	,0%	2,5%	10,0%
Não respondeu	Count	0	0	0	1	1	2	
		% within Idade	,0%	,0%	,0%	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,0%	,0%	,0%	7,7%	11,1%	5,0%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	2,5%	2,5%	5,0%
Total	Count	3	7	8	13	9	40	
		% within Idade	7,5%	17,5%	20,0%	32,5%	22,5%	100,0%
		% within Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

o seu problema						
% of Total	7,5%	17,5%	20,0%	32,5%	22,5%	100,0%

Fig. 9 – Cruzamento da variável "idade".

Relativamente à variável “estado civil”, encontra-se um valor *phi* altamente relevante (1,007), quase perfeito, quando se cruza com a questão “Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos”, conforme se vê no quadro abaixo (Fig. 10).

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by	Phi	1,007	,000
Nominal	Cramer's V	,712	,000
N of Valid Cases		40	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Fig. 10 – Quadro de valor phi aplicado ao cruzamento da variável “estado civil”.

Verifica-se assim, através do quadro abaixo (Fig. 11), como os respondentes casados valorizam muitíssimo mais do que os solteiros ou viúvos, a atitude de prestar atenção aos sentimentos do aconselhando. Enquanto que 20% dos solteiros responderam “muito significativo”, 57,5% dos casados responderam no mesmo sentido, e 20% “relativamente significativo”. Note-se que nenhum dos casados considerou este elemento como sendo “nada significativo”, ou “pouco significativo”.

Provavelmente, a convivência conjugal e familiar, assim como a experiência da parentalidade poderão justificar estes resultados, dado o exercício permanente que os respondentes casados desenvolverão para conseguir conviver, na intimidade, com os cônjuges ou filhos, pessoas com uma estrutura emocional e psicológica muitas vezes bem diversa de si.

Estado Civil * Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos Crosstabulation

			Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos				Total
			Pouco significativo	Significativo	Relativamente significativo	Muito significativo	
Estado Civil	Casado	Count	0	2	8	23	33
		% within Estado Civil	,0%	6,1%	24,2%	69,7%	100,0%
		% within Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	,0%	100,0%	80,0%	85,2%	82,5%
	Solteiro	% of Total	,0%	5,0%	20,0%	57,5%	82,5%
		Count	0	0	2	4	6
		% within Estado Civil	,0%	,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	Viúvo	% within Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	,0%	,0%	20,0%	14,8%	15,0%
		% of Total	,0%	,0%	5,0%	10,0%	15,0%
		Count	1	0	0	0	1
	Total	% within Estado Civil	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	100,0%	,0%	,0%	,0%	2,5%
		% of Total	2,5%	,0%	,0%	,0%	2,5%
Count		1	2	10	27	40	
% within Estado Civil		2,5%	5,0%	25,0%	67,5%	100,0%	
	% within Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	2,5%	5,0%	25,0%	67,5%	100,0%	

Fig. 11 – Cruzamento da variável “estado civil”.

Cruzando a variável “habilitações literárias” com a questão “Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa”, encontra-se também um valor *phi* muito significativo (0,836), como se verifica no quadro abaixo (Fig. 12).

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by	Phi	,836	,324
Nominal	Cramer's V	,418	,324
N of Valid Cases		38	

a Not assuming the null hypothesis.
 b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Fig. 12 – Quadro de valor phi aplicado ao cruzamento da variável “habilitações literárias”.

Conclui-se que são os respondentes com mais baixas habilitações literárias quem mais atenção afirma prestar ao discurso não-verbal do aconselhando.

Assim, 10,5% dos indivíduos com o 3º. Ciclo de escolaridade, consideram tal elemento “significativo”, 15,8% “relativamente significativo”, e 7,9% “muito significativo”, contra 7,9% dos indivíduos com o 2º. Ciclo que o consideram “muito significativo”.

Eventualmente, poder-se-á deduzir que, quanto mais baixas são as habilitações literárias do conselheiro, mais necessidade ele terá de estar atento à expressão dos sentimentos, deslocando o centro de gravidade da sua postura na relação, do racional para o emocional, na tentativa de compreender o Outro.

Não se consideram aqui as respostas dos indivíduos classificados na opção “Outra”, visto a natureza desta não ser decifrável ou determinável (Fig. 13).

Habilitações Literárias * Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa Crosstabulation

		Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa					Total
Habilitações Literárias		Nada significativo	Pouco significativo	Significativo	Relativamente significativo	Muito significativo	
Até ao 1º ciclo	Count	1	1	2	1	0	5
	% within Habilitações Literárias	20,0%	20,0%	40,0%	20,0%	,0%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	50,0%	100,0%	28,6%	6,3%	,0%	13,2%
	% of Total	2,6%	2,6%	5,3%	2,6%	,0%	13,2%
Até ao 2º ciclo	Count	1	0	0	1	3	5
	% within Habilitações Literárias	20,0%	,0%	,0%	20,0%	60,0%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	50,0%	,0%	,0%	6,3%	25,0%	13,2%
	% of Total	2,6%	,0%	,0%	2,6%	7,9%	13,2%
Até ao 3º ciclo	Count	0	0	4	6	3	13
	% within Habilitações Literárias	,0%	,0%	30,8%	46,2%	23,1%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,0%	,0%	57,1%	37,5%	25,0%	34,2%
	% of Total	,0%	,0%	10,5%	15,8%	7,9%	34,2%
Frequência universitária	Count	0	0	0	2	0	2
	% within Habilitações Literárias	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,0%	,0%	,0%	12,5%	,0%	5,3%
	% of Total	,0%	,0%	,0%	5,3%	,0%	5,3%
Licenciatura	Count	0	0	1	2	2	5
	% within Habilitações Literárias	,0%	,0%	20,0%	40,0%	40,0%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,0%	,0%	14,3%	12,5%	16,7%	13,2%
	% of Total	,0%	,0%	2,6%	5,3%	5,3%	13,2%
Outra	Count	0	0	0	3	4	7
	% within Habilitações Literárias	,0%	,0%	,0%	42,9%	57,1%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,0%	,0%	,0%	18,8%	33,3%	18,4%
	% of Total	,0%	,0%	,0%	7,9%	10,5%	18,4%
Não	Count	0	0	0	1	0	1

respondeu	% within Habilitações Literárias	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,0%	,0%	,0%	6,3%	,0%	2,6%
	% of Total	,0%	,0%	,0%	2,6%	,0%	2,6%
Total	Count	2	1	7	16	12	38
	% within Habilitações Literárias	5,3%	2,6%	18,4%	42,1%	31,6%	100,0%
	% within Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	5,3%	2,6%	18,4%	42,1%	31,6%	100,0%

Fig. 13 – Cruzamento da variável “habilitações literárias”.

Cruzando a variável “função eclesiástica” com a questão “Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão”, chega-se a um valor *phi* relativamente significativo (0,522), como se vê no quadro abaixo (Fig. 14).

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by	Phi	,522	,283
Nominal	Cramer's V	,301	,283
N of Valid Cases		40	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Fig. 14 – Quadro de valor phi aplicado ao cruzamento da variável “função eclesiástica”.

Quanto à variável “função eclesiástica”, quando cruzada com a questão “Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão”, a tendência que se verifica é que, quanto menor é a importância

hierárquica da função religiosa na comunidade maior é a tendência para considerar este elemento com o sendo importante. Assim, os valores mais relevantes são encontrados nas respostas dos respondentes “leigos”, 17,5% “muito significativo”, e 22,5% “relativamente significativo”, e depois nos “diáconos”, 10% muito significativo” e 12,5% “relativamente significativo”, enquanto que apenas 10% dos “pastores” consideram este elemento “relativamente significativo”. Contudo, note-se que 2,5% dos respondentes “pastores” consideram “nada significativo”.

Poder-se-á considerar, então, que os conselheiros com menor relevância hierárquica naquela comunidade local de fé, sentirão maior necessidade de utilizar textos bíblicos e princípios religiosos, talvez como suporte de afirmação pessoal, ou como argumento autoritativo no exercício de tentar ajudar o Outro (Fig. 15).

Função Eclesiástica * Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão Crosstabulation

Função Eclesiástica		Statistics	Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão				
			Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão				Total
			Nada significativo	Significativo	Relativamente significativo	Muito significativo	
Função Eclesiástica	Pastor	Count	1	1	4	2	8
		% within Função Eclesiástica	12,5%	12,5%	50,0%	25,0%	100,0%
		% within Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	100,0%	20,0%	21,1%	13,3%	20,0%
		% of Total	2,5%	2,5%	10,0%	5,0%	20,0%
	Presbítero	Count	0	2	1	2	5
		% within Função Eclesiástica	,0%	40,0%	20,0%	40,0%	100,0%
		% within Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	,0%	40,0%	5,3%	13,3%	12,5%
		% of Total	,0%	5,0%	2,5%	5,0%	12,5%
	Diacono	Count	0	2	5	4	11
		% within Função Eclesiástica	,0%	18,2%	45,5%	36,4%	100,0%
		% within Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	,0%	40,0%	26,3%	26,7%	27,5%
		% of Total	,0%	5,0%	12,5%	10,0%	27,5%
	Leigo	Count	0	0	9	7	16
		% within Função Eclesiástica	,0%	,0%	56,3%	43,8%	100,0%

	% within Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	,0%	,0%	47,4%	46,7%	40,0%
Total	% of Total	,0%	,0%	22,5%	17,5%	40,0%
	Count	1	5	19	15	40
	% within Função Eclesiástica	2,5%	12,5%	47,5%	37,5%	100,0%
	% within Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	2,5%	12,5%	47,5%	37,5%	100,0%

Passamos agora à apreciação dos dados obtidos através da análise factorial, que se utiliza por se tratar de uma técnica multivariada, largamente utilizada em psicologia, cujo propósito primeiro é a redução de dados e sumarização. É uma técnica de interdependência, analisa as relações entre variáveis e tenta explicá-las em termos das suas dimensões subjacentes comuns (factores). Assim, o objectivo geral é condensar a informação, contida num número de variáveis originais, num conjunto menor de factores com um mínimo de perda dessa informação.

São utilizadas duas variações, uma chamada Análise Factorial, e a outra chamada Análise de Componentes Principais.

Como ilustração técnica, apresenta-se a Análise Factorial aplicada a 26 itens, divididos em duas sub-escalas, constituídos em frases cuja a avaliação é feita através da atribuição de um score de 1 a 5, onde o 1 indica a atitude de aconselhamento descrita na frase como sendo “nada significativa” e o 5 como sendo “muito significativa”.

Segundo a análise de componentes principais, o número de factores a ser extraídos foi obtido pelo critério das raízes latentes (*Eigenvalues*) maiores do que um, de acordo com o gráfico representado a seguir (Fig. 16).

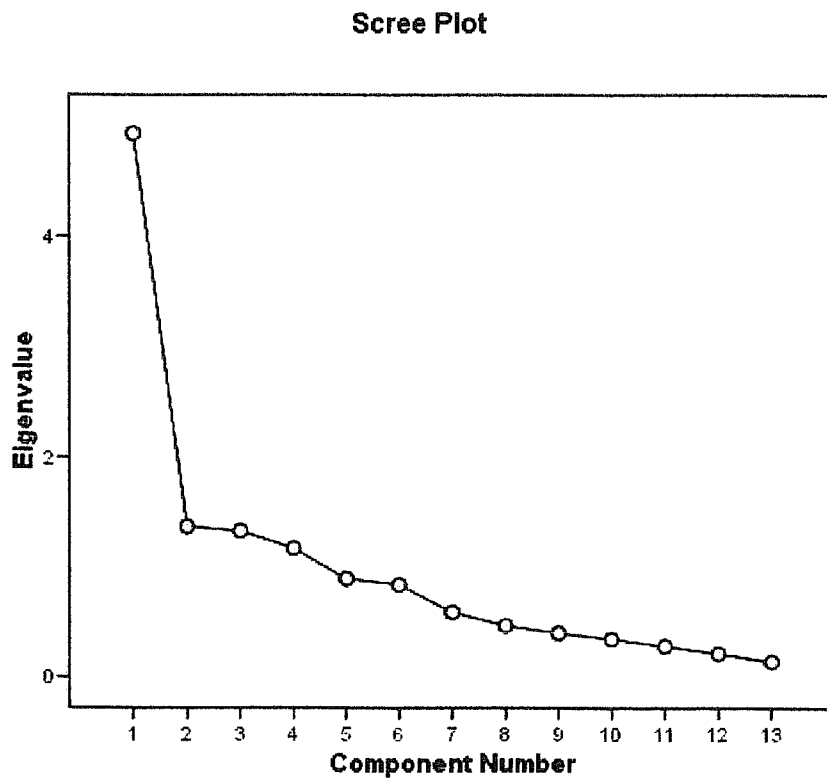


Figura 16 – Scree Plot relativo à sub-escala 1.

Deste modo, analisando os dados recolhidos, extraiu-se das primeiras treze questões, quatro principais componentes de análise, através da operação realizada através do Programa Estatístico de SPSS, segundo o método de extracção (*Extraction method*) conforme o quadro apresentado a seguir (Fig. 17).

Component Matrix(a)

	Component			
	1	2	3	4
Aguardo que a pessoa peça ajuda explicitamente				,532
Centro-me na pessoa que estou a aconselhar	,586		-,654	
Escuto a pessoa com toda a atenção	,798			
Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,662			
Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	,742			
Tento compreender a pessoa de acordo com o seu quadro pessoal de referências	,596			
Tento que a pessoa perceba que estou a tentar compreendê-la e acompanhá-la	,612	-,504		
Aceito a pessoa independentemente do problema que ela apresenta	,720			
Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão		,810		
Peço a Deus que me dê capacidade para ser capaz de ajudar a pessoa	,710			
Aceito a pessoa independentemente do comportamento que evidencia	,551			
Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento	,762			
Procuro ajudar a pessoa a encontrar a sua própria solução, para o seu problema, sem a manipular, a partir da sua fé e valores religiosos	,534			,661

Extraction Method: Principal Component Analysis a 4 components extracted.

Figura 17 – Component Matrix relativo à sub-escala 1.

Identificaram-se, através da proximidade do ponto de saturação positivo (um) os seguintes factores:

- “escuto a pessoa com toda a atenção” 79,80%;
- “tento que a aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento” 76,20%;
- “tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos” 74,20% e,
- “aceito a pessoa independentemente do problema que ela apresenta” 72%.

Assim, as treze variáveis explicam-se através destes quatro factores identificados na matriz.

Por outro lado, de acordo com o método utilizado, a análise factorial permite ainda analisar as comunalidades, ou seja, a proporção da variância de cada variável explicada pelos valores comuns. As comunalidades são apresentadas antes e depois da extracção do número desejado de factores.

As comunalidades iniciais são iguais a um, existindo tantas componentes principais como quantas variáveis. Após a extracção, as comunalidades variam entre zero e um, sendo o zero quando os factores comuns não explicam nenhuma variância da variável e um quando explicam toda a sua variância.

Deste modo, e segundo o quadro apresentado a seguir (Fig. 18), verifica-se que existem três variáveis cujas comunalidades se aproximam significativamente de um. São elas:

- “utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão” é explicada em 86,90% da variância pelos factores comuns;
- “tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos” explicada em 80,90% da variância pelos factores comuns e, por último
- “centro-me na pessoa que estou a aconselhar” explicada em 80,20% da variância pelos factores comuns.

Communalities

	Extraction
Aguardo que a pessoa peça ajuda explicitamente	,493
Centro-me na pessoa que estou a aconselhar	,802
Escuto a pessoa com toda a atenção	,663
Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	,561
Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	,809
Tento compreender a pessoa de acordo com o seu quadro pessoal de referências	,474
Tento que a pessoa perceba que estou a tentar compreendê-la e acompanhá-la	,723
Aceito a pessoa independentemente do problema que ela apresenta	,630
Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	,869
Peço a Deus que me dê capacidade para ser capaz de ajudar a pessoa	,596
Aceito a pessoa independentemente do comportamento que evidencia	,707
Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento	,707
Procuro ajudar a pessoa a encontrar a sua própria solução, para o seu problema, sem a manipular, a partir da sua fé e valores religiosos	,769

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 18 – Comunalidades relativas à sub-escala 1.

Por último, no quadro abaixo indicado (Fig. 19) encontram-se os autovalores (números que reflectem a importância do factor) e as suas respectivas percentagens de explicação. Note-se que o primeiro factor, só por si, explica 37,8% da variabilidade total dos dados; a explicação conjunta dos dois primeiros factores é da ordem de 48,43% da variabilidade total. Saliente-se, ainda, que os quatro primeiros factores explicam conjuntamente, 67,7% da variabilidade total dos dados.

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,925	37,888	37,888
2	1,371	10,548	48,435
3	1,331	10,236	58,672
4	1,174	9,029	67,701

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 19 – Total Variance Explained relativo à sub-escala 1.

Ao realizar a análise factorial exploratória da sub-escala 1, concluímos que as questões de maior peso no conjunto são as nºs. 3, 5, 8, e a 12, explicadas em 67,70% na sua variabilidade total, através dos factores 2, 5 e 9.

As questões que se revelam como sendo de maior peso, passam, afinal, por conceitos fundamentais no aconselhamento inspirado na Abordagem Centrada na Pessoa:

- capacidade de escuta do Outro (nº. 3). A capacidade de escuta é absolutamente essencial numa relação de ajuda, não só para poder entender a pessoa, mas também para lhe passar a mensagem da disponibilidade do conselheiro para ela, naquele momento;
- disponibilidade para compreender o Outro, não apenas através do discurso verbal, mas prestando atenção à comunicação não-verbal (nº. 5), isto é, aos sentimentos expressos. Rogers considera fundamental que o conselheiro tente perceber como é que o aconselhando se está a sentir no momento, a fim de poder devolver-lhe a percepção de como o vê e o sente;

- atitude de aceitação do Outro, como pessoa, sendo o conselheiro capaz de separar a pessoa do problema que apresenta (nº. 8), isto é, sendo capaz de manter um olhar incondicional positivo sobre ele. O mais importante na relação de ajuda é a pessoa e não o problema. Os problemas passam e as pessoas ficam. É igualmente importante que o aconselhando se sinta aceite como pessoa, independentemente do problema que evidencia ou de que fala;

- e procurar manter uma posição de ajuda, sem ficar afectado pela situação do Outro, de modo a manter as competências de ajuda (nº. 12), isto é, mantendo a congruência, sem a qual a capacidade de ajudar está posta em causa. A congruência é um conceito central na relação de ajuda de inspiração rogeriana, e o conselheiro deve ser capaz de não se deixar perturbar com o material que o aconselhando lhe traz.

Estas quatro questões de maior peso na sub-escala 1, são explicadas, como atrás se disse, em 67,70% na sua variabilidade total, através dos factores 2, 5 e 10 (Fig. 18), como segue:

- a capacidade de o conselheiro se centrar na pessoa que aconselha, e não no material, perturbação ou história de vida que apresenta ou evidencia (nº. 2). Esta questão simboliza, de forma exemplar, a filosofia da Abordagem Centrada na Pessoa;

- a disponibilidade para tentar compreender o Outro (nº. 5) coincide com uma das quatro questões mais significativas no conjunto, de que falámos atrás;

- a utilização de textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à dificuldade da pessoa, apenas para a ajudar na sua reflexão (nº. 10). Este elemento deverá ser entendido no contexto típico da prática do aconselhamento pastoral, que ocorre naquela comunidade local de fé. Como é compreensível, o aconselhamento cristão move-se num universo ético-religioso-espiritual característico, no âmbito de uma comunidade local de fé que tem por base valores pessoais, relacionais e comunitários específicos, o que faz com que essa relação de ajuda se enquadre e inscreva dentro desse quadro geral de referências.

No que se refere à análise dos dados recolhidos nos treze últimos itens, correspondentes à sub-escala 2, verifica-se que a extracção dos factores deve incidir sobre os quatro factores cujo valores mais se aproximam de um, de acordo com os dados apresentados no gráfico seguinte (Fig. 20).

Scree Plot

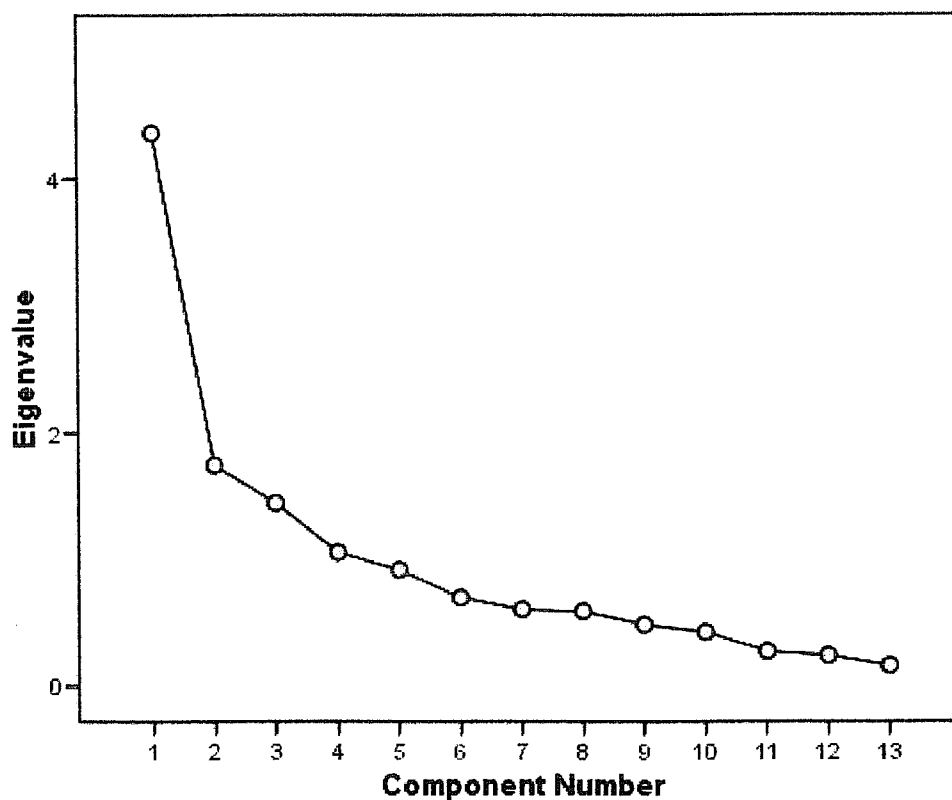


Figura 20 – Scree Plot relativo à sub-escala 2.

Deste modo, analisando os dados recolhidos, extraiu-se das últimas treze questões, quatro principais componentes de análise. São elas:

- “Assumo a responsabilidade pessoal de resolver o problema à pessoa, fornecendo-lhe uma solução” 79,30%;
- “tento levar a pessoa a fazer aquilo que acho ser o mais adequado para ela” 72,10%;
- “recordo-lhe princípios morais para tentar levá-la a alterar o seu comportamento” 71,50% e,
- “se atitude da pessoa me incomoda, tento que ela a altere rapidamente” 65,80%.

Conforme o quadro a seguir indicado estes são os factores identificados pela matriz que explicam os treze últimos itens apresentados (Fig. 21).

Component Matrix(a)

	Component			
	1	2	3	4
Tomo a iniciativa de aconselhar a pessoa sem ela mo pedir	,597			
Centro-me no problema que a pessoa expõe. em si mesmo			,530	
Interrompo a pessoa constantemente para a questionar	,589			,584
Centro-me apenas no discurso verbal				,528
Deixo transparecer os meus sentimentos e emociono-me com as emoções da pessoa			,583	
Tento levar a pessoa a fazer aquilo que acho ser o mais adequado para ela	,721			
Tento relativizar o problema quando acho que a pessoa está a exagerar a sua gravidade	,552	-,708		
Assumo a responsabilidade pessoal de resolver o problema à pessoa, fornecendo-lhe uma solução	,793			
Se atitude da pessoa me incomoda, tento que ela a altere rapidamente	,658			
Recordo-lhe princípios morais para tentar levá-la a alterar o seu comportamento	,715			
Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,577			
Utilizo o testemunho de vida de outras pessoas como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,614			
Ameaço a pessoa com sanções eclesíásticas caso ela não faça o que eu acho mais correcto para resolver o seu problema			-,623	

Extraction Method: Principal Component Analysis a 4 components extracted.

Figura 21 – Component Matrix relativo à sub-escala 2.

No que se refere às comunalidades identificadas no processo de análise das componentes principais (Fig. 22), pode-se referir que existem três variáveis cujas comunalidades se aproximam significativamente de um. São elas:

- “tento relativizar o problema quando acho que a pessoa está a exagerar a sua gravidade” é explicada em 81% da variância pelos factores comuns;
- “interrompo a pessoa constantemente para a questionar” é explicada em 72,30% da variância pelos factores comuns e, por último,
- “utilizo o testemunho de vida de outras pessoas como exemplo de como ela deve resolver o seu problema” explicada em 70,30% da variância pelos factores comuns.

Communalities

	Extraction
Tomo a iniciativa de aconselhar a pessoa sem ela mo pedir	,653
Centro-me no problema que a pessoa expõe. em si mesmo	,600
Interrompo a pessoa constantemente para a questionar	,723
Centro-me apenas no discurso verbal	,691
Deixo transparecer os meus sentimentos e emocio-no-me com as emoções da pessoa	,535
Tento levar a pessoa a fazer aquilo que acho ser o mais adequado para ela	,642
Tento relativizar o problema quando acho que a pessoa está a exagerar a sua gravidade	,810
Assumo a responsabilidade pessoal de resolver o problema à pessoa, fornecendo-lhe uma solução	,684
Se atitude da pessoa me incomoda, tento que ela a altere rapidamente	,677
Recordo-lhe princípios morais para tentar levá-la a alterar o seu comportamento	,622
Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,676
Utilizo o testemunho de vida de outras pessoas como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	,703
Ameaço a pessoa com sanções eclesiásticas caso ela não faça o que eu acho mais correcto para resolver o seu problema	,582

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 22 – Comunalidades relativas à sub-escala 2.

Por último, no quadro abaixo indicado (Fig. 23) encontram-se os autovalores e as suas respectivas percentagens de explicação. Note-se que o primeiro factor, só por si, explica 33,48% da variabilidade total dos dados; a explicação conjunta dos dois primeiros factores é da ordem de 46,91% da variabilidade total. Saliente-se, ainda, que os quatro primeiros factores explicam conjuntamente, 66,14% da variabilidade total dos dados.

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,353	33,485	33,485
2	1,746	13,429	46,913
3	1,444	11,107	58,021
4	1,056	8,125	66,146

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 23 – Total Variance Explained relativo à sub-escala 2.

Ao realizar a análise factorial exploratória da sub-escala 2, concluímos que as questões de maior peso no conjunto são as n.ºs. 19, 21, 22 e 23, explicadas em 66,14% na sua variabilidade total, através dos factores 16, 20 e 25.

Dado o facto de a sub-escala 1 requerer respostas mais significativas e a sub-escala 2 o inverso, a apreciação dos factores relativos a esta última será feita pela negativa, ou seja, as questões verificadas como sendo de maior peso terão que ser, afinal, interpretadas como as que os respondentes mais assinalaram, no sentido de não se reconhecerem nelas.

Nesse sentido, as questões que se revelam como sendo de maior peso, passam, por conceitos fundamentais no aconselhamento inspirado na Abordagem Centrada na Pessoa, mas vistos pela perspectiva negativa, isto é, revelam as atitudes que o conselheiro não deve ter:

- manipulação do Outro (n.º.19). A Tendência Actualizante dispensa o conselheiro de querer, ele próprio, impor ao aconselhando a sua solução para o problema. Pelo contrário, ele acredita que o Outro tem dentro de si as potencialidades para a mudança,

que irá acontecer estando criadas as condições que Rogers definiu como sendo “necessárias e suficientes” para tal;

- na linha da anterior, e pelas mesmas razões, não faz sentido assumir o poder na relação, impedindo o aconselhando de crescer em direcção à maturidade e autonomia (nº.21);

- negação da atitude de aceitação do Outro, impedindo-o de exprimir sentimentos negativos, por exemplo, e condicionando a sua liberdade e o exercício da sua autenticidade na relação (nº.22). A importância de manter um olhar incondicional positivo sobre o Outro é assim valorizada pelos conselheiros questionados, que sentem ser importante que o aconselhando se sinta aceite como pessoa, independentemente da atitude dele;

- a introdução de princípios morais no aconselhamento não é valorizado pelos conselheiros inquiridos (nº.23).

Estas quatro questões de maior peso na sub-escala 2, são explicadas, como atrás se disse, em 66,14% na sua variabilidade total, através dos factores 16, 20 e 25, como segue:

- a incapacidade de o conselheiro ouvir a pessoa que aconselha, interrompendo-o constantemente para o questionar (nº.16), é considerada inconveniente pelos respondentes;

- a insensibilidade para compreender como o Outro se sente, ao tentar relativizar o problema que apresenta (nº.20), é igualmente rejeitada;

- a utilização do testemunho de vida de outras pessoas como exemplo para o aconselhando entender como deve resolver o seu problema, é um elemento também desvalorizado (nº.25), provavelmente por os respondentes considerarem que a experiência pessoal é intransmissível.

Deste modo se conclui que o aconselhamento pastoral será compatível com uma Relação de Ajuda desenvolvida no âmbito da Abordagem Centrada na Pessoa, efectuada, portanto, de acordo com um modelo não directivo.

Ou, dito de outra forma, o aconselhamento pastoral e a Relação de Ajuda, no âmbito da Abordagem Centrada na Pessoa, são compatíveis, desde que aquele se estribem num modelo prático não directivo, mas tendo sempre em conta que este tipo muito específico de aconselhamento se inscreve num universo ético-religioso-espiritual característico, no âmbito de uma comunidade local de fé que tem por base valores

personais, relacionais e comunitários específicos, o que faz com que essa relação de ajuda se enquadre e inscreva dentro desse quadro geral de referências.

Conclui-se, também, que variáveis como a idade do conselheiro, o estado civil, as habilitações literárias e a função eclesial interferem, nalguns casos, numa postura prática de aconselhamento mais centrada na pessoa. Já quanto ao sexo do conselheiro, verificou-se que não funciona como factor distintivo nas respostas recolhidas.

DISCUSSÃO

Quando alguém pede para falar com um líder de uma comunidade religiosa de que faça ou não parte, é porque sente, à partida, que necessita de uma orientação concreta para a sua vida.

Espera-se que receba conselho, opinião de alguém porventura mais experiente em lidar com "situações difíceis", experiência essa que decorre justamente do exercício continuado de uma prática pastoral, ou de uma maior experiência "na fé".

Digamos que a perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa vem alterar substancialmente aquilo que costuma ser a prática corrente na actividade de aconselhamento de qualquer ministro religioso ou leigo.

É que a filosofia terapêutica de Carl Rogers de início até parece teologicamente paradoxal, ou seja, tem componentes que se adequam à leitura bíblica da natureza moral do ser humano, mas apresenta igualmente outros pressupostos que a parecem contradizer.

Conhecendo-se que as raízes de Rogers foram as de um protestantismo tradicionalista, rígido e puritano, na casa de seu pai, terá sido esse justamente o casulo de onde viria a nascer a sua forma de ser e estar no mundo, abundantemente plasmada no seu modelo de abordagem conhecido como Terapia Centrada na Pessoa e em toda a sua actividade terapêutica.

Rogers (1985), dadas as suas raízes, parece ter-se debatido inicialmente também com este problema: *"A religião, de modo particular a tradição cristã protestante, impregnou a nossa cultura da ideia de que o homem era fundamentalmente pecador e que só por milagre é que se pode negar a sua natureza de pecador"* (p. 92).

O postulado da Tendência Actualizante, por exemplo, é de recorte humanista profundo, mas aparentemente choca um pouco com a tradição judaico-cristã da noção do pecado original que a todos toca, por ser inerente a uma natureza humana posicionalmente decaída, e também acaba eventualmente por chocar com a ideia bíblica de que existe no homem uma tendência perniciosa para o mal, da qual só Cristo nos pode libertar através de um compromisso de vida com Ele, da incorporação dos seus

valores, da assunção do Seu sacrifício redentor, da opção salvífica, ou conversão, ou novo nascimento.

Porém, examinando a ideia mais de perto, começa a questionar-se que haja realmente oposição de conceitos.

Vejamos. A ideia da Tendência Actualizante é a de que existe permanentemente um posicionamento naturalmente operativo no ser humano *"para o desenvolvimento de todas as capacidades da pessoa, em sentidos que sirvam para a manutenção ou crescimento do organismo"* (Rogers, 1979).

De facto, a interpretação mais imediata, do ponto de vista da cultura ocidental, da humanidade do ser humano, é ainda fortemente influenciada por Platão, que defendia a bondade do espírito e a maldade da carne.

Há, ainda hoje, muitas pessoas que, pretendendo citar as palavras do apóstolo Paulo, afirmam que a carne para nada aproveita, defendendo a ideia da maldade do corpo, expressão acabada do nosso pecado. Só que S. Paulo nunca escreveu tal coisa, mas antes que a carne para pouco aproveita, e disse-o num determinado contexto em que terá que ser entendido, isto é, querendo significar que o exercício físico pouco adianta em matéria de dinâmica espiritual (Primeira Carta a Timóteo, 4:8).

Por outro lado, a verdade é que a perspectiva bíblica criacionista dá-nos a dimensão da excelência do ser humano enquanto objecto de eleição do Criador, expressão maior em toda a criação divina. Só quando olhou para o homem recém-criado - e tê-lo-á olhado obviamente apreciando-o na sua globalidade - Deus concluiu que o que havia acabado de fazer era *"muito bom"* (Génesis 1:31), quando, ao avaliar toda a restante criação, afirmara apenas que era *"bom"* (Génesis 1:9, 12, 18, 21, 25).

Uma exegese atenta e contextualizada das Escrituras, e ao contrário da opinião do filósofo grego, não nos permite, nem dividir a pessoa humana em compartimentos estanques, nem, muito menos, sugerir que algumas dessas possíveis parcelas seriam moralmente melhores do que as outras. Até porque isso seria absurdo, visto que Deus criou o homem como uma totalidade, embora nele coexistam reconhecidamente factores de carácter diverso, como os aspectos intelectuais, emocionais, volitivos, físicos, espirituais e mentais.

Ora, o ser humano é potencialmente rico, complexo, capaz.

A Teologia sugere que o ser humano é permanentemente desafiado por Deus para se superar nas suas fraquezas, insuficiências, maus funcionamentos, bloqueios. E Deus

investe constantemente nele, tendo em vista, justamente o seu progresso pessoal, a maturidade, a superação das suas dificuldades pessoais e o crescimento.

Assim, é-lhe proposto um conjunto de valores, a ordem, a organização, o esforço pessoal, o aperfeiçoamento dos relacionamentos, o autocontrolo (Carta aos Gálatas 5:22), a renovação da mente (Carta aos Romanos 12:2), a purificação dos pensamentos (Carta aos Filipenses 4:8), o respeito e cuidado do corpo, a pacificação das relações humanas (Carta aos Colossenses 4:6), com vista a uma harmonia e a um crescimento espiritual e pessoal contínuos, em direcção à maturidade, quer do ponto de vista da sua humanidade, tornando-se mais pessoa, mais humano no sentido do que há de melhor em si mesmo.

O ser humano é também desafiado a descobrir e a desenvolver permanentemente todas as suas potencialidades, os seus dons e talentos, não só com a finalidade imediata do benefício e bem estar pessoal ou familiar, mas também da totalidade do grupo ou comunidade em que se insere, como factor de dinâmica e enriquecimento na diversidade.

Digamos portanto que, na perspectiva teológica, a pessoa humana está globalmente destinada a crescer, *programada* genética e espiritualmente para a evolução do seu organismo, do seu ser, em direcção a um padrão sempre mais alto, mais elevado, mais satisfatório, mais recompensador e mais perfeito, cujo paradigma é Cristo - Ele próprio.

Daí que a Tendência Actualizante, postulada por Rogers, não estabeleça objectivamente, em nosso entender, qualquer atrito com as propostas escriturísticas do livro sagrado dos cristãos, nem sequer com a chamada doutrina do “pecado original”, uma vez que, apesar de moralmente caído, a fazer fé nesta doutrina agostiniana, por outro lado não podemos esquecer que o ser humano foi criado à “imagem” e “semelhança” de Deus (Génesis 1:26), trazendo em si uma marca e uma influência que é estrutural e basicamente forte, e onde radicam as suas potencialidades para a mudança, ou, como dizia Rogers, a sua “tenacidade da vida” ou “força vital” (1963).

Smalley e Trent (1994), especialistas cristãos em aconselhamento conjugal e familiar, afirmam que *“o lado suave do amor gasta tempo para compreender os sentimentos do outro ao invés de fazer preleções”* (p. 16).

A intolerância é sempre uma falsa segurança de si mesmo. Segundo Paul Tournier, citado por Heckert (1998), *“a posição de tolerância baseia-se no respeito pela pessoa do outro”* (p. 3).

Os conselheiros pastorais poderiam inspirar-se em Thorne (1998), que afirma ser a falta de poder pouco aceite na nossa cultura, e que por isso se tende a desejar soluções e esperar respostas para cada problema (de preferência dadas por especialistas), ficando a pessoa frustrada e aborrecida quando não as encontra: *“The acceptance of powerlessness of which I speak, however, is a recognition of our own limitations and at the same time an acknowledgement of the infinite resources by which we are surrounded”* (p. 79).

Neste sentido, compreende-se que o conselheiro não deve ficar ansioso por provar a si mesmo que é um bom conselheiro, que providencia todas as respostas correctas, ou facilita os desenvolvimentos correctos.

“I have come to regard this acceptance of powerlessness as one of the major fruits of trusting in the spiritual foundation of the created order and humane nature” (p. 79).

Assim sendo, o aconselhamento pastoral afigura-se-nos perfeitamente compatível com a Abordagem Centrada na Pessoa, desde que o mesmo possa ser desenvolvido num quadro não directivo e centrado na pessoa.

Para que a actividade do *counselling* pastoral se possa verificar, na perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, é necessário que o conselheiro (tentando manter-se num estado de congruência) e o aconselhando (estando em incongruência) entrem em contacto psicológico. As condições facilitadoras ao *encontro* assentam no desenvolvimento de um clima de confiança cuja responsabilidade cabe ao conselheiro, nomeadamente na forma como aceita incondicionalmente o outro (cliente) e lhe transmite a sua compreensão empática do que está a ser vivido naquele momento (discurso cognitivo, emocional, silêncios, comunicação não-verbal) de forma que seja perceptível.

As condições enumeradas são propícias para que aconteça uma mudança psicológica, já que, como dizia Rogers (1989) na sua obra “Sobre o Poder Pessoal”, a Abordagem Centrada na Pessoa é justamente baseada na premissa de que *“o ser humano é basicamente um organismo digno de confiança, capaz de avaliar a situação externa e interna, compreendendo a si mesmo no seu contexto, fazendo escolhas construtivas quanto aos próximos passos na vida e agindo a partir dessas escolhas”* (Rogers, 1989).

É este ponto de partida, justamente, que está na origem da razão de ser do modelo da Abordagem Centrada na Pessoa. Mas em que termos é que esta premissa compromete ou põe em causa a prática corrente do chamado Aconselhamento Pastoral?

O cepticismo de alguns autores evangélicos perante o modelo da Abordagem Centrada na Pessoa, baseia-se na ideia de que o aconselhamento pastoral não deve ser não-directivo ou centrado na pessoa, contrariamente à teoria desenvolvida por Rogers. Segundo estes, a razão fundamental, reside no facto de considerarem que os recursos dos quais a pessoa humana pode lançar mão não estão, afinal, dentro dela. Jay E. Adams (1980) chega ao ponto de considerar que, de acordo com o quadro teórico rogeriano, a ideia de Deus torna-se desnecessária, afirmando mesmo que o aconselhamento pastoral praticado segundo o modelo da Abordagem Centrada na Pessoa nega os fundamentos de uma fé genuinamente bíblica.

Mas tal posicionamento, claramente conservador, não encontra eco em Gary Collins, por exemplo, um dos mais respeitados autores cristãos e professor de Psicologia no Illinois (EUA). Este recorre à prática de aconselhamento do próprio Jesus Cristo, para explicitar o seu ponto de vista: *“O conselheiro directivo-confrontacional reconhece que Jesus tinha às vezes esta qualidade, o não-directivo, ‘centrado no cliente’, encontra apoio para esta abordagem em outros exemplos de ajuda aos necessitados prestada por Jesus. É indiscutivelmente mais exacto afirmar que Jesus fez uso de várias técnicas de aconselhamento, dependendo da situação, da natureza do aconselhado e do problema específico”* (Collins, 1984).

De facto, no Evangelho de S. Lucas lemos que, quando Jesus de Nazaré entrou em casa de Zaqueu, o chefe da fazenda pública da cidade de Jericó, não usou de confrontação ou censura, mas antes optou por agir de outra forma, e segundo o nosso ponto de vista, entrou em contacto psicológico manifestando-se como pessoa através da sua presença e, centrando-se no quadro de referências do outro, correspondeu empaticamente à alegria com que estava a ser recebido pelo dono da casa.

O resultado foi espectacular, ou seja, Zaqueu decidiu por si mesmo distribuir metade da sua riqueza pelos pobres, e restituir em quadruplicado a quem quer que até ali tivesse defraudado.

Wolff (1990) afirma acerca de Jesus Cristo, avaliando a sua atitude em relação ao homem, e descrevendo o mistério da eficácia da sua acção, que *“ele próprio, a sua personalidade constituía o seu método”*.

“Mas as suas múltiplas possibilidades de entrar em contacto com quem estava diante dele, ao mesmo tempo demonstraram que ele não o sufoca, em caso algum, com a força da sua própria personalidade, pelo contrário sabe persuadir, desperta para a acção, oferece o seu apoio e convida para um relacionamento autêntico, ao nível da

verdadeira humanidade. Ele chama o homem para uma decisão livre e para a responsabilidade pessoal: 'Tudo depende de ti' (p. 205).

Jesus Cristo, a mais profunda referência de todo o cristão, afinal, soube também centrar-se no homem e acreditar nas suas potencialidades para a mudança. E ele conhecia a natureza do ser humano como ninguém.

Segundo Hipólito (comunicação pessoal), a compreensão bíblico-teológica de que o ser humano foi “criado à imagem e semelhança de Deus” permite inferir que, de facto, como postulava Rogers, estão em nós todas as potencialidades para o crescimento. Ou melhor, o facto de nos podermos identificar com Deus leva-nos a acreditar que somos na verdade “*um organismo digno de confiança*”, cabendo-nos, no entanto, a responsabilidade de criar as condições facilitadoras para que tal aconteça, já que o ser humano é de facto o intérprete do seu próprio projecto existencial e espiritual.

Não há dúvida que, para os crentes, a Queda bloqueou o seu desenvolvimento natural em direcção à maturidade, o seu crescimento como pessoas, e que esses bloqueios se manifestam de muitas e variadas formas, entre elas através de problemas existenciais, pessoais e relacionais, e que eles podem ser vencidos com a ajuda de Deus.

Segundo Hipólito (comunicação pessoal), o “traumatismo precoce” do *antrophos* condiciona parcialmente o ser humano. Depois da Queda, o ser humano vai ser o que pode ser, com aquilo que ficou, sem contudo recuperar inteiramente, tal com o homem que perdeu um olho, vai desenvolver o outro o melhor que pode. E se perder os dois olhos vai apurar a audição.

O grande desafio do conselheiro pastoral, que opera no contexto da Abordagem Centrada na Pessoa, é ajudar o aconselhando a superar esses bloqueios, com vista ao desenvolvimento da pessoa como um todo, quer na dimensão psicológica quer na espiritual, em direcção a um funcionamento plenamente conseguido das suas competências e em harmonia com os valores nos quais acredita.

REFERÊNCIAS

- Adams, J. E. (1980). *Conselheiro Capaz*. S. Paulo: Ed. Fiel.
- Adams, J. E. (1986). *O Manual do Conselheiro Cristão*. S. Paulo: Ed. Fiel.
- Agostinho, S. (1998). *A Graça (II)*. São Paulo: Ed. Paulus.
- Almeida, A. (1993). *Lições da História Que Não Podemos Esquecer*. S. Paulo: Ed. Vida.
- Amaral, D. F. (1995). *O Antigo Regime e a Revolução*. Lisboa: Ed. Círculo de Leitores.
- André, C. e Lelord, F. (2000). *A Auto-estima*. Lisboa: Ed. Presença.
- Belas, J. L. (1999). *Tendência Actualizante e sua acção sobre o Terapeuta*. Internet.
- Bíblia Sagrada* (1996). Deerfield: Ed. Vida.
- Bonhoeffer, D. (1989). *Discipulado*. São Leopoldo: Ed. Sinodal.
- Brodley, B. (1998). O Conceito de Tendência Actualizante na Teoria Centrada no Cliente. *A Pessoa como Centro – Revista de Estudos Rogerianos*, 2, (pp. 37-49). Lisboa: Ed. APPCPC.
- Buckland, A. R. (1981). *Dicionário Bíblico Universal*. Miami: Ed. Vida.
- Caldeira, C. (1979). *Análise Sociopsiquiátrica de uma Comunidade Terapêutica*. *Dissertação de Doutoramento*. Lisboa.
- Champlin, R. N. e Bentes, J. M. (1991). *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. S. Paulo: Ed. Candeia.
- Clebsch / Jaekle (1975). *Pastoral care in historical perspective*. ? : Ed. Jason Aronson.
- Collins, G. R. (1984). *Aconselhamento Cristão*. S. Paulo: Ed. Vida Nova.
- Conner, K. J. (1982). *The Church in the New Testament*. Victoria, Austrália: KJC Publications.

- Drewermann, E. (1994). *Funcionários de Deus*. Mem Martins: Ed. Inquérito.
- Ellens, J. H. (1986). *Graça de Deus e Saúde Humana*. S. Leopoldo: Ed. Sinodal.
- Evans, I. E. (1979). *Carl Rogers: o homem e suas idéias*. S. Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Freud / Pfister (1998). *Cartas entre Freud e Pfister 1909 – 1939*. Viçosa, Brasil: Ed. Ultimato.
- Gangel, K. O. (1989). *Feeding & Leeding*. Wheaton: Ed. Victor Books.
- Geisler, N. e HOWE, T. (1999). *Manual Popular de Dúvidas, Enigmas e “Contradições” da Bíblia*. S. Paulo: Ed. Mundo Cristão.
- Gobbi, S. e Missel (org.) (1998). *Abordagem Centrada na Pessoa – vocabulário e noções básicas*. Tubarão – Brasil: Ed. UNISUL.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa – Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia.
- Heckert, U. (1998). Pessoa, Ciência e Fé. *Revista Ultimato, série Paul Tournier*, 1. Curitiba: Ed. Ultimato.
- Hipólito, J. (1991). A relação de poder na relação pedagógica e as suas implicações éticas. Comunicação no Congresso Internacional do Instituto Piaget: Evolução das Ciências, Ética e Educação. Lisboa.
- Hipólito, J. (1991). Psicoterapia: processo autónomo ou em ligação? Comunicação no IV Encontro das Taipas. Lisboa.
- Hosick, J. H. (1998). Pastoral Counselling – What is it? Do we have something to offer?, *Atlantic Baptist Magazine*.
- Hughes, S. (1988). *Um Amigo em Necessidade*. Lisboa: Ed. NA.
- Hurding, R. F. (1995). *A Árvore da Cura*. S. Paulo: Ed. Vida Nova.
- Hurlbut, J. L. (1979). *História da Igreja Cristã*. Miami: Ed. Vida.

- Kerlinger, F. N. (1979). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. EPU
- Lello, J. E Lello, E. (1979). *Dicionário Prático Ilustrado*. Porto: Ed. Lello & Irmão.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*. Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Nunes, M. O. (1997). **Valores e Reorganização do Self** – estudo exploratório realizado numa comunidade terapêutica carismática de toxicodependentes. *Dissertação de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Nunes, M. O. (1999). Uma abordagem sobre a relação de ajuda. *Revista A Pessoa como Centro*, 3. (pp. 59-64). Lisboa: Ed. APPCPC.
- Oliveira, M. (1994). *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Ed. Europa-América.
- Pagès, M. (1976). *Orientação Não-Directiva em Psicoterapia e em Psicologia Social*. S. Paulo: Ed. Forense Universitária – Universidade de S. Paulo.
- Patterson / Eisenberg (1988). *O Processo de Aconselhamento*. S. Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Pestana / Páscoa (1998). *Dicionário Breve de Psicologia*. Lisboa: Ed. Presença.
- Quivy, R. e Campenhautd, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva.
- Riggs, R. M. (1976). *O Guia do Pastor*. Miami: Ed. Vida.
- Rogers, C.R. (1985). *Tornar-se Pessoa*. Lisboa: Ed. Moraes.
- Rogers, C. R. (1983). *Um Jeito de Ser*. S. Paulo: Ed. EPU.
- Rogers, C. R. (1989). *Sobre o Poder Pessoal*. S. Paulo: Ed. Martins Fontes.

- Rogers, C. R. (1997). *Psicoterapia e Consulta Psicológica*. S. Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Rogers, C. e Kinget, G. M. (1977). *Psicoterapia & Relações Humanas. Vol. 1*, Belo Horizonte: Ed. Interlivros.
- Rogers, C. e Rosenberg R. L. (1977). *A Pessoa como Centro*. S. Paulo: Ed. EPU.
- Saraiva, J. H. (1996). *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Ed. Europa – América.
- Scheffer, R. (1993). *Aconselhamento Psicológico – Teoria e Prática*. S. Paulo: Ed. Atlas.
- Schultz, D. e Schultz, S. (1981). *História da Psicologia Moderna*. S. Paulo: Ed. Cultrix.
- Séguier, J. (1979). *Dicionário Prático Ilustrado*. Porto: Ed. Lello e Lello.
- Shedd, R. P. (1986). *O Novo Dicionário da Bíblia*. S. Paulo: Ed. Vida Nova.
- Smalley, G. e Trent, J. (1994). *Entenda melhor o seu temperamento*. S. Paulo: Ed. Mundo Cristão.
- Souza, E. Q. (1983). *O Ministério Pastoral*. Rio de Janeiro: Ed. CPAD.
- Strathern, P. (1999). *S. Agostinho*. Mem Martins: Ed. Inquérito.
- Teixeira, J. M. (1999). Tendência Formativa e Tendência Actualizante – reflexões á luz das teorias do caos e da complexidade. Internet.
- Tincq, H. (1999). *Os Génios do Cristianismo*. Lisboa: Ed. Gradiva – Público.
- Thorne, B. (1994). *Comprender Carl Rogers*. Toulouse: Ed. Privat.
- Thorne, B. (1998). *Person-Centered Counselling and Christian Spirituality*. Londres: Ed. Whurr Publishers.
- Tournier, P. (2002). *Mitos e Neuroses – desarmonia da vida moderna*. São Paulo: Ed. ABU.
- Unger, M. F. (1966). *Unger's Bible Dictionary*.

- Valladon, S. C. (1988). *As Teorias da Personalidade*. S. Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Vários (Org. Rosenberg, R. L.) (1987). *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa*. S. Paulo: Ed. EPU.
- Vários (1984). *Saúde Pastoral e Comunitária*, S. Paulo: Ed. C.P.P.C.
- Vários (1994). *Abordagem Centrada na Pessoa*. Vitória, Brasil: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida – Universidade Federal do Espírito Santo.
- Vidler, A R. (1966). *A Igreja numa era de revolução*. Lisboa: Ed. Ulisseia.
- Wagner, M. E. (Julho, 1973). Hazards of Effective Pastoral Counselling, 1, *Journal of Psychology and Theology*.
- Weber, M. (1983). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Ed. Presença.
- Wolff, H. (1990). *Jesus Psicoterapeuta*. S. Paulo: Ed. Paulinas.
- Woods, J. (1998). Abordagem Centrada na Pessoa, rumo a uma compreensão das suas implicações. *Revista A Pessoa como Centro*, 1. (pp. 13-29). Lisboa: Ed. APPCPC.

ANEXOS

ANEXO I

PEDIDO DE COLABORAÇÃO À COMUNIDADE LOCAL DE FÉ ENVOLVIDA NO ESTUDO

Ao

Presbitério da Igreja do Jubileu

SETÚBAL

Setúbal, Abril de 2006

Venho por meio desta solicitar a vossa colaboração no trabalho final do curso de Mestrado em Relação de Ajuda e Perspectivas da Psicoterapia Existencial, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), autorizando os elementos da comunidade que realizam regularmente aconselhamento espiritual a preencherem os questionários a utilizar no estudo.

A confidencialidade da informação recolhida será inteiramente respeitada.

O objectivo deste trabalho é analisar a possível compatibilidade entre os pressupostos de uma relação de ajuda inspirada na Abordagem Centrada na Pessoa, e a prática corrente do aconselhamento pastoral.

Sem outro assunto, de momento, e agradecendo toda a colaboração.

Brissos Lino

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

As respostas a este inquérito têm carácter estritamente pessoal e confidencial

Questionário nº: _____ Inquiridor _____ Data: ___ / ___ /2006

DADOS PESSOAIS

1. Sexo: M F

2. Idade: _____

3. Estado Civil:

Casado

Divorciado

Separado

Solteiro

União de facto

Viúvo

4. Habilitações literárias:

Até ao 1º ciclo

Até ao 2º ciclo

Até ao 3º ciclo

Frequência Universitária

Licenciatura

Outra

5. Função eclesial:

Pastor

Presbítero

Diácono

Leigo

ANEXO III

QUESTIONÁRIO DE ATITUDES NO ACONSELHAMENTO PASTORAL

QUESTIONÁRIO DE ATITUDES NO ACONSELHAMENTO PASTORAL

As respostas a este inquérito têm carácter estritamente pessoal e confidencial

6. Em relação à sua forma de fazer aconselhamento, por favor responda às seguintes questões, de acordo com a escala de 1 a 5, considerando-se 1 como “nada significativo”, e 5 como “muito significativo”.

SUB-ESCALA 1

(1=nada significativo; 5=muito significativo)

1. Aguardo que a pessoa peça ajuda explicitamente	
2. Centro-me na pessoa que estou a aconselhar	
3. Escuto a pessoa com toda a atenção	
4. Centro-me também no discurso não-verbal da pessoa	
5. Tento compreender como a pessoa se está a sentir, prestando atenção aos sentimentos expressos	
6. Tento compreender a pessoa de acordo com o seu quadro pessoal de referências	
7. Tento que a pessoa perceba que estou a tentar compreendê-la e acompanhá-la	
8. Aceito a pessoa independentemente do problema que ela apresenta	
9. Utilizo textos bíblicos ou princípios religiosos adequados à sua dificuldade, apenas para a ajudar na sua reflexão	
10. Peço a Deus que me dê capacidade para ser capaz de ajudar a pessoa	
11. Aceito a pessoa independentemente do comportamento que evidencia	
12. Tento que aquilo que a pessoa diz, e a forma como o faz, não me perturbe a ponto de não ser capaz de a ajudar no momento	
13. Procuro ajudar a pessoa a encontrar a sua própria solução, para o seu problema, sem a manipular, a partir da sua fé e valores religiosos	

SUB-ESCALA 2

(1=*nada significativo*; 5= *muito significativo*)

14. Tomo a iniciativa de aconselhar a pessoa sem ela mo pedir	
15. Centro-me no problema que a pessoa expõe, em si mesmo	
16. Interrompo a pessoa constantemente para a questionar	
17. Centro-me apenas no seu discurso verbal	
18. Deixo transparecer os meus sentimentos e emocio-no-me com as emoções da pessoa	
19. Tento levar a pessoa a fazer aquilo que acho ser o mais adequado para ela	
20. Tento relativizar o problema quando acho que a pessoa está a exagerar a sua gravidade	
21. Assumo a responsabilidade pessoal de resolver o problema à pessoa, fornecendo-lhe uma solução	
22. Se a atitude da pessoa me incomoda, tento que ela a altere rapidamente	
23. Recordo-lhe princípios morais para tentar levá-la a alterar o seu comportamento	
24. Utilizo a minha experiência pessoal como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	
25. Utilizo o testemunho de vida de outras pessoas como exemplo de como ela deve resolver o seu problema	
26. Ameaço a pessoa com sanções eclesiásticas caso ela não faça o que eu acho mais correcto para resolver o seu problema	

Muito obrigado pela colaboração!